



CLIPPING CAPITAL

14/6/2017



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

ANO XXI
EDIÇÃO 109



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder
Legislativo

Diário da Assembleia Legislativa – 18ª Legislatura

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cauê Macris – Presidente

Luiz Fernando T. Ferreira: 1º Secretário
Estevam Galvão: 2º Secretário
Chico Sardelli: 3º Secretário
Adilson Rossi: 4º Secretário

Analice Fernandes: 1ª Vice-Presidente
Maria Lúcia Amary: 2ª Vice-Presidente
Milton Vieira: 3ª Vice-Presidente
Jooji Hato: 4ª Vice-Presidente

Palácio 9 de Julho • Av. Pedro Álvares Cabral, 201 • Ibirapuera • São Paulo • CEP 04097-900 • Tel. 11 3886-6000

www.al.sp.gov.br

Volume 127 • Número 111 • São Paulo, quarta-feira, 14 de junho de 2017

www.imprensaoficial.com.br



MANDATO EM PAUTA



Nesta edição, a Assembleia Legislativa de São Paulo dá continuidade à série de entrevistas com os 94 deputados. Cada parlamentar apresentará um breve balanço do mandato, além dos projetos que consideram prioritários para o Estado. Hoje, o entrevistado é o deputado **José Zico Prado** (PT). **PÁG. 2**

Deputados da CPI da citricultura criticam CADE

Conselho Administrativo de Defesa Econômica estaria facilitando formação de cartel

KEIKO BAILONE
FOTO: RAPHAEL MONTANARO

Os deputados que integram a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a eventual prática de cartelização por parte da indústria da citricultura no Estado de São Paulo criticaram duramente o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), principalmente após ouvir os depoimentos de representantes dos citricultores. O primeiro depoente desta terça-feira, 13/6, Flávio de Carvalho Pinto Viegas, presidente da diretoria executiva da Associação Brasileira de Citricultores (Associtrus) lembrou que, em 1992, quando citricultores tentaram criar a Frutesp, o CADE teria inocentado as indústrias de citrus, apesar da discrepância de preços adotada pelo cartel para acabar com essa cooperativa. Ou seja, de US\$ 10,00, uma caixa de laranja passou a custar US\$ 2,00, inviabilizando a concorrência dos pequenos e médios produtores com as indústrias. "No ano seguinte, foi firmado um Termo de Compromisso de Cessação (TCC) que nunca foi cumprido", disse Viegas.

Segundo o presidente da Associtrus, o cartel da citricultura teria sido iniciado em 1976 e continuaria a operar até hoje. "Começou há mais de 40 anos, resultando em apenas oito mil pequenos e médios produtores. E, na década de 90, teriam sido de quase 30 mil", observou.

Viegas apresentou outras



Reunião da CPI presidida por José Zico Prado

denúncias: a de que os valores de sucos de laranja comercializados no Porto de Santos seriam bem abaixo dos praticados na Europa, o que teria causado um prejuízo de US\$ 10 milhões nos últimos dez anos.

Atuação do CADE

A reunião foi presidida inicialmente pelo deputado José Zico Prado (PT) e depois por Fernando Cury (PPS). Estiveram presentes todos os deputados que integram a CPI: Chico Sardelli (PV), Hélio Nishimoto (PSDB), Marco Vinholi (PSDB), Pedro Kaká (PTN) e Ricardo Madalena (PR).

Os parlamentares reafirmaram, em suas perguntas, a indignação pela atuação do CADE. Zico

Prado disse que, passados tantos anos, não haveria mais razão para o sigilo industrial; Pedro Kaká afirmou que o cartel continua porque o CADE teria deixado de cumprir seu papel. Nishimoto observou que "não se vislumbra nenhum caminho sobre a confiabilidade do CADE". Vinholi falou da necessidade de o CADE ouvir Paulo Ricardo Machado, leniente do acordo com a instituição, referente ao cartel da laranja.

Vinholi apresentou e teve aprovado um requerimento neste sentido. Também foram aprovados os requerimentos de autoria de Zico Prado para que o CADE informe se os valores dos acordos de leniência já foram

depositados no Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e para que repasse à CPI os históricos de conduta dos TCCs firmados entre o Cade e as indústrias.

Consecitrus

Antonio Júlio de Junqueira Queiroz, representante da Sociedade Rural Brasileira (SRB), disse que o primeiro caso de leniência no Brasil foi do cartel de citricultura. Declarou que há 18 anos vem registrando irregularidades cometidas pelas empresas, em gravações, reportagens de jornais e documentos. "Não só os produtores, mas também as prefeituras e o Estado foram prejudicados por sonegação fiscal

nas operações montadas pelo cartel da citricultura", alertou.

José Eduardo de Paulo Alonso, representante da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), explicou como as indústrias praticam a desigualdade na precificação da caixa de laranja. "O preço do suco nunca cai, mas o da fruta sim, prejudicando os produtores rurais".

Ao final da reunião, deputados e depoentes defenderam a necessidade de a CPI tentar viabilizar junto ao CADE a estruturação do Conselho dos Produtores de Laranja e da Indústria de Suco de Laranja (Consecitrus) como mecanismo estável e transparente de preços.



MANDATO EM PAUTA

Entrevista com o deputado José Zico Prado

LARISSA LEÃO - FOTO: RAPHAEL MONTANARO

José Zico Prado, mais conhecido como Zico Prado (PT), começou a carreira política cedo, em 1968, quando fundou no interior o Sindicato Rural de Santa Fé do Sul. Ele conta que, naquela época, se fazia "política clandestina, que dava prisão, diferente de hoje, que atribui cargo". Marcado por lutas e conquistas, o deputado relembra nesta edição do Mandato em Pauta a atuação política durante sete mandatos na Assembleia Legislativa.

Entre esforços por melhores condições de trabalho e movimentos contra a ditadura militar, o parlamentar recorda-se de resistir junto aos trabalhadores arrendatários da Fazenda Reserva, em Santa Fé do Sul, que teriam de deixar as terras, mas não tinham condições de ir para outro lugar. Dessa forma, eles permaneceram no local e plantaram, mesmo com o Exército aparecendo para tirá-los.

Após o incidente, viajou para São Paulo e logo entrou em uma metalúrgica. Sindicalizado, continuou envolvido com outros movimentos contrários ao "sindicalismo pelego do tempo da ditadura" e chegou a ser preso e torturado em 1971. Pessoas que moravam com ele à época também foram detidas.

Zico Prado diz: "esses acontecimentos nunca me fizeram desistir da política". Tanto que, assim que saiu da prisão, lutou contra a Lei da Anistia, que concedia absolvição a todos que cometeram crimes políticos no período de 1961 a 1979.

Segundo o parlamentar, ele nunca imaginou ser candidato, mesmo sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT). "Eu acredito que só é possível transformar a sociedade por meio de um partido político organizado, com definição clara de posição", diz. Para ele, o partido pode defender os trabalhadores, a soberania nacional e um país independente. "Aqui que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva fez durante o primeiro e segundo mandato, e o que a ex-presidente Dilma Rousseff continuou fazendo", destaca.

O deputado acredita que a Petrobras deva favorecer os interesses nacionais e que o país, possuir empresas fortes - de forma que "possamos avançar na economia independentemente das multinacionais".

Atuação parlamentar

Em 1982, enquanto ainda trabalhava na fábrica, o parlamentar tentou candidatar-se para deputado

federal na primeira eleição em que o PT participou. "Na época, Lula era candidato a governador, então teve todo o empenho do partido", lembra. Porém, ficou como terceiro suplente. "O objetivo maior era construir o PT."

Candidatou-se novamente em 1990, agora como deputado estadual. Desde então permanece na Assembleia, onde tem atuado na área de transportes, agricultura e movimentos sociais e sindicais. "Conseguimos uma ampliação da zona leste e dos movimentos sociais, além de campanhas não só pela cidade, mas por todo o interior."

Destaca também ter participado de diversas discussões a respeito das privatizações e das concessões das rodovias, e da implantação dos pedágios no Estado. "Defendi proposta contrária a esse tipo de concessão. O pedágio de São Paulo é um dos mais caros do mundo."

Conquistas

Zico Prado apresentou projetos de leis que se tornaram normas no Estado. A Lei 10.858/2001 é um exemplo. Ela institui meia-entrada para professores da rede pública estadual de ensino em estabelecimentos de lazer e entretenimento.

É autor também da Lei 12.254/2006, que responsabiliza pela lavagem dos uniformes dos funcionários empresas que utilizam produtos químicos que possam ser prejudiciais à saúde dos empregados e ao meio ambiente.

Na agricultura, o deputado acompanha o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o trabalho dos pequenos e médios produtores. A Lei 10.507/2000, que teve origem em um de seus projetos, é voltada a pequenos produtores que trabalham com a produção de leite, frango e outros de origem animal - e procura agregar valor a esses produtos. "Quando eu trabalhava na roça, se produzia, mas não havia para quem vender", explica. Segundo ele, o trabalho do MST tem contribuído para a agricultura familiar. "Hoje eles têm indústrias produzindo alimentos de qualidade", diz.

Em prol do transporte público, o deputado apresentou o Projeto de Lei 1.049/1993, que trata do Bilhete Único Metropolitano Regionalizado. "Foi a primeira proposta de bilhete único no Brasil", diz.



Não foi aprovado, mas, em 2004, o conceito foi utilizado na gestão Marta Suplicy, então do PT.

CPI da Citricultura

Atualmente, o deputado é membro da Comissão de Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga práticas de cartelização na indústria da citricultura no Estado. Zico Prado explica que as grandes indústrias decidiram plantar laranja, sendo que o papel delas é produzir o suco. "Nós queremos que essas indústrias comprem do pequeno produtor as laranjas, que são plantadas para a sobrevivência deles", fala. "Criamos espaço para que São Paulo tenha condições de voltar a ser um dos maiores produtores de laranja, como era no passado."

Cenário atual

Sobre os trabalhos no Legislativo, o deputado fala sobre a dificuldade em ser oposição na Casa. Segundo ele, deveria ser dada maior importância aos partidos opositores. "Não se pode restringir o trabalho que fazemos, deveriam abrir mais espaço." Recorda-se do caso do desabamento da estação Pinheiros em 2007: "eu estive lá, mandamos documentos um ano antes do acontecido e o governo não se importou."

Em relação ao cenário político brasileiro, Zico Prado acredita que houve um retrocesso. "O presidente Michel Temer, a mídia e o Judiciário deram um golpe no Brasil, tirando o direito dos trabalhadores", diz.

Para ele, "vão tirar direitos dos aposentados e a reforma vai acabar com a legislação trabalhista, que já não era boa e ficará pior".

opinião

Fora Temer, fora reformas e Diretas já!

CARLOS GIANNAZI



Todos sabem, principalmente aqui em São Paulo, que Temer sempre foi um homem de negócios, um homem do submundo da política. E ele está capitaneando um movimento organizado por bandidos e corruptos. É uma verdadeira quadrilha que tomou conta do Planalto Central. Agora, sua situação como presidente se tornou insustentável. Não há condição alguma de governabilidade e praticamente toda a sociedade defende sua saída. O Fora Temer se tornou um movimento nacional que inclui até a Rede Globo. Simplesmente não dá mais.

Mas, muito além da saída de Temer, o que nos preocupa é a questão das reformas. Eu fiquei assustado no dia 6 de junho, porque enquanto estava ocorrendo o julgamento no TSE da chapa Dilma-Temer, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovava a Reforma Trabalhista, em uma votação apertada de 14 votos a 11. Agora o texto, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, deve

passar por mais duas comissões e depois seguir ao Plenário do Senado.

Parece que há um consenso entre as elites econômicas, os banqueiros, os rentistas e os meios de comunicação de massa, de que em qualquer cenário devem ser mantidas as reformas Trabalhista e da Previdência, duas reformas antissociais e antipopulares que tiram direitos históricos dos trabalhadores.

Uma propaganda de televisão paga pelo governo diz que a Reforma Trabalhista vai modernizar as relações de trabalho. É tudo mentira. Se a reforma for aprovada no Senado, nós seremos remetidos ao passado, a uma situação que beira a semiescraavidão. Por isso, quase todos os representantes da Justiça do Trabalho são contra esse retrocesso medieval.

E da Reforma da Previdência nem se fala. Não é reforma, é a destruição da Previdência Social. O que acontece é que o capital, neste momento de crise, está atacando os fundos públicos, e a Reforma da Previdência

é na verdade a transferência de uma soma enorme para os especuladores da dívida pública. E também saem lucrando as empresas de previdência privada, que vão ganhar muito dinheiro sem oferecer nenhuma garantia para as pessoas que contribuem. Se elas quebram, por má gestão ou má-fé, os contribuintes ficam sem nada.

Por isso nossa luta não é só Fora Temer. É fora todos os corruptos e eleição direta para presidente da República. Porque se esse Congresso escolher um novo presidente, vai escolher alguém que dará continuidade ao verdadeiro saque que essas reformas representam contra o povo brasileiro, seja Henrique Meirelles, Carmen Lúcia, Rodrigo Maia, Tasso Jereissati, Nelson Jobim... Estão buscando um nome de confiança do mercado, dos rentistas e dos especuladores para dar continuidade à retirada de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Vamos usar as redes sociais para denunciar os parlamentares que estão votando com a lógica do mercado e ignorando os direitos do povo. Mas será através das manifestações, da ocupação das ruas e do Parlamento que vamos barrar as reformas antidemocráticas pautadas pelas grandes empreiteiras, pelos bancos e pelo agronegócio.

(*) *Carlos Giannazi é deputado pelo PSOL.*

Os artigos publicados nesta seção Opinião são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista do Parlamento paulista, de outros parlamentares, de suas legendas ou do Departamento de Comunicação e seus órgãos subordinados.

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875 JULIO MESQUITA (1862 - 1927)

Quarta-feira 14 DE JUNHO DE 2017 R\$ 4,00 ANO 138 Nº 45165 EDIÇÃO DE 0H45

estadao.com.br

Top Imobiliário

Futuro em construção
Veja os vencedores da 24ª edição do prêmio.

CADERNO ESPECIAL



Caderno2

Cinema mordaz
Monica Bellucci está na retrospectiva do francês Bertrand Blier em SP



Senado se recusa a afastar Aécio; STF mantém irmã presa

Eunício disse aguardar orientações; Supremo rejeita pedido de Andrea Neves

Vinte e seis dias após o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB-MG), o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), informou que vai manter o gabinete, o nome no placar de votação e outros benefícios do tucano até que a Corte envie novas orientações. No STF, o ministro Marco Aurélio Mello, que assumiu a relatoria da investigação, disse

que o Senado está descumprindo a decisão ao não convocar o suplente para a vaga. Por três votos a dois, a Primeira Turma do STF negou ontem o pedido de liberdade de Andrea Neves, irmã de Aécio, presa desde 18 de maio. Marco Aurélio Mello e Alexandre de Moraes votaram pela revogação da prisão preventiva. Luiz Roberto Barroso, Rosa Weber e Luiz Fux rejeitaram. **POLÍTICA / PÁGS. A4 e A5**

Joesley está no País desde domingo

● No Brasil desde domingo, Joesley Batista participou de reuniões em Brasília e em São Paulo. A informação foi antecipada pela *Coluna do Estadão* no *estadao.com.br*. Antes, ele estava na China. **PÁG. A7**

Relator quer MP do Refis mais favorável a empresas

O deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) será o relator da MP 783, que instituiu a nova versão do Refis. Ele foi um dos mais atuantes nas negociações do antigo texto com a equipe econômica, que resultaram em grandes descontos em multas e juros de débitos tributários. Muitos parlamentares têm empresas com dívidas tributárias, inclusive o relator, que prepara mais mudanças no texto. **ECONOMIA / PÁG. B1**

● União poderá resgatar R\$ 8,6 bi Deputados aprovaram projeto que permite ao governo resgatar precatórios parados em bancos. A medida representa R\$ 8,6 bilhões extras. **PÁG. B3**

Moro condena Cabral a 14 anos de prisão por corrupção

O juiz Sérgio Moro condenou Sérgio Cabral a 14 anos e 2 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. A condenação é a primeira do ex-governador do Rio na Lava Jato – ele é réu em outros nove processos. A ex-primeira-dama Adriana Ancelmo foi absolvida por falta de provas. Cabral foi condenado por receber propina da Andrade Gutierrez em obras do Comperj, da Petrobrás, e por lavar R\$ 436.503 mil. **POLÍTICA / PÁG. A8**

● Cunha depõe em inquérito de Temer Deputado cassado Eduardo Cunha depõe hoje no inquérito no STF que investiga Michel Temer por corrupção, obstrução à Justiça e organização criminosa. **PÁG. A7**



JASON REEDI/REUTERS

A UM ANO DA COPA, SÓ RÚSSIA, BRASIL E IRÃ ESTÃO GARANTIDOS

A quatro rodadas da final das Eliminatórias da Copa, apenas Rússia (país-sede), Brasil e Irã estão classificados para o Mundial, que começa em 14 de junho de 2018. Em outubro, mais 23 seleções estarão garantidas. Os de-

mais virão da repescagem. Em dezembro, a Fifa fará sorteio dos grupos. Ontem, a seleção brasileira, de Tite (foto), goleou a Austrália (4 a 0) em amistoso. Diego Souza (2), Taysom e Thiago Silva marcaram. **ESPORTES / PÁG. A18**

Jornal do Carro

● Como comprar
Veja dicas para não fazer um mau negócio com carro usado



WALTER SANTANA/ISTOCK

Vera Magalhães

Temer tem pressa. Ele quer que a Câmara arquive antes do recesso a denúncia do MPF. **POLÍTICA / PÁG. A6**

Leandro Karnal

O sistema político esgotou-se. Há pouca crença de que seja, de fato, representativo. **CADERNO2 / PÁG. C6**

Coreia do Norte liberta americano

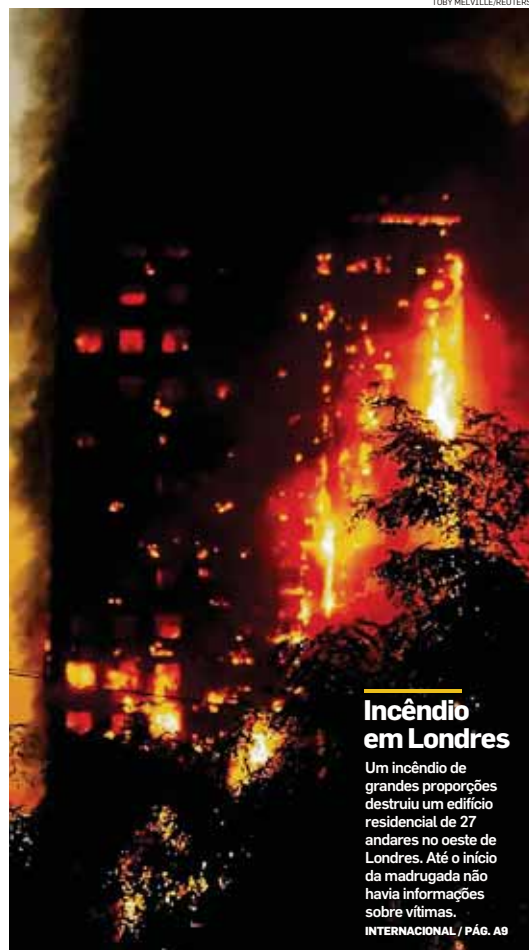
A Coreia do Norte libertou o americano Otto Warmbier, preso desde janeiro de 2016. Ele cumpria pena de 15 anos por "atos hostis" e está em coma. **INTERNACIONAL / PÁG. A9**

Miriam Leitão relata xingamento de petistas

POLÍTICA / PÁG. A8

Azul amplia frota e oferta de voos

ECONOMIA / PÁG. B12



TOBY MELVILLE/REUTERS

Incêndio em Londres

Um incêndio de grandes proporções destruiu um edifício residencial de 27 andares no oeste de Londres. Até o início da madrugada não havia informações sobre vítimas. **INTERNACIONAL / PÁG. A9**

Rotina precária nos hospitais universitários do interior de SP

Falta de vagas e de materiais e longa espera por cirurgias têm virado rotina nos hospitais universitários do interior. Em unidades que antes eram referências regionais de saúde foi constatada precariedade no atendimento. Gestores dos hospitais culpam o crescimento da população e a transferência para a rede pública de pacientes que perderam planos privados pelo problema. O Ministério da Saúde informa que aumentou os recursos destinados ao Estado. **METROPOLÉ / PÁG. A15**

NOTAS & INFORMAÇÕES

O necessário compromisso ético

Apenas se se sentisse muito fortalecido após a decisão do TSE, Temer poderia acreditar que seria capaz de preservar pessoas que há muito tempo deveriam ter sido demitidas. **PÁG. A3**

O interesse maior

Agiu com sensatez o PSDB ao decidir manter seu apoio ao governo de que faz parte. **PÁG. A3**

Tempo em SP 21° Máx. 15° Min.



Esta publicação é impressa em papel certificado FSC® garantido de manejo florestal responsável, pelo S. A. O Estado de S. Paulo



Poderes. Argumento dos senadores é de que não há previsão regimental nem constitucional para acatar decisão do STF; ministro diz que Casa descumpre determinação

Mesa diretora do Senado se recusa a afastar Aécio

BRASÍLIA

Quase um mês após o Supremo Tribunal Federal determinar o afastamento do senador Aécio Neves (PSDB-MG), o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), informou ontem que mantém em funcionamento o gabinete, nome no placar de votação e outros benefícios do tucano até que a Corte envie novas orientações. O Senado argumenta que não há previsão regimental ou na Constituição para o afastamento. Para o relator do inquérito na Corte, ministro Marco Aurélio Mello, porém, a Casa está descumprindo a decisão do Supremo.

“Comuniquei ao senador Aécio a decisão do STF de afastá-lo. Não tem previsão regimental ou constitucional de afastamento pela Justiça. Cabe ao ministro Fachin determinar a forma do afastamento e eu cumprirei a decisão complementar”, afirmou Eunício.

No STF, Marco Aurélio, que assumiu a relatoria da investigação contra Aécio, reagiu e disse que o Senado está descumprindo a decisão da Corte porque não foi convocado o suplente para a vaga. “Ele está realmente afastado. Se ele foi afastado do exercício, alguém tem de ocupar a cadeira. O Senado é integrado por 81 senadores, e não 80”, afirmou Marco Aurélio. O ministro disse não entender por que o suplente ainda não foi convocado. “Para isso, o Senado tem dois suplentes, para que não fique vazia a cadeira.”

Esta é a segunda vez que a Casa descumpre uma decisão de ministro do STF de afastar um senador. Em dezembro do ano passado, Renan Calheiros (PMDB-AL) permaneceu na presidência do Senado mesmo com liminar de Marco Aurélio determinando seu afastamento. “Decisão judicial é para ser cumprida, e ao que tudo indica o episódio de dezembro está fazendo escola”, disse ontem o ministro.

‘Esclarecimento’. Presidente do PMDB, o senador Romero Jucá (RR) defendeu a tese de que o STF preste esclarecimentos ao Senado. “Não existe de fato nada que diga no regimento ou na Constituição o que é um afas-

* SUPREMO EM PAUTA: Rubens Glezer

ESTADÃO FGV DIREITO SP

Poderes em desequilíbrio

A disputa em torno da suspensão do mandato do senador Aécio Neves (PSDB-MG) faz parte de um cenário estabelecido desde 2015 no qual o Supremo Tribunal Federal (STF) está em choque constante com o Congresso Nacional. A marca desse período não tem sido apenas a de conflito, mas de ações e respostas inusitadas que, por sua vez, colocaram em xeque a autoridade e a legitimidade das instituições envolvidas.

O Supremo tem se sentido cada vez mais à vontade para interferir no equilíbrio do poder político no Legislativo por meio de mecanismos que não constam expressamente de qualquer legislação. Isso ocorreu ao decidir sobre a situação de Delcídio Amaral (preso com base em critério fora dos previstos na Constituição) e a de Eduardo Cunha (criando a figura da suspensão de mandato).

Algo semelhante parecia acontecer com a decisão de afastar o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) da presidência do Senado, quando teve início uma espécie

de reação, na qual o senador e o Legislativo saíram vencedores; com isso, estabeleceu-se um novo patamar de conflito entre Poderes.

A Separação de Poderes é um sistema que exige controles recíprocos. Quando o Supremo criou para si novos mecanismos de interferência no Legislativo sem nenhum freio ao seu poder, desequilibrou excessivamente essa relação. Nesse sentido, foi o próprio STF que montou um cenário propício à resistência do Legislativo ao criar um sistema de interferência sem nenhum contrapeso à sua ação.

Há um certo paradoxo aqui. Quanto mais o Supremo quis ampliar seus poderes, mais abertura deu para o questionamento da sua autoridade para tomar tais decisões e realizar essas interferências.

No auge da reputação democrática do Judiciário era mais difícil para o Legislativo exercer essa resistência sem gerar revoltas populares. Contudo, o afastamento do senador Aécio ocorre no momento em que a confiança no Judiciário também está cambaleante; especialmente após a recente decisão do TSE. Por isso o Senado terá mais fôlego para resistir.

* PROFESSOR E COORDENADOR DO SUPREMO EM PAUTA DA FGV DIREITO SP

RESISTÊNCIA

● Pacote Anticorrupção

Decisão judicial: Luiz Fux determinou em dezembro de 2016 que projeto retornasse à Câmara
Descumprimento: Senado ignorou ordem por dois meses

● Pedido de impeachment

Decisão judicial: Marco Aurélio Mello determinou a abertura de comissão especial para analisar pedido de impeachment de Te-

mer em abril de 2016

Descumprimento: Deputados ignoram decisão e não indicam membros para compor comissão

● Afastamento de Renan

Decisão Judicial: Marco Aurélio Mello determinou o afastamento de Renan do comando do Senado em dezembro de 2016

Descumprimento: Renan aguardou no cargo decisão do plenário

tamento de senador, por isso é preciso um esclarecimento por parte do Supremo e um diálogo entre os presidentes do Congresso e do STF para cumprir essa decisão”, disse.

Líder do PMDB no Senado, Renan também se posicionou contra o afastamento de Aécio. “Uma liminar pode afastar um senador? Qual é a previsão? Você pode com o afastamento pre-

judgar e com vazamento seletivo condenar, sem culpa formada?”, questionou.

O posicionamento de Jucá sobre o afastamento de Aécio veio juntamente com um elogio ao PSDB, no dia seguinte de o partido decidir ficar na base do governo Michel Temer. Para o peemedebista, a decisão do PSDB é “fundamental” para as reformas e melhoria do ambiente

econômico. Segundo apurou o Estado, a manutenção do mandato de Aécio fez parte das negociações entre PMDB e PSDB para que os tucanos não deixassem o governo.

Marco Aurélio afirmou que só tomará alguma posição sobre o tema se receber algum pedido de uma das partes. “Se eles levantarem dúvida, se o Ministério Público disser que não está sendo cumprida a liminar, eu vou verificar.”

O presidente do Senado conversou sobre o assunto com a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, e com o ministro Edson Fachin, autor da decisão de afastar Aécio.

A defesa de Aécio afirmou, em manifestação enviada ao STF, que o tucano tem cumprido, sim, a decisão da Corte e que ele não praticou “qualquer ato inerente ao exercício do mandato” desde quando foi afastado. / ISABELA BONFIM, JULIA LINDER, BRENO PIRES, ISADORA PERON e VERA ROSA

Turma do STF mantém prisão de Andrea Neves

Marco Aurélio defendeu soltura de irmã de Aécio, mas foi vencido por Barroso, Rosa e Fux

Isadora Peron
Breno Pires / BRASÍLIA

Por três votos a dois, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal negou ontem o pedido de liberdade de Andrea

Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), presa desde o dia 18 de maio pela Operação Patmos.

Após o ministro Marco Aurélio Mello, relator do agravo, e Alexandre de Moraes votarem

de Aécio na Lava Jato.

Para o ministro, depois do mensalão e de três anos de força-tarefa, o modus operandi dos políticos parece continuar o mesmo. Enquanto Barroso votava, Marco Aurélio disse que a sociedade “chegou ao limite da indignação” e, por isso, “quer sangue”. “As vezes, como juiz, não podemos proporcionar o que ela pretende”, afirmou. “Certamente que não”, disse Barroso. “O clamor público jamais será suficiente para condenação ou decretação de prisão. Mas provas abundantes e contundentes certamente sim”, afirmou.

Em seu voto, Marco Aurélio havia defendido a prisão preventiva como instrumento de “natureza excepcional”. Rosa e Fux destacaram em seus votos que a decisão pode ser revista, mas que, por ora, a permanência de Andrea na



Relator. Ministro Marco Aurélio votou pela revogação da prisão

pela revogação da prisão preventiva, o ministro Luís Roberto Barroso abriu divergência e foi seguido por Rosa Weber e Luiz Fux.

Ao proferir seu voto contra a soltura, Barroso disse que, em

meio à “maior operação anticorrupção já revelada no País”, Andrea e Aécio procuraram o empresário Joesley Batista, um dos donos da JBS, para pedir R\$ 2 milhões para, segundo eles, pagar as despesas dos advogados

prisão era necessária para garantir o curso das investigações.

‘Vítima’. Em nota, Aécio disse que sua irmã “jamais foi responsável por algum tipo de iniciativa ilícita ou que oferecesse obstrução a quaisquer procedimentos por parte da Justiça”. “Minha irmã é vítima de um plano criminoso montado minuciosamente por Joesley Batista para conseguir junto à PGR (*Procuradoria-Geral da República*) o benefício da impunidade penal.”

Segundo ele, a defesa de Andrea já analisa “medidas cabíveis para buscar a soltura”. Na defesa encaminhada ao Supremo, a defesa de Andrea argumentou que ela não poderia ter sido presa por eventuais ilícitos cometidos por seu irmão. / COLABORARAM THIAGO FARIA, JULIA LINDNER e ISABELA BONFIM

Temer vai à Europa para mostrar normalidade

Em viagem à Rússia e à Noruega na próxima semana, presidente quer passar imagem de que o ‘País não está parado’

BRASÍLIA

Em meio à crise política agravada pela delação de empresários da JBS, o presidente Michel Temer decidiu manter a viagem para a Rússia e a Noruega na próxi-

ma semana com o objetivo de mostrar que “o País não está parado”. Além disso, para dar uma demonstração de força política, Temer reuniu 14 governadores e cinco vices ontem à noite para jantar, no Palácio da Alvorada, após o PSDB decidir permanecer no governo e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ter evitado a cassação de seu mandato.

Também estavam no Alvorada os ministros Henrique Meirelles (Fazenda), Dyogo Oliveira (Planejamento), Eliseu Padi-

lha (Casa Civil) e Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo), além do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

No jantar, o presidente deveria acenar com o atendimento de antigas reivindicações, como a regulamentação do refinanciamento de R\$ 50,5 bilhões em dívidas dos Estados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a retomada do projeto que permite ao setor público vender créditos de dívidas parceladas por contribuintes.

Com a chamada “securitização” dos débitos, os governadores terão mais dinheiro em caixa, a um ano e quatro meses das eleições de 2018. O Planalto,

por sua vez, espera como recompensa que alguns deles – como Geraldo Alckmin (PSDB), de São Paulo –, atuem para que as bancadas de seus partidos ajudem a impedir, no plenário da Câmara, a possível denúncia do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra Temer. O governo precisa do apoio de 172 dos 513 deputados para barrar a abertura do processo.

Interlocutores do presidente chegaram a avaliar que havia “um risco político alto” com a viagem, mas prevaleceu o argumento de que é fundamental que o presidente mostre que está trabalhando, independentemente da crise. / CARLA ARAÚJO, TÂNIA MONTEIRO e VERA ROSA

Primo de Aécio entrega R\$ 1,5 mi de dono da JBS

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-26/4/2017



Ajuda. Aécio diz que pediu um empréstimo a Joesley

Leonardo Augusto

ESPECIAL PARA O ESTADO
BELO HORIZONTE

A defesa de Frederico Pacheco, primo do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), fez um depósito judicial ontem no valor de R\$ 1,5 milhão em agência da Caixa Econômica Federal no bairro Luxemburgo, zona sul de Belo Horizonte. Frederico foi preso no dia 18 de maio durante a Operação Patmos.

Os recursos depositados seriam parte dos R\$ 2 milhões repassados pela JBS ao senador, conforme delação premiada de Joesley Batista, um dos donos da empresa. Frederico Pacheco foi um dos encarregados de transportar os recursos. Mendherson Souza Lima, que trabalhava para o senador Zezé Perrella (PMDB-MG), também teria participado do transporte do dinheiro.

No mês passado, a PF apreendeu duas sacolas com um total de R\$ 480 mil na casa da sogra de Mendherson, em Nova Lima, na Grande Belo Horizonte. O mandado de busca e apreensão foi anexado ao inquérito que investiga Aécio, no dia 26. Frederico e Mendherson estão presos na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem.

A informação sobre o valor depositado na Caixa foi repassada pelo advogado de Mendherson, Antonio Velloso Neto. A operação foi acompanhada pela Polícia Federal.

'Lavagem'. Para o advogado, o depósito realizado mostra que não houve lavagem de dinheiro com o uso de conta-corrente de empresa do filho do senador Perrella, Gustavo Perrella.

Conforme as investigações da PF, parte dos R\$ 2 milhões teria sido depositada na conta da Tapera Participações e Empreendimentos Agropecuários, que tem como dono Gustavo. “Não existe essa história de lavagem de dinheiro. Mendherson nunca lavou dinheiro na empresa do Perrella e nunca lavou dinheiro para ninguém”, afirmou Velloso. “É a comprovação absoluta de que o dinheiro não está mais em circulação.”

O advogado de Frederico Pacheco não atendeu ligações telefônicas nem respondeu a questionamentos feitos pela reportagem por mensagem. À época da prisão de Frederico e Mendherson, a defesa de Aécio Neves afirmou que os R\$ 2 milhões seriam um empréstimo para pagar seus advogados nas investigações da Operação Lava Jato.

Cunha vai depor em inquérito sobre Temer

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-15/9/2016



Curitiba. Cunha está preso desde outubro de 2016

Isadora Peron

Breno Pires | BRASÍLIA

O deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) prestará depoimento hoje no inquérito aberto no Supremo Tribunal Federal contra o presidente Michel Temer após a delação do grupo J&F. A audiência, às 11h, será na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba, cidade onde Cunha está preso desde outubro de 2016.

Em manifestação enviada ao STF, porém, a defesa do peemedebista pede que o depoimento seja adiado, pois os elementos do inquérito “não são de pleno conhecimento” de Cunha. Eventual adiamento da audiência depende do aval do relator do caso no Supremo, ministro Edson Fachin.

O advogado Rodrigo Sanchez Rios, que defende Cunha, afirmou que o peemedebista vai dizer que não recebeu valores da JBS em troca de seu silêncio. O ex-presidente da Câmara foi citado na conversa entre o empresário Joesley Batista, da JBS, e Temer, no Palácio do Jaburu.

Temer e seu ex-assessor e ex-deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), que está preso, são investigados sob suspeita de prática dos crimes de corrupção passiva, participação em organização criminosa e obstrução de Justiça. Eles negam a prática de qualquer crime.

Deputados tucanos ameaçam dissidência

Ala conhecida como 'cabeças pretas' deve votar pela autorização de abertura de inquérito caso Temer seja denunciado pela Procuradoria

Pedro Venceslau
Renan Truffi / BRASÍLIA

LUIS MACEDO/AGENCIA CAMARA-4/4/2017

A decisão do PSDB de permanecer no governo Michel Temer não colocou um ponto final na divisão interna do partido. Algumas horas depois da reunião ampliada da Executiva anteontem que selou a manutenção da aliança, a ala conhecida como “cabeças pretas” se reuniu para articular a formação de um bloco dissidente na bancada da Câmara dos Deputados.

Liderados pelo deputado Daniel Coelho (PE), esses parlamentares tucanos defendem o rompimento com o Palácio do Planalto e prometem votar a favor de abertura de inquérito no Supremo Tribunal Federal contra o presidente no caso de uma eventual denúncia da Procuradoria-Geral da República. Para julgar Temer, o STF precisa de autorização da Câmara.

A estimativa entre os tucanos é de que, dos 46 deputados federais da sigla, 14 defendem o desembarque do governo. Uma das justificativas é que não houve uma votação definitiva sobre a saída entre os membros presentes na reunião. Os caciques da legenda planejam marcar uma reunião na próxima semana, mas tentam antes pacificar a bancada tucana.

“O PSDB foi muito duro no combate à corrupção do governo do PT, mas parece agora fechar os olhos para atos muito parecidos que estão ocorrendo



Desembarque. Deputado tucano Daniel Coelho lidera grupo que defende rompimento

dentro do governo do PMDB”, disse Coelho ao **Estado**.

Ainda segundo o parlamentar, o grupo que pode formar uma ala dissidente reúne pelo menos 15 deputados federais. “A gente não pode passar por esse momento sem que as pessoas sejam julgadas. Estamos em uma onda de acusações e

precisamos ter a oportunidade de saber quem está certo e quem está errado”, afirmou.

Os dissidentes se reuniram ontem com o presidente interino da legenda, senador Tasso Jereissati (CE), que votou pelo desembarque do PSDB do governo na reunião de anteontem. Reservadamente, deputados fa-

lam até em deixar o partido caso se cristalize a permanência no governo federal.

Segundo a coluna Painei, do jornal *Folha de S. Paulo*, pelo menos cinco deputados tucanos estariam negociando a transferência para o PSL. Líderes tucanos minimizaram ontem a movimentação dos deputados “cabe-





2 PERGUNTAS PARA...

Miguel Reale Jr., ex-ministro e ex-vice-presidente do PSDB

1 O sr. decidiu se desfiliar do PSDB após a sigla decidir permanecer no governo. O PSDB tomou uma decisão míope e traiu suas origens. O partido nasceu liderado por (*Franco*) Montoro e Fernando Henrique Cardoso com uma marca ética e para se diferenciar do PMDB. O PSDB traiu sua história e desagradou à militância.

2 Qual será o impacto da manutenção da aliança para o PSDB em 2018? Será muito grave. O PSDB pode até ganhar apoio para salvar o mandato do Aécio Neves, mas perdeu seu discurso. Isso refletirá lá na frente. A cúpula tuana bate na tecla das reformas para justificar o apoio a Temer... O PSDB não precisa estar no governo para as reformas darem certo. /P.V.

ças pretas". "A vida política no Brasil requer reflexão e não impulso. De jeito nenhum vai haver debandada do partido", disse José Aníbal, presidente do Instituto Teotônio Vilela.

Para o ex-governador Alberto Goldman, vice-presidente nacional do PSDB, uma eventual

saída de deputados do partido seria por interesses pessoais. "Às vezes um deputado procura outro partido para ter melhores condições eleitorais, mas encontre isso com aparência de divergência política", afirmou.

Trocas. Se Temer for denunciado pela Procuradoria-Geral da República na próxima semana, os aliados do peemedebista esperam barrar a votação na Câmara dos Deputados antes do recesso parlamentar, que começa em 18 de julho.

O primeiro passo seria agir em bloco na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, que tem sete integrantes do PSDB. O primeiro desafio dos "cabeças brancas", portanto, seria convencer os tucanos do colegiado a atuar em sintonia com a estratégia da base aliada. O **Estado** apurou, porém, que pelo menos cinco membros do PSDB na CCJ são favoráveis ao rompimento com o Palácio do Planalto.

Líderes do partido ventilam a hipótese de pedir ao líder, Ricardo Tripoli (SP), que afaste os rebeldes da comissão. Ele, no entanto, rechaça a ideia. "Não haverá substituição de membros da CCJ. Disse ao Tasso que os deputados votarão conforme suas consciências", afirmou o tucano. Tripoli disse também que mantém boas relações com todos os integrantes da bancada e que não sofreu nenhum tipo de pressão para trocar membros da comissão.

Geddel coloca passaporte e sigilo bancário à disposição do Supremo

Valmar Hupsel Filho

O ex-ministro da Secretaria de Governo Geddel Vieira Lima colocou seu passaporte e outros documentos, além da quebra de seu sigilo fiscal e bancário, à disposição das autoridades. O documento foi protocolado anteontem, dias depois de o ex-ministro ter sido intimado a depor como testemunha no inquérito que tem como investigados o presidente Michel Temer e seu ex-assessor especial Rodrigo Rocha Loures, no Supremo Tribunal Federal (STF).

A defesa de Geddel divulgou

nota ontem na qual afirma ter sido dela a iniciativa de colocar os documentos à disposição da Justiça "para fins da devida transparência de ser restabelecida a verdade quanto a si". "Trata-se de uma iniciativa procedimental de quem não tem nada a esconder", diz o texto.

Segundo a nota, não houve qualquer solicitação das autoridades neste sentido. "Colocou à disposição e fará a entrega se assim for determinado, mas nenhuma requisição por juízo algum nesse sentido existe".

A proatividade de Geddel acontece no momento em que

UESLEI MARCELINO/REUTERS-22/11/2016



Ex-ministro. Geddel é citado em delações da Odebrecht

crece no Palácio do Planalto a impressão de que o ex-ministro será o próximo alvo do que assessores palacianos chamam de "ataques" da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República para desestabilizar o presidente.

Amigo de Temer há mais de 30 anos, Geddel foi citado em delações de executivos da Odebrecht, como receptor de recursos "por fora", e da JBS, como o antecessor de Rocha Loures na interlocução entre a empresa e o governo. Ele nega. Geddel deixou o governo em novembro acusado de pressionar o ex-ministro da Cultura Marcelo Calero para atender a interesses próprios na liberação de um edifício em Salvador. O ex-ministro não quis falar com a reportagem ontem.

Joesley depõe na PF sobre conta atribuída a petistas

Empresário, que está no Brasil desde domingo, é ouvido no inquérito que apura repasses de US\$ 80 milhões aos ex-presidentes Lula e Dilma

Andreza Matais

Fabio Serapião /BRASÍLIA

O empresário e delator Joesley Batista, principal acionista do Grupo J&F, dono da JBS, voltou ao Brasil no do-

mingo passado e prestou depoimento na Procuradoria da República do Distrito Federal para a Operação Bullish. A oitiva foi realizada no inquérito que investiga as afirmações prestadas no acordo de co-

tigação, o ex-presidente Lula afirmou que não comentaria o caso antes de ter acesso ao conteúdo da delação. Dilma afirmou que “jamais tratou ou solicitou de qualquer empresário nem de terceiros doações, pagamentos ou financiamentos ilegais para as campanhas eleitorais, tanto em 2010 quanto em 2014, fosse para si ou quaisquer outros candidatos”.

Deflagrada no dia 12 de maio, cinco dias antes do vazamento da delação dos executivos da J&F, a Bullish investiga possíveis irregularidades no repasse de R\$ 8,1 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o grupo.

A investigação em que Joesley

foi ouvido foi instaurada pelo procurador Ivan Marx porque o desmembramento promovido pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), baseou-se na conexão dos fatos narrados pelos delatores com as irregularidades no banco público.

Em nota, a J&F confirmou que Joesley está no Brasil e sua

laboração de Joesley sobre repasses de mais de US\$ 80 milhões para ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a presidente cassada Dilma Rousseff, ambos do PT.

À época da abertura da inves-

viagem nos últimos dias teve como objetivo “proteger a integridade de sua família, que sofreu reiteradas ameaças desde que ele se dispôs a colaborar com o Ministério Público”.

De acordo com o comunicado da empresa, Joesley “estava na China – e não passeando na Quinta Avenida, em Nova York, ao contrário do que chegou a ser noticiado e caluniosamente dito até pelo presidente da República”. Joesley cortou o cabelo para não ser reconhecido.

Petrobrás é teste para leniência da J&F

Pág. B5

● Rejeição

O presidente da CCJ da Câmara, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), decidiu rejeitar pedido de explicações de Edson Fachin, do STF, sobre relação com Ricardo Saud, executivo do Grupo J&F.

foi ouvido foi instaurada pelo procurador Ivan Marx porque o desmembramento promovido pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), baseou-se na conexão dos fatos narrados pelos delatores com as irregularidades no banco público.

Em nota, a J&F confirmou que Joesley está no Brasil e sua

Henrique Alves pede almoço ‘vip’ na prisão

Ricardo Araújo

ESPECIAL PARA O ESTADO / NATAL

O juiz federal Francisco Eduardo Guimarães Farias fez ontem uma inspeção de surpresa à Academia da Polícia Militar, em Natal, onde está preso o ex-presidente da Câmara Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN). A vistoria foi motivada pelo parecer do Ministério Público Federal, emitido anteontem, que denunciou regalias a Alves na prisão e pediu a transferência do ex-ministro para Brasília. O juiz analisa o documento e deve se manifestar em breve.

Segundo o MPF, Alves não estaria comendo a marmita servida aos presos e estaria recebendo “comida de restaurantes famosos” da capital potiguar. Os procuradores apontam ainda que ele estaria recebendo visitas livremente e usando celular na cadeia. A assessoria da Polícia Militar negou todas as acusações. O pedido de transferência para Brasília, “mais adequado a presos com diploma de nível superior”, contudo, foi suspenso por um desembargador.

Defesa. O advogado de Henrique Alves, Ezequias Cortez, afirmou que o parecer do Ministério Público Federal contém “inverdades absolutas”. Sobre a inspeção do juiz, informou que não estava no local no momento, mas disse acreditar na “Justiça e aguarda o relatório”.

Moro condena Cabral a 14 anos de prisão

Réu em outras 9 ações, ex-governador do Rio é sentenciado pela primeira vez em decisão do juiz da Lava Jato; Adriana Ancelmo é absolvida

O juiz federal Sérgio Moro condenou ontem o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) a 14 anos e 2 meses de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. A condenação de Curitiba é a primeira do peemedebista na Operação Lava Jato – ele é réu em nove processos na 7.ª Vara Criminal da Justiça Federal no Rio. A ex-primeira-dama Adriana Ancelmo foi absolvida por falta de provas.

Cabral foi condenado por receber propina de R\$ 2,7 milhões da empreiteira Andrade Gutierrez, entre 2007 e 2011, em obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), da Petrobrás, e por lavar R\$ 436,5 mil durante o mandato de governador.

Moro atribuiu ao ex-governador culpa pela “ruína nas contas públicas” do Rio. O juiz da 13.ª Vara Federal de Curitiba, responsável pela Lava Jato, apontou ainda, em sua sentença, “ganância desmedida” de Cabral, preso desde 17 de novembro de 2016 na Operação Calicute. Ele afirmou que “não pode haver ofensa mais grave do que a daquele que trai o mandato”. Pela decisão, Cabral vai cumprir o início da pena em regime fechado e pagará multa de R\$ 673 mil.

Na denúncia contra Adriana, o Ministério Público Federal listou gastos da família Cabral que seriam superiores a R\$ 100 mil mensais. Algumas compras teriam sido feitas pela mulher do peemedebista. O juiz afirmou, no entanto, que a ex-primeira-dama não teria como saber de crimes de lavagem do marido. Segundo o magistrado, as compras em lojas de grifes não são suficientes para condená-la.

“O gasto do produto do crime em bens de consumo não é, por si só, lavagem de dinheiro e não há prova suficiente de que ela tenha participado das condutas de ocultação e dissimulação que caracterizaram esse crime no ca-

so concreto”, escreveu Moro.

Adriana ainda responde a outros processos na Justiça do Rio e pode ser punida, segundo Moro, por crimes relacionados diretamente ao seu escritório de advocacia. “Por exemplo, com alegações de que haveria contratos fictícios de prestação de serviços”, assinalou o juiz.

Aliados. Parceiros do peemedebista também foram condenados por corrupção e lavagem de dinheiro. O ex-secretário de Administração da Gestão de Cabral Wilson Carlos Cordeiro da Silva Carvalho foi sentenciado em 10 anos e 8 meses de prisão. Ele é apontado, por delatores da Lava Jato, de ser o “operador administrativo” do peemedebista, responsável pela organização da forma de pagamento e da cobrança das propinas ajustadas pelas empreiteiras. A mulher de Carvalho, Mônica Carvalho, foi absolvida por falta de provas.

Carlos Miranda, ex-assessor parlamentar de Cabral e delatado como o principal operador de propina do ex-governador, foi condenado a 10 anos.

Carvalho está preso em Curitiba. Cabral e Miranda estão detidos no Rio. Na sentença, Moro determinou que eles continuem na prisão enquanto recorrem da condenação.

Moro estabeleceu um paralelo entre o ex-governador e os outros condenados e a população do Rio. “Uma versão criminosa de governantes ricos e governados pobres”, escreveu. Cabral é acusado de receber propinas milionárias de empreiteiras sobre obras no Estado que receberam recursos federais.

O esquema, segundo o MPF, foi chefiado pelo peemedebista e teria movimentado R\$ 224 milhões de corrupção. Só o ex-governador, seria beneficiário de R\$ 7,5 milhões, que incluía mesadas de R\$ 350 mil da Andrade Gutierrez e mesadas de até R\$ 500 mil da Carioca Engenharia.

Os advogados de Cabral informaram que estão analisando a sentença e vão apelar da condenação. As defesas dos outros condenados não responderam ao **Estado**. / **JULIA AFFONSO, RICARDO BRANDT, FAUSTO MACEDO e LUIZ VASSALLO**



NA WEB

Sentença.

A decisão do juiz Sérgio Moro

estado.com.br/e/cabralcondenado





DEZ AÇÕES PENAIS

● Relação dos processos da Lava Jato em que o ex-governador Sérgio Cabral é réu



FOTO: GERALDO BUBNIAK/AGÊNCIA O GLOBO-10/12/2016

	CRIMES	DENÚNCIA
2016 Novembro OPERAÇÃO CALICUTE	<ul style="list-style-type: none"> ● Corrupção passiva ● Lavagem de dinheiro ● Quadrilha ● Organização criminosa 	Grupo teria recebido propinas no valor de R\$ 224 milhões
Dezembro OPERAÇÃO CALICUTE	<ul style="list-style-type: none"> ● Corrupção ● Lavagem de dinheiro 	Recebimento de propina de pelo menos R\$ 2,7 milhões da Andrade Gutierrez, entre 2007 e 2011, referente a obras do Comperj
2017 Janeiro OPERAÇÃO EFICIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ● Corrupção ● Lavagem de dinheiro 	Eike Batista teria pago US\$ 16,5 milhões em propina a Sérgio Cabral em 2011
Fevereiro OPERAÇÃO EFICIÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> ● Lavagem de dinheiro 	Provas indicariam lavagem de ativos de diferentes maneiras, entre elas pagamento, no Rio, de despesas pessoais de Cabral e familiares
OPERAÇÃO MASCATE	<ul style="list-style-type: none"> ● Lavagem de dinheiro 	Grupo movimentou R\$ 10 milhões de 30 de agosto de 2007 a 28 de setembro de 2015, em lavagem de ativos
Março OPERAÇÃO CALICUTE	<ul style="list-style-type: none"> ● Evasão de divisas ● Lavagem de dinheiro ● Corrupção passiva 	Esquema do ex-governador teria movimentado US\$ 100 milhões no exterior
Abril OPERAÇÃO CALICUTE	<ul style="list-style-type: none"> ● Fraude em licitação ● Corrupção 	Fraude no Maracanã e na Copa de 2014. Ao menos R\$ 35 milhões teriam sido pagos em propina
Maio OPERAÇÃO FATURA EXPOSTA	<ul style="list-style-type: none"> ● Corrupção passiva ● Corrupção ativa ● Organização criminosa 	Fraude de contratos na área da saúde e pagamentos de propina
OPERAÇÃO CALICUTE	<ul style="list-style-type: none"> ● Corrupção passiva ● Corrupção ativa 	Ex-governador é acusado de receber mesada de até R\$ 500 mil da empreiteira Carioca Engenharia
Junho OPERAÇÃO CALICUTE	<ul style="list-style-type: none"> ● Lavagem de dinheiro 	Uso de empresa para dar aparência lícita ao pagamento de R\$ 1,7 milhão em propina

1ª sentença: Moro condenou Cabral a 14 anos de prisão



FOTO: MARCOS ARCOVERDE/ESTADÃO-8/2/2017

FOTO: FABIO MOTTA/ESTADÃO-5/2/2013



Míriam Leitão relata agressões verbais de petistas em voo

Jornalista de 'O Globo' diz que foi ameaçada e xingada por delegados do PT em trajeto de avião entre Brasília e Rio

Elisa Clavery

A jornalista Míriam Leitão relatou, em sua coluna no jornal *O Globo*, que foi alvo de agressões verbais por parte de delegados do PT durante um voo, de Brasília para o Rio. O episódio aconteceu no dia 3 de junho, último dia do Congresso Nacional do partido em Brasília. Segundo a jornalista, que também é colunista do canal Globonews, ela foi amea-

çada, xingada e chamada de "terrorista" durante a viagem por um grupo de 20 pessoas.

"Não eram jovens militantes, eram homens e mulheres representantes partidários. Alguns já em seus 50 anos. Fui ameaçada, tive meu nome achincalhado e fui acusada de ter defendido posições que não defendo", escreveu Míriam.

Em nota conjunta divulgada ontem, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) repudiaram os ataques verbais e as ameaças contra Míriam. "Atitudes como essas refletem autoritarismo,

intolerância e desconhecimento do papel da imprensa – o de informar a sociedade sobre assuntos de interesse público."

De acordo com a jornalista, o problema ocorreu em um voo da companhia Avianca. Ela disse que o piloto do avião não fez nada para restabelecer a ordem a bordo nem a tripulação, que, segundo a jornalista, se permaneceu "inerte" diante de "gritos, slogans e cantorias".

Míriam, que estava na poltrona 15C e próxima de algumas das pessoas que a hostilizaram, contou que uma comissária, a pedido do comandante, a convidou para sentar nas primeiras fileiras de poltronas do avião. Ela, porém, recusou a oferta.

ódio eram profissionais do partido". A jornalista disse que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva citou, mais de uma vez, seu nome em reuniões do partido.

'Radicalização'. A presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann (PR), disse, em nota, lamentar o constrangimento. Ela afirmou que a sigla orienta a militância "a não realizar manifestações políticas em locais impróprios e a não agredir qualquer pessoa por suas posições políticas, ideológicas ou por qualquer outro motivo, como confundi-las com empresas para as quais trabalham".

Ainda na nota, a senadora criticou a Rede Globo e disse que a emissora é, "em grande medida, responsável pelo clima de radicalização e até de ódio por que passa o Brasil".

guiu a praxe do setor para esses casos".

Míriam terminou sua coluna afirmando que "não acha que o PT é isso", mas repetiu que "os protagonistas desse ataque de

Juiz autoriza inquérito contra Bendine

Alvo de delações da Odebrecht na Operação Lava Jato, o ex-presidente da Petrobrás Aldemir Bendine será investigado no Paraná. Ele foi presidente do Banco do Brasil entre abril de 2009 e fevereiro de 2015. No mesmo mês, Bendine assumiu o comando da petrolífera e renunciou ao cargo em maio de 2016.

O juiz federal Sérgio Moro autorizou a abertura de inquérito policial na sexta-feira passada. A investigação corre sob sigilo, segundo o magistrado, "a fim de preservar as diligências ainda a serem realizadas".

Os depoimentos dos executivos Marcelo Odebrecht, herdeiro da empreiteira, e Fernando Ayres da Cunha Santos Reis sobre Bendine foram enviados do Supremo Tribunal Federal (STF) para a 13.^a Vara Federal de Curitiba, sob responsabilidade de Moro. Eles narram "suposta solicitação e pagamento de vantagem indevida a Aldemir Bendine na condição de presidente da Petrobrás". Marcelo disse que "ofereceu, prometeu e pagou vantagem indevida no valor de R\$ 3 milhões", segundo as delações.

A delação da Odebrecht também cita que Bendine "apresentou-se como um 'interlocutor da presidente da República' (*Dilma Rousseff, cassada em agosto de 2016*)".

Os investigadores apontam que o valor teria alcançado 1% da dívida alongada da Odebrecht Ambiental perante o Banco do Brasil para "permitir a renegociação do débito". No documento, a Procuradoria da República afirma que serão investigados "os crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e outros substanciados nos supostos pagamentos de vantagens indevidas feitos pela Odebrecht em favor de Aldemir Bendine".

Procurada pela reportagem, a defesa de Bendine não foi localizada. / J.A. e R.B.

● Desabafo

"Não eram jovens militantes, eram homens e mulheres representantes partidários. Alguns já em seus 50 anos. Fui ameaçada, tive meu nome achincalhado e fui acusada de ter defendido posições que não defendo."

Míriam Leitão

JORNALISTA



ED FERREIRA/ESTADÃO-9/6/2009

Fiscal. Newton Cardoso Jr., reconduzido ao posto de relator do projeto, pretende agora reduzir o pagamento mínimo inicial para adesão ao projeto, elevar a possibilidade de uso de créditos tributários nos pagamentos e ampliar o prazo para entrada no programa

Relator do novo Refis quer tornar projeto mais benéfico às empresas

Igor Gadelha
Ídiana Tomazelli | BRASÍLIA

Um dos artífices do processo que desfigurou o texto da Medida Provisória para parcelamento de débitos tributários encaminhado pelo governo no início do ano, transformando-a num generoso programa de refinanciamento de dívidas, o deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) foi eleito ontem relator da nova MP 783, enviada para substituir a anterior. E, apesar do acordo selado com o governo no fim de maio para a nova MP, o relator já prepara mais mudanças.

As sugestões de alteração miram pontos que já geravam impasse entre a área econômica e os parlamentares. O script é semelhante ao que foi observado na MP 766, primeira versão do Refis, que pelas mãos de Cardoso Jr. acabou se transformando em um programa com descontos praticamente integrais nos juros e nas multas das dívidas. Muitos parlamentares têm empresas com dívidas tributárias, incluindo o relator, e teriam interesse em condições mais favoráveis de parcelamento.

O novo texto do Refis prevê um prazo máximo de 180 meses para o pagamento das dívidas refinanciadas. Já o maior desconto previsto é no pagamento à vista, com abatimento de 90% nos juros e de 50% nas multas.

Agora reconduzido ao posto de relator, Cardoso Jr. já pensa em reduzir a “entrada” para parcelamentos no Refis. Hoje, esse valor é de 20% da dívida para grandes devedores e de 7,5% para quem tem débitos de até R\$ 15 milhões. Qualquer redução, contudo, pode comprometer a expectativa do governo de reforço de caixa em 2017. Com o novo Refis, a área econômica pas-

sou a prever arrecadação de R\$ 13,3 bilhões neste ano, que ajudariam no cumprimento da meta fiscal. “Tem de definir um percentual de entrada que o contribuinte terá de pagar em 2017 que atenda o governo e a sociedade ao mesmo tempo. Para mim, 7,5% é bem interessante”, afirmou Cardoso Jr..

O relator do Refis também avalia elevar o limite de R\$ 15 milhões em dívidas para que o devedor tenha condições diferenciadas no pagamento. Além do valor menor de entrada, esse grupo poderá associar descontos em multas e juros ao uso de créditos tributários para abater a dívida. A ideia do peemedebista é fixar um limite maior, para que mais devedores alcancem as condições mais benéficas.

- ◆ Hoje, quem deve mais de R\$ 15 milhões tem de escolher entre o uso dos créditos ou os descontos, sem acúmulo. “Parece que ficou aquém da necessidade da economia. Esse limite não tem eficácia, porque não atinge quem está prejudicado”, disse.
- ◆ O prazo de adesão também está na mira do relator. A MP enviada pelo governo prevê que os contribuintes podem entrar no Refis até 31 de agosto deste ano. A fixação dessa data foi considerada um trunfo pela área econômica, pois termina antes de o texto caducar no prazo legal (60 dias prorrogáveis por mais 60 dias), em outubro. O relator quer propor que o prazo seja de 120 dias a partir da regulamentação pela Receita.

Câmara aprova projeto que libera R\$ 8,6 bi ao governo

União poderá resgatar precatórios parados nos bancos há mais de dois anos, sem serem pleiteados pelos seus beneficiários

Igor Gadelha e Idiana Tomazelli, O Estado de S. Paulo
13 Junho 2017 | 17h30

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 13, em votação simbólica, o projeto de lei que permite ao governo federal resgatar os precatórios que estão parados nos bancos e não foram pleiteados por seus beneficiários em dois anos. A receita extra de R\$ 8,6 bilhões com essa medida deve liberar uma parte do corte no orçamento anunciado pela equipe econômica para cumprir a meta fiscal.

Precatórios são requisições de pagamento expedidas pela Justiça para cobrar de municípios, Estados ou da União, assim como de autarquias e fundações, o pagamento de valores devidos após condenação judicial definitiva. A matéria seguiu para análise do Senado.

O projeto aprovado cancela os precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) federais depositados há mais de dois anos em banco federal e que não foram sacados pelos beneficiários. A proposta, entretanto, não extingue de forma definitiva o direito do credor, pois abre a possibilidade de o beneficiário pedir a expedição de novo precatório, mantendo a

mesma posição antes ocupada na ordem para pagamento.

Pela proposta, pelo menos 20% do valor cancelado devem ser destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino e outros 5% ao programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAAM). No caso de os credores serem entes da administração pública, o máximo a ser reservado do montante principal para os honorários advocatícios contratuais será de 2%.

Ganho. A proposta faz parte do pacote de medidas econômicas que o governo quer aprovar no Congresso para incrementar receitas. O objetivo é liberar o quanto antes uma parte maior dos recursos do Orçamento que foram bloqueados no início do ano. Até o momento, as despesas de custeio repressadas pelo contingenciamento somam R\$ 38,978 bilhões.

Segundo uma fonte da equipe econômica, o valor que deve ser liberado depende também de outras medidas e do comportamento da arrecadação. De acordo com essa fonte, a liberação de parte do corte por causa da receita extra dos precatórios já tinha sido anunciada para atenuar o corte e não está relacionada com a crise política.



Liderança do governo defende a aprovação do texto original Foto: André Dusek/Estadão

Por sobrevivência política, bondades do governo vão de Refis a mudança no IR

Caso o projeto seja aprovado rapidamente, o governo cogita preparar e divulgar um relatório extemporâneo de avaliação de receitas e despesas, para liberar o dinheiro o mais breve possível, como mostrou o Estadão/Broadcast na semana passada. Outra ala do governo defende que seja feita na divulgação regular do relatório, programada até 22 de julho, referente ao terceiro bimestre do ano.

A avaliação da área econômica é que há despesas que precisam ser urgentemente liberadas, incluindo as da área da saúde. O risco da demora é travar a máquina pública. As emendas parlamentares também acabaram contingenciadas, justamente no momento em que o governo do presidente Michel

Temer tenta recompor sua base aliada no Congresso Nacional após as delações da JBS, que o atingiram diretamente.

O governo fez um corte inicial de R\$ 42,1 bilhões em março deste ano, bem maior do que os R\$ 30 bilhões que eram pretendidos para não sufocar a administração e a oferta de serviços públicos. Com esse bloqueio, a estimativa era de que o fôlego do governo duraria até agosto. Mas o quadro atual já é de aperto nas despesas.

O governo ainda não pôde incluir as receitas com o resgate dos precatórios em sua previsão de arrecadação por não haver respaldo jurídico. Isso só deve ser feito com a aprovação do projeto de lei.

Saúde. Em Campinas, Hospital das Clínicas chegou a suspender atendimento nos prontos-socorros e em UTI; em Sorocaba, pacientes são colocados para fora após tratamento no Hospital Regional. Pessoas relatam longas esperas por consulta e cirurgia

Alta procura e falta de estrutura afetam hospitais universitários do interior

José Maria Tomazela
SOROCABA

Falta de insumos básicos, como agulha, gaze e esparadrapo, e de vaga na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), suspensão do atendimento no pronto-socorro e espera de até cinco anos por cirurgia. Esta é a realidade enfrentada por hospitais universitários no interior de São Paulo. Segundo gestores das unidades, a estrutura dos hospitais não acompanhou o crescimento da população e houve aumento da demanda com a migração de pacientes que perderam o plano de saúde privado e hoje estão na rede pública.

O Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas, paralisou o atendimento no pronto-socorro adulto e infantil e na UTI pediátrica em maio em razão do excesso de pacientes. O pronto-socorro (PS) infantil ficou fechado por uma semana para novos casos e procedimentos eletivos foram suspensos. O PS adulto fechou por 24 horas, após chegar a 72 macas instaladas onde cabem 28. “Foi uma medida dura, mas necessária, em razão da superlotação”, afirmou o superintendente do HC da Unicamp, João Batista de Miranda.

Um grupo de trabalho do HC investiga a morte da doméstica Marlene de Lourdes Spíndola, de 49 anos, em 26 de maio. Atriagem para novos pacientes estava suspensa e ela, com dores no peito, não conseguiu atendimento. Foi levada para um posto municipal, onde morreu de enfarte. “Ela estava mal, com muita dor, e foi mandada de volta”, disse a cunhada Fátima Spíndola, de 59.

Segundo Miranda, quando a doméstica morreu, de 50% a 60% dos pacientes internados eram oriundos do PS. Com a unidade superlotada, houve falta de espaço até para a circulação de médicos e enfermeiros. “Tudo tem limite e tivemos de agir para manter a qualidade do atendimento, que é inegociável. Há risco de que isso se repita. Nossa UTI pediátrica tem capacidade para 10 leitos e hoje está com 14 (os quatro extras são improvisados).” A situação deve perdurar até setembro, quando as obras da nova UTI, com 20 leitos pediátricos, serão entregues.

Pacientes também enfrentam espera e lotação. O funcionário público Argemiro Gonçalves, de 59 anos, que acompanhava sua mulher, Cleusa Gonçalves, de 50, deitada numa maca na entrada do hospital, esperou quatro horas para que ela retirasse um dreno. “É muita gente, está tudo lotado”, disse Gonçalves, morador de Pedreira. Na



Superlotado. O atendimento no PS do Hospital das Clínicas da Unicamp foi paralisado, em maio, por excesso de pacientes



Gravidez de risco. Paula levou seis horas para ser atendida

30.ª semana de gravidez, de alto risco, Paula de Oliveira, de 26 anos, chegou às 5 horas no HC e foi atendida após seis horas.

Em Sorocaba, o Hospital Regional – referência para 48 cidades e que atende os estudantes da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) para residência – convive com a falta de insumos básicos. Pacientes afirmam que tiveram de comprar fraldas e pomadas.

Não há local para abrigar os doentes após o tratamento. No dia 1.º, Leonilda Batista, de 73 anos, foi colocada de maca na calçada até a chegada da ambulância da prefeitura de Mirandópolis, que a levaria para casa. O veículo municipal tinha seguido para São Paulo com outros pacientes e só voltou à noite.

Em março, a Justiça determinou perícia no Conjunto Hospitalar, que integra o Regional, para apurar denúncias de falta de materiais básicos, equipamentos e de vagas para pacientes que necessitam de serviço especializado, áreas em péssimo estado de conservação e infestação de insetos. O Estado constatou que pacientes são atendidos em macas, no saguão, por causa da superlotação. A PUC-SP afirmou que os alunos do câmpus de Sorocaba utilizam pouco a es-

PARA ENTENDER

De onde vêm os recursos

Os hospitais públicos do interior, incluindo os universitários, são mantidos principalmente com recursos da União, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Quase toda sua clientela é do SUS. Há uma tabela para pagar procedimentos – de serviços ambulatoriais a internações e cirurgias – para unidades con-

veniências. Os repasses observam cotas de atendimento de cada hospital e podem ser mudadas conforme a demanda.

As unidades recebem também, por convênio, verbas estaduais e municipais, para emergências e casos mais complexos.

Nos últimos anos, hospitais universitários da capital – como o São Paulo, da Unifesp, e o HU, da USP – também têm sofrido com grande procura e falta de recursos.

trutura do Conjunto Hospitalar, pois concentram as atividades no Hospital Santa Lucinda.

Na ambulância. No Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, que atende à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão, as pessoas eram atendidas dentro das ambulâncias, do lado de fora, por falta de leitos, macas e de espaço físico na emergência, na madrugada do dia 7. Pacientes reclamam da dificuldade para conseguir atendimento em Ortopedia – há 2,3 mil pessoas esperando na região pelo procedimento, segundo o Departamento Regional de Saúde. O educador social Nilson Gabriel da Costa, de 52 anos, aguarda por uma prótese no joelho há cinco anos. Em nota, o HC informou que há limi-

tação orçamentária para fornecimento de órteses e próteses.

No Hospital das Clínicas de Marília, ligado à Faculdade de Medicina de Marília (Fame-ma), pacientes de radioterapia relatam interrupção do tratamento. “Meu marido faz radioterapia há seis meses, mas ficou várias semanas sem tratamento porque o equipamento não estava funcionando. Acho que isso prejudica a recuperação dele”, disse a dona de casa Valnete Mariano Lima. A unidade informou que houve paralisação para manutenção preventiva de equipamentos.

A pediatria do Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos (UfsCar) registrou alta de mais de 60% no atendimento após o fechamento de unidades próximas.



NA WEB
Portal. Leia
outras notícias
de Saúde

estadao.com.br/e/saude

COLUNA DO ESTADÃO

ANDREZA MATAIS
MARCELO DE MORAES
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
POLITICA.ESTADAO.COM/BR/BLOGS/COLUNA-DO-ESTADAO/

Procurador preso está em sala especial no DF

Desde que foi preso, o procurador Ângelo Goulart Villela ocupa uma sala do Estado-Maior da PM do Distrito Federal. Não se trata de uma cela, com grades, mas quase de um quarto, com porta, cama com colchão e armário para guardar as duas mudas de roupa a que tem direito. Banheiro e tevê são coletivos. Bem diferente da Papuda, que recebeu outros acusados pelo delator Joesley Batista. Se a PF recebeu provas relacionadas a Michel Temer, investigado no mesmo caso, o material apreendido com Villela foi analisado apenas pela PGR.

» **Big Brother.** O procurador-geral, Rodrigo Janot, pediu um relatório sobre a condição prisional do colega. Interlocutores do procurador dizem que ele estaria propenso a fazer delação premiada, mas com a PF.

» **É lei.** O chefe da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho, diz que não há regalias porque Villela, por ser procurador, tem direito a condições especiais. O comando da PM diz que na sala ficam presos formados em Direito e autoridades.

» **Flambou.** O Planalto acha que o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) seria um excelente nome para relatar a denúncia de Janot contra Temer por seu estilo bom de briga. Mas a indicação antecipada pode ter queimado o movimento.

» **Apetite.** A ala dos cabeças-brancas do PSDB associa a resistência dos cabeças-pretas a uma negociação por cargos no governo. O grupo alega que os jovens se sentem preteridos.

» **Último moicano.** O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) perdeu ontem seu último cargo no governo. Depois de votar contra a reforma trabalhista, viu sua indicação para o comando do Distrito de Saúde Indígena de Parintins ser demitida.

» **Tudo nosso.** A queda de braço ocorre justamente no momento em que Braga se prepara para disputar a eleição para o governo do Estado do Amazonas. A vaga da aliada do senador foi gentilmente ofertada para dois de seus principais adversários políticos: Omar Aziz e José Melo.

FACEBOOK JOÃO DORIA



» **Click.** O prefeito de São Paulo, João Doria, participou ontem da gravação do programa de Sílvio Santos, no SBT. Doria também apareceu no 'A Praça é Nossa'.

» **Bateu...** Preocupado com a resistência do PSDB, o deputado Newton Cardoso (PMDB-MG) perguntou ao líder Baleia Rossi (PMDB-SP), pelo grupo de WhatsApp do partido, como ficaria a aliança tucana sem defender Temer.

» **...levou.** Defensor de Temer, Carlos Marun mandou o recado: "Atenção: para que todos se preparem para esta nova etapa do relacionamento com os tucanos, recomendo leitura do livro: *Dormindo com o inimigo*".

» **Vaga.** O nome mais cotado para o Ministério da Cultura é o do deputado André Amaral (PMDB-PB), com apoio das bancadas peemedebistas de Minas e do Rio.

» **Mais problemas.** Há grande insatisfação na base com a resistência do Planejamento em autorizar pagamento de emendas paroquiais para deputados aliados. Vai haver pressão de ministros para que Temer intervenha.

» **Jelimbela.** O senador Paulo Paim (PT-RS) interrompeu seu voto, de quatro horas de duração, rechaçando a proposta de reforma trabalhista para tomar um chá contra a diabetes: "Vou dar a fórmula: quiabo, gengibre, 'jelimbela'. Como é que fala? Aquela frutinha preta comprida, como é? Berinjela! E limão".

COM NAIRA TRINDADE. COLABOROU FERNANDO NAKAGAWA.

» **SINAIS PARTICULARES.** Alceu Moreira, deputado federal (PMDB-RS)



KLEBER SALES / ESTADÃO

PRONTO, FALEI!



Ricardo Trípoli

Líder do PSDB na Câmara dos Deputados

"O pessoal diz que a bancada está dividida. Não está. Ela está exercendo o exercício do contraditório", sobre a resistência de deputados em apoiar o governo.

Não há ingênuos nesse prostíbulo

JOSÉ
NÉUMANNE

A entrada dos irmãos Batista de Anápolis, Goiás, no noticiário político-policial com a visita de Joesley ao presidente Michel Temer no porão do Jaburu inicia uma devastação de reputações. A primeira é a do anfitrião, Temer, que já havia sido citado em delações e se comporta de forma permissiva com seus sete ministros delatados. No caso dele, parecia ponto pacífico que não seria atingido por investigação policial, acusação do Ministério Público nem condenação judicial, pois só pode ser incriminado por delitos cometidos no exercício da Presidência.

Com a delicada situação política e a necessidade de confiabilidade para conduzir a economia à recuperação, parecia difícil ele se arriscar a um flagrante. A visita de Joesley surpreendeu a todos, pois nada a justificava, a não ser a certeza absoluta da impunidade e o total desprezo pela inteligência alheia. No entanto, deu-se o que menos se esperava: uma delação premiada (!) dos acionistas e executivos da holding J&F e uma ação programada da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF) flagraram Temer ouvindo um delinquente, acusado em cinco operações policiais, a confessar delitos que levantam suspeitas claríssimas de crimes cometidos de corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da investigação. Mas, em vez de negar com fatos as acusações, Temer mostrou-se obsessivo em ficar no governo, alegando que precisa completar sua cruzada contra a recessão e tendo a seu favor a indefinição quanto à sua substituição.

Após *O Globo* ter noticiado o prêmio excessivo aos irmãos Batista, a *Veja* informou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi encarregada de encontrar algum deslize na biografia do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Edson Fachin, que homologou a delação premiada. Isso para evitar que ele relate a investigação pedida pelo procurador-geral da República, Rodrigo, Janot, que acusa Temer de tais delitos. E Eliane Cantanhêde relatou a descoberta de grampo em telefone da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Em nota oficial, o Palácio do Planalto assegurou que o presidente jamais mandou a Abin investigar Fachin e também que “o governo não usa a máquina pública contra os cidadãos brasileiros, muito menos fará qualquer tipo de ação que não respeite os estritos ditames da lei”. A revista identificou a fonte como um auxiliar do presidente “que pediu para se manter no anonimato porque não está autorizado a falar publicamente sobre o assunto”. Mas a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, retrucou, também em nota, que é “inadmissível a prática de gravíssimo crime contra o Supremo Tribunal Federal, se confirmada a informação divulgada pela revista”. Para ela, essa prática é “própria de ditaduras”.

Nas paredes dos palácios não há quadros de santos, mas cartazes de ‘procura-se’

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por sua vez, divulgou nota afirmando que, “a se confirmar tal atentado aos Poderes da República e ao Estado de Direito, ter-se-ia mais um infeliz episódio da grave crise de representatividade pela qual passa o País”. Segundo ele, na hipótese de confirmação da notícia, “em lugar de fortalecer a democracia com iniciativas condizentes com os anseios dos brasileiros, adotam-se práticas de exceção”.

Todos têm alguma razão, mas ninguém a tem por inteiro. Absolvido por 4x3 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o presidente saiu ileso na Justiça Eleitoral em episódio conhecido como “o enterro das provas vivas”. E tergiversa ao responder às acusações que lhe são feitas. Em vez de explicar seu mutismo perante o visitante “falastrão”, usa argumentos paralelos que em nada o inocentam. E não respondeu às 82 perguntas da Polícia Federal no inquérito sobre a visita de Joesley, preferindo representar o papel de Lula perante a Lava Jato e Moro: o de humilhado e ofendido, que não lhe cai bem. Mas a unanimidade popular que o reprova também não aceita a anistia dada pelo MPF e pelo STF aos criminosos confessos da J&F.

Fachin ainda não desmentiu categoricamente os cochichos de corredor que narram suas visitas a senadores para ser aprovado para o STF acompanhado por um dos delatores premiados da J&F, Ricardo Saud. Se todos os ministros do Supremo fizeram idêntico périplo na vez deles, também devem explicações ao distinto público. E decerto não cabe a Cármen Lúcia tentar tapar com a peneira da ditadura as evidências solares de que o acordo feito com os delatores foi benéfico demais para eles. Há mistérios demais nesse caso, que não comporta falta de transparência. Diz-se que os irmãos Batista foram ameaçados de morte e por isso lhes foi concedida fuga protegida para o exterior. Mas até agora ninguém apresentou uma evidência sequer de tais ameaças e isso protege ao mesmo tempo as eventuais vítimas e seus possíveis algozes. Joesley teve a ousadia de gravar a maior autoridade do País, mas não fez o mesmo para comprovar as ameaças que teria recebido.

Para fazer justiça, urge pôr essas conversas todas a limpo, sem continuar escondendo suas verdadeiras motivações. Antes de flagrado, Temer disse que quem, como ele, foi secretário de Segurança de São Paulo e presidente da Câmara dos Deputados não pode ser acusado de ser ingênuo. Agora, a única justificativa que encontrou para explicar as causas e circunstâncias de sua conversa suspeita em palácio foi ingenuidade. Está na hora de esclarecer tudo, partindo de um pressuposto comum: não há ingênuo algum nessa presepada. Nenhuma das personagens citadas é tolinha nem pode fingir-se de quadro de São Jorge em prostíbulo, metáfora usada por Gilmar Mendes. Nesse prostíbulo metafórico onde atuam todos não há quadros de santos nas paredes. Apenas cartazes de “procura-se”.

E que ninguém me venha com essa patacoada de que não há substitutos para os mandatários dos três Poderes atingidos no tiroteio. Há, no mínimo, 200 milhões de brasileiros honestos o suficiente para substituí-los nas tarefas que poucos deles não desonraram.

*
JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

Diálogo noturno com um homem vil



PAULO
DELGADO

No Palácio Alto, olhos abertos refletiam nos espelhos. No Palácio Baixo, melhorar a economia arrefecia a crise da democracia.

O país poderia voltar a lutar pela normalidade, se pedantes da ordem não preparassem uma desordem. O partidarismo tudo domina, as instituições sumiram atrás das pessoas, na metafísica política um Poder ataca o outro sem partilhar o segredo que o motiva.

Foi assim, como num paraíso perdido, que poderosos se uniram aos que os odeiam para envenenar o governante.

– Como pode, você na minha presença?

– Ora, autoridade. Use com outro sua astúcia. Quem se sente só em Palácio de Espelho? O poder reflete também o objeto caído. Somos eco um do outro.

– Por que a audácia de argumento tão vertiginoso?

– Aprofundez sem fundo das altas autoridades do período. Somos o arquétipo do bem-sucedido pelas facilidades do poder. Preciso agregar meu interesse particular a seu juízo individual. Sabe você que a exploração pessoal das ligações funcionais é toda nossa cultura. Você é um axioma. Eu tenho dono. Meu cifrão é mar sombrio, usufruto vulgar dessa sina que preciso proteger.

– Sou da Justiça, por que me impõe a tirania da tal conversação?

– Afeição pela dissidência. Jogamos com ambiguidade, sentimento de aversão, o esporte preferido da política, a mesma índole do acusador. Hospitaleiramente, entrei pela garagem. Assim o farei mais tarde para aplicar nele o veneno. Mas como minha liberdade está nas mãos dos que acuso, entregarei, com indecente pressa, a prova que combinamos construir.

– Tonto, cala a boca. São desvios humanos o que parece índole. Aparência não é similitude. Fizeram-me duro, mas sem a companhia do poder sou descosido. Quanto a você, sua força é essa moral molenga do interesseiro. Falas como se estivesse ciente da sentença...

– Estão dessacralizados todos os Poderes. A sordidez nos une. O processo mental de vocês mira o talento dos desregrados. Acaba fazendo bem e mal cúmplices na intenção de julgar. Mas se tal virtude visa a infe-

licidade da política, faça a conta de quem somos e fique tranquilo de tomar nosso partido.

– Compreendo. Precisamos do Palácio dos Olhos Vendados para definir a exceção. Eles gostam de ser vistos separados para impor sua própria versão das coisas. Vou lisonjear esse egoísmo. Quando ficar claro que “não é na prisão que se deplora a perfídia dos homens: é na roda dos príncipes”, sentirão vergonha do jogo de dados que praticam com a nação.

Apesar da luva de pêlica foi possível ouvir o argumento.

– Somos os autos. Individuais somos rápidos. Não nos devemos amoldar às mistificações. Mas entendi que era praxe condenar o criminoso, não o recalcarem no meio. Sinto um certo fascínio na ideia de colocar o mais alto cargo no solo do delito. E a moral, em tudo isso? Será que estamos na idade de aplicar um golpe tão baixo no país?

– Não seja anjo, é uma conjuração para apagar a esquisita benevolência de financiar desonestos. Não há risco, vamos atacar políticos, a parte maldita desse tempo. Basta os acusar, nasce o transgressor. Vamos fazer o crime travar o combate para a Justiça. Vigiamos a fronteira do futuro, desmoralizamos o boçal que crê na lei. Somos o privilégio, o passado que não passa. A confusão também ajuda a deter o rigor do jovem juiz e

“Faça a sua parte”. Logo depois: “Está feito! Eis o gravador, nossa maçã, igual fortuna nos une...”

sua alcateia moralista que ameaça bisbilhotar o grande banco.

– Oh, Deus, topo, farei da erosão de regras a sentença. Do susto sumário, um rito, grau zero do discernimento.

– Obrigado. Me dê carga de cavalaria que te dou a cabeça que me pede. Troco o expurgo pela minha alma.

– Verás a feiura da desordem de que a cobiça é capaz. Vamos empanturrar a plebe com flagrantos. Comer o crime de forma ostentatória, perpetuar o círculo intimidatório. E levaremos ao exílio seu iate. (Risos.)

– Show. Sou de vocês a última hora. Como a maldade do poder exala bem suas exigências emocionais. Tudo aceito, até subornei seus auxiliares. Mas por que tenho de assumir tal em-

preitada de envenenar quem nós três queremos morto?

– Não subestime o que é estarmos tão perto do fedor do vil encargo. Entenda, seu celedado, renunciamos ao privilégio de fazer sozinhos. Há maior glória do que o crime compartilhar com a Justiça a injustiça?

– Necessito outro desatino. Protejam quem me fez bilionário e tornem secundários os problemas do charlatão que ao povo agrada...

– Construiremos um Gulag para ele! O chefe da Fazenda guardará moeda suja. Mas como confiar no seu silêncio?

– Ora, ele nos fez escandalosamente ganhadores. Aproveite, que a honra está em grande dispersão.

– Como é estranha a coincidência de propósitos. Foi ele que me deu a cortiça, eu fiz a rolha. Recebi numa moeda, converti na outra. Tirou do banco do povo, depositei no banco de outro povo. E mais do que na Paz Romana. Juízo, todos sabem que ele não lê currículos, escolhe por temperamento, espera ser bem tratado...

– Como assim, seu tenebroso...?

– Mantenha a forma escorregadia como o tratam, aceitando que escarneça da Justiça. Há gente demais para devolver o excesso que o fez cativante. Ofereça logo a taça enfeitada, o fluxo desejante da cadeia que cobiçam.

– Saia daqui, faça sua parte.

Pouco tempo depois ele chegou excitado com a fruta mordida.

– Está feito! Eis o gravador, nossa maçã, igual fortuna nos une, não há grau onde o destino nos desuna.

Quando vozes de um jogral ensaiado vieram à tona, os elos da dissimulação formaram a corrente que insultou a razão. Os opostos se uniram e um só comentário aprisionou a pátria na versão.

Sem o menor embate, e são, ele deu a deus a autoridade. E os tranquilizou:

– O mundo da explicação não é o mundo da verdade. Realizamos grande missão, para homens pequenos que somos.

E o que parecia ser um fato jurídico era um fato da má civilização que nos domina.



SOCIÓLOGO. E-MAIL:
CONTATO@PAULODELGADO.COM.BR

O necessário compromisso ético



Se é verdade que Michel Temer mudou de ideia acerca da “linha de corte” traçada por ele mesmo para afastar assessores enrolados em escândalos – agora, segun-

do consta, não basta que sejam formalmente denunciados –, o presidente terá feito uma leitura equivocada das raras vitórias políticas e judiciais que vem obtendo até aqui.

Apenas se se sentisse enormemente fortalecido após a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de não casar a chapa que ele integrou na eleição de 2014 como vice de Dilma Rousseff, Temer poderia acreditar que agora seria capaz de preservar na vizinhança de seu gabinete pessoas que há muito tempo deveriam ter sido demitidas, por ligarem a imagem do governo à profusão de escândalos que abalam o País.

Conforme reportagem da *Folha de S.Paulo*, que não foi devidamente desmentida, o presidente Temer estaria considerando que toda e qualquer denúncia contra ministros seria motivada por um desejo da Procuradoria-Geral da República de desestabilizar o governo. Por essa razão, teria transformado em letra morta o discurso que fez em fevereiro, quando anunciou que, “se houver denúncia, que é um conjunto de provas, que eventualmente pode levar ao acolhimento, o ministro denunciado será afastado provisoriamente” e, “se acolhida a denúncia e o ministro se transformar em réu, o afastamento é definitivo”.

Naquela ocasião, fez bem o presidente em estabelecer que a mera citação do nome de um ministro por um delator não seria suficiente para afastá-lo do governo. Afinal, se assim fosse, a administração pública ficaria à mercê da histeria denunciata, que, de fato, só favorece os que pretendem

destruir o mundo político, como alguns procuradores.

Como se recorda, diante da emergência criada pelo rápido avanço do processo de impedimento de Dilma Rousseff, Michel Temer nomeou um Ministério às pressas e usando os nomes que estavam então à disposição. Para manter a governabilidade e formar consistente maioria no Congresso, escolheu políticos que estão sendo investigados, alguns deles suspeitos de serem autores de vários delitos.

Isso aconteceu há um ano, em circunstâncias tais que, em última análise, justificavam certo nível de leniência com os aspectos menos claros das biografias dos políticos em questão. Nesse período, as reformas que constituem a plataforma de governo de Temer foram encaminhadas e, algumas, já aprovadas. Não há mais por que basear a administração em pilares carcomidos. Há, no Congresso, lideranças sólidas ou nascentes que têm vida lim-

pa e reputação clara, para substituir as más companhias que cercam o presidente. Mantê-las, hoje, equivale tão somente a garantir-lhes foro privilegiado e a dar mau nome a um governo que precisa, mais do que nunca, da confiança da Nação.

Portanto, se quiser conservar o fiapo de apoio popular de que ainda dispõe, o presidente Temer deveria não apenas desmentir categoricamente a informação de que pretende manter seus ministros encrocados, mas principalmente reafirmar o compromisso assumido a respeito da lisura de sua administração. Ao não fazê-lo, Temer autoriza toda sorte de especulações a respeito de seus motivos, especialmente diante da necessidade de apoio no Congresso às vésperas da esperada denúncia contra o presidente a ser encaminhada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Presume-se que Janot acusará Temer de corrupção – há quem diga

que o presidente pode ser denunciado até mesmo como “chefe de organização criminosa” – a partir da delação dos donos da JBS.

Caso deixe de demitir ministros formalmente denunciados como havia prometido, Temer pode acabar dando razão a quem o acusa de proteger seus assessores das investidas de Janot e da Lava Jato e, desse modo, por tabela, sinalizar que deputados e senadores igualmente acusados de malfeitorias em geral têm nele um aliado. Se, por puro pragmatismo, tal atitude se explicaria em razão da necessidade de arregimentar os votos necessários para desautorizar a abertura de processo contra Temer, do ponto de vista moral é um verdadeiro desastre. Exatamente porque tem hoje escasso apoio popular, o presidente deveria renovar seus votos de respeito à ética em seu governo, e assim evitar que a cada “fato novo”, por mais frágil que seja, esse governo periclite.

Um problema nada fácil

A operação conjunta realizada domingo passado pelo governo do Estado e a Prefeitura, desta vez na nova Cracolândia, na Praça Princesa Isabel – formada ali pelos dependentes de droga que deixaram a antiga, na Alameda Dino Bueno e adjacências, depois de operação semelhante feita dia 21 de maio passado –, mostra a disposição de tornar permanente o combate ao tráfico nessa região, assim como prosseguir na forma de abordar os dependentes para convencê-los a se tratar. Mas deixa claro ao mesmo tempo o quanto é complicado resolver o problema.

A retirada dos dependentes pelos 550 homens da Polícia Militar empregados na operação permitiu a prisão de mais dois traficantes, com um dos quais foram apreendidos 774 gramas de crack, R\$ 1.596,00 e uma balança de precisão, o que eleva para 50 o número dos presos nas duas operações. Como ainda não foram cumpridos 38 mandados de prisão contra traficantes que agem na região, identificados pela Polícia Civil, é de esperar que novas ações sejam feitas ali. O governador Geraldo Alckmin, que esteve na Praça Princesa Isabel depois de concluída a operação, juntamente com o prefeito João Doria, explicou a posição do seu governo com relação ao tráfico na região.

A ação será permanente, porque não se pode resolver o pro-

blema do dia para a noite, afirmou Alckmin, uma decisão acertada que deveria ter sido adotada há muito tempo. Mas antes tarde do que nunca. E isso será feito, acrescentou, de maneira a evitar a concentração de dependentes como a que existiu na antiga Cracolândia, durante muitos anos, porque “ela facilita a vida dos traficantes, atrai pessoas e dificulta a abordagem (*dos dependentes pelos serviços social e médico*)”.

Essa estratégia parece correta, porque tudo indica que o alvo da polícia não é apenas o crack, mas principalmente outras drogas, como a cocaína, comprada por dependentes de passagem pela Cracolândia, e que é responsável pelo grosso do dinheiro conseguido pelo tráfico na região, hoje dominado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), de acordo com investigação feita pela Polícia Civil. Traficantes e consumidores dessas drogas se aproveitam da concentração dos dependentes de crack para facilitar sua ação. Nesse sentido, as duas recentes operações na região têm dado bons resultados.

Mas resta o problema dos dependentes de crack, que vivem em condições sub-humanas nas Cracolândias, onde quer que elas se formem, e involuntariamente dão cobertura para o tráfico mais pesado e lucrativo. A solução deste é especialmente difícil pelas suas características. A começar pelo fato de o crack ser uma droga ao mesmo tempo barata e

capaz de gerar dependência rapidamente. Por isso suas vítimas principais são pessoas de baixa renda, embora cada vez mais não poupe também os abastados.

Alega a Prefeitura, segundo reportagem do **Estado**, que desfazer concentrações como as da antiga e da nova Cracolândia não serve apenas para limpar a sujeira que ali se acumula rapidamente, como aconteceu domingo passado na Praça Princesa Isabel. A dispersão dos dependentes favoreceria também o seu contato com os agentes de saúde, que tentam convencê-los a se tratar nos serviços especializados da Prefeitura e do governo do Estado.

A questão é muito complicada, porque, desalojados, os dependentes voltam, como no caso da Praça Princesa Isabel, ou se concentram em outro local. No próprio dia da nova operação, eles voltaram para aquela praça. E uma parte deles, tanto os da antiga como da nova Cracolândia, se dispersou e foi formar pequenas concentrações em vários pontos da cidade. Ou seja, o problema apenas muda de lugar. Por isso, já se fala mesmo na criação de áreas controladas para consumo de droga. Mas isso levanta a questão de como a droga chegará a elas, já que o tráfico deve ser combatido.

Esses são alguns dos desafios para os quais se esperam respostas das autoridades policiais, de saúde e de assistência social da Estado e da Prefeitura.

O interesse maior

Para quem tem compromisso genuíno com o interesse nacional, o exato momento em que a economia começa a dar sinais de recuperação não é, certamente, hora de fragilizar politicamente o governo. Agiu com sensatez, portanto, o PSDB, ao decidir manter seu apoio ao governo de que faz parte. A julgar, no entanto, pela repercussão da decisão tucana em boa parte da mídia, e, principalmente, pelos comentários colhidos entre participantes do encontro de segunda-feira em Brasília, o PSDB parece ter tomado a decisão certa pelos motivos errados. E esse é mais um sintoma da gravidade de uma profunda crise que deriva basicamente da falência de um sistema de representação política infectado pela ganância do patrimonialismo histórico e, mais recentemente, pela irresponsabilidade do populismo salvacionista.

Os tucanos, depois de vários adiamentos, anunciaram que continuarão aliados ao presidente Michel Temer pelo menos até que “fatos novos” recomendem reexame da questão. Tais fatos seriam denúncias apresentadas contra Temer, principalmente a que o procurador-geral da República está preparando com um empenho que não demonstrou quando quem estava no olho do furacão era a presidente Dilma Rousseff, ou até mesmo novas delações muito bem premia-

das que ajudem a complicar a já difícil situação política do chefe do governo. Esses novos fatos, argumentam tucanos defensores de eventual desembarque, tornariam “ainda mais insustentável” a crise e isso justificaria, finalmente, o fim da aliança com o PMDB, o que não significaria necessariamente a retirada do apoio às reformas.

Ao longo de quase 30 anos o PSDB marcou sua história pela polarização eleitoral com o PT e por uma cautela para tomar decisões importantes que frequentemente beira a indecisão. Por isso mesmo fez por merecer a fama de estar sempre “em cima do muro”, o que significa colocar sempre os próprios interesses em primeiro lugar. E confirma a fama quando finge não entender que o combate à corrupção é uma coisa e a luta pela recuperação econômica é outra. A primeira tem o apoio dos brasileiros e, apesar de alguns excessos e do caráter messiânico de alguns dos responsáveis pelas investigações, até onde a vista alcança é um processo irreversível de saneamento da vida pública, até o ponto em que isso for humanamente possível.

A luta pela recuperação da economia, por sua vez, é prioritária do ponto de vista de sua repercussão social, na medida em que é condição essencial à retomada do crescimento, em benefício de todos e de cada um dos cidadãos brasileiros a partir da redução drásti-

ca da taxa de desemprego. As reformas que estão sendo propostas pelo governo Temer, algumas delas já aprovadas, como a emenda que impõe teto aos gastos públicos, certamente não são sempre perfeitas e muito menos definitivas. Mas são, todas, absolutamente necessárias para recolocar o País no caminho do crescimento econômico e social.

Assim, exceto para quem tem óbvio interesse eleitoral e/ou ideológico no fracasso do atual governo, não faz o menor sentido paralisar o processo de discussão e implantação das reformas. E, se o governo está “politicamente insustentável” – como alegam tucanos ansiosos pelo desembarque –, maior é a necessidade do apoio daqueles que, como os próprios tucanos, se declaram comprometidos com as reformas. E isso não tem nada a ver com as suspeitas que rondam o Palácio do Planalto. O País já demonstrou que está institucionalmente apto a enfrentar os casos de corrupção que têm sido levantados. Mas não pode prescindir de um governo minimamente estável – e este, diz a Constituição, é o do sr. Michel Temer. É dele, portanto, que depende o prosseguimento das reformas e do esforço para estabilizar e recuperar a economia.

Mais do que disposição para tomar decisões, portanto, o que o momento histórico exige do PSDB é a coragem de permanecer no governo ao lado dos interesses dos brasileiros.

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

ANO 97 ★ QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2017 ★ Nº 32.214

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA ÀS 03H30 ★ R\$ 4,00



O senador afastado Aécio Neves (PSDB) na porta de sua casa em Brasília, após receber a visita de seus advogados

Sérgio Cabral é condenado a 14 anos na Lava Jato

Acusado de corrupção, ex-governador vai recorrer da decisão de Sergio Moro

O juiz federal Sergio Moro condenou Sérgio Cabral (PMDB), ex-governador do Rio, a 14 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. É a primeira condenação de Cabral na Lava Jato. Ele é réu em outras nove ações, sob a alçada do juiz Marcelo Bretas, do Rio. A mulher do peemedebista, Adriana Anzelmo, foi absolvida. Preso desde novembro, Cabral foi acusado de ter recebido R\$ 2,7 milhões em propina por contrato de obra no Comperj, complexo petroquímico da Petrobras.

O valor corresponde a 1% do total que a empreiteira Andrade Gutierrez recebeu. Segundo a acusação, o dinheiro foi usado para blindar carros e comprar roupas de grife e móveis de luxo. Moro afirmou que os crimes do ex-governador estão em "contexto mais amplo", de cobrança sistemática de propina em obras no Estado. Para o juiz, Cabral tinha "ganância desmedida". Em depoimento, ele disse que utilizou "sobras de caixa 2 de campanha" e negou recebimento de propina. Sua defesa recorrerá. Poder A4

STF deve julgar pedido de prisão de Aécio no dia 20

A defesa de Aécio Neves protocolou documento no Supremo para informar que o tucano está afastado do Senado. O ministro Marco Aurélio, relator do caso no STF, cobrou o cumprimento da decisão judicial de retirá-lo das funções parlamentares.

Disse ainda que deve levar o pedido de prisão do tucano à análise da corte na próxima terça-feira (20). Ontem, o STF manteve a prisão da irmã de Aécio, Andrea, por três votos a dois. Poder A6 Miguel Reale Jr., autor do pedido de impeachment de Dilma, deixa o PSDB. A6

Instituto de Gilmar teve patrocínio de R\$ 2,1 mi da J&F

O grupo J&F, dono da JBS, gastou R\$ 2,1 milhões desde 2015 em patrocínio para o Instituto Brasileiro de Direito Público, que tem como sócio Gilmar Mendes, do STF. O IDP diz ter devolvido R\$ 650 mil após o acordo de delação da JBS e afirmou que, até então, a conduta do grupo era considerada exemplar. Gilmar disse que não é administrador do instituto. Poder A5

ILUSTRADA
Exposição em SP apresenta criações e pensamentos de Steve Jobs 66

SAÚDE
Ministro defende acabar com refil de refrigerantes em fast-food 66

ESPORTE
Rússia tem só 4 de 12 estádios prontos a um ano da Copa 67

Joesley retorna ao país e diz que não passeava em NY

Pivô da crise política do governo Temer, Joesley Batista está no Brasil desde domingo. O dono da JBS disse que, para proteger a família, estava "na China, e não passeando em Nova York, ao contrário do noticiado". Delator, ele voltou para depor à PF sobre supostos repasses da empresa para campanhas de Lula e Dilma. Os petistas negam. Poder A6



★ LÁ VEM O SOL. Sob frio e chuva, pedestre anda no viaduto do Chá, no centro de SP; no feriadão, há previsão de tempo bom e alta na temperatura no litoral paulista Cotidiano B3

Varejo surpreende e interrompe dois anos de retração

Liderado por alimentos e vestuário, o varejo teve alta significativa em abril —de 1% sobre março e 1,9% sobre igual período em 2016—, interrompendo 24 meses de taxas negativas, segundo o IBGE. Condições transitórias, como a liberação das contas inativas do FGTS e o feriado de Páscoa, favoreceram o avanço. Mercado A15

MARCELO COELHO
Toda a sociedade está em processo de desmoralização

Tento, com desânimo, tirar conclusões após a vitória de Temer no TSE. Não foram só os políticos que perderam o pouco de cuidado ético que ostentavam. A sociedade inteira está em processo de desmoralização. Quem quiser falar em princípios corre o risco de falar sozinho. Ilustrada C8

Temer prevê livros sem a versão final da base curricular

Edital do governo Michel Temer para compra de livros didáticos prevê uso de versão não definitiva da base curricular. O texto está em análise no Conselho Nacional de Educação e pode ter mudanças. O Ministério da Educação diz que as obras não chegarão desatualizadas às escolas. Cotidiano B1

Venezuela impede ativistas presos de contatarem defesa

O governo Maduro passou a utilizar tribunais militares da Venezuela para processar manifestantes. Cris detidos em protestos contra o presidente denunciaram a impossibilidade de contatar familiares e advogados. Segundo o defensor de um deles, pelo menos 160 ativistas estão nessa situação. Mundo A10

ATMOSFERA Cotidiano B2
Chove a qualquer hora do dia em SP. Mínima 15°C. Máxima 21°C

RODÍZIO Cotidiano B2
Não devem circular carros com placas cujo final seja: 5.6

EDITORIAIS Opinião A2
Leia "Pragmatismo e medo", sobre a decisão do PSDB de permanecer no governo Temer, e "Ao menos uma boa ideia", acerca de reforma tributária.

CIRCULAÇÃO 300.238 (Imprensa + Digital)
AUTÊNCIA 29.062.094 Visitantes (diária/mês)
ISSN 1677-0572
9 771414 57204V

Ministério Público de Contas vê falhas nas finanças da Assembleia

Órgão do TCE aponta irregularidades no pagamento de bônus e excesso de compras sem licitação

Análise se refere a contas de 2015, na gestão de Fernando Capez; Casa tem até julho para se justificar

GABRIELA SÁ PESSOA
DE SÃO PAULO

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) tem de se explicar. Um relatório do Ministério Público de Contas de São Paulo, concluído em 27 de maio, identificou falhas na prestação de contas do exercício de 2015 do Legislativo paulista, então presidido por Fernando Capez (PSDB).

No entendimento do órgão, por sua "gravidade", as falhas apontadas "podem culminar no julgamento de irregularidade" das finanças da Casa, a depender do julgamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Uma delas é o pagamento da gratificação especial de desempenho. Trata-se de um bônus a servidores, que chega a R\$ 5.200 mensais e não se baseia em nenhuma avaliação objetiva, diz o texto da procuradora Elida Graziano.

Em 2015, 295 funcionários recebiam esse bônus. Há quem tenha ganhado aumento de 100% três vezes em um mesmo ano, segundo a Promotoria. A gratificação é investigada em um inquérito em andamento no Ministério Público paulista desde 2013.

ETERNO RETORNO

Há também outras falhas já apontadas, agora revisitadas pelo Ministério Público de Contas. Ao analisar o balanço de 2014, o órgão advertiu que "a inércia dos responsáveis" poderia "implicar a não aprovação das contas" futuras.

Apontou problemas, como a ausência de um sistema de controle de gastos na Assembleia. Também propôs a diminuição de compras por adiantamento (sem licitação). No entanto, no ano seguinte, essas falhas continuaram.

A Promotoria identificou que o sistema de prestação de contas da Alesp pode sofrer alterações mesmo depois do fim do exercício — o que pode abrir a possibilidade de inclusão de notas frias.

Exemplo: os gastos com combustíveis no primeiro trimestre de 2015, quando consultados em 16 de abril daquele ano, eram de R\$ 296,7 mil. Ao retornar ao dado, meses depois, em 7 de janeiro de 2016, o valor era R\$ 411,2 mil. A procuradora pede que a



Deputados em sessão na Assembleia Legislativa de São Paulo, que é alvo de um relatório do Ministério Público de Contas

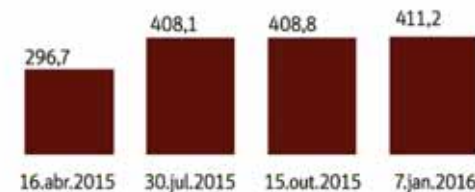
Renato S. Cerqueira - 15.mar.2017/Futura Press/Folhapress

GASTOS SOB SUSPEITA NA ASSEMBLEIA DE SP

Principais irregularidades apontadas

- Pagamento de gratificações a servidores sem avaliação objetiva
- Excesso de servidores comissionados (sem concurso)
- Gastos de R\$ 512 mil sem licitação de itens de uso planejável, como materiais de escritório e para manutenção
- Ausência de controle interno
- Possibilidade de prestação retroativa de contas, por exemplo:

Prestação de contas de gastos combustíveis e lubrificantes no 1º tri.15, em R\$ mil



Próximos passos > Alesp apresenta sua defesa (sem prazo) > Relatório e justificativas serão julgados pelo Tribunal de Contas do Estado

Fonte: Ministério Público de Contas de São Paulo

Alesp comprove os gastos com abastecimento da frota naquele ano: R\$ 2,2 milhões, fora o R\$ 1,6 milhão que já tinha sido empenhado dos recursos da cota parlamentar.

Também questiona compras sem licitação de R\$ 102,9 mil em materiais médicos, sendo que outros R\$ 100,8 mil tinham

sido gastos para o mesmo objetivo — mas com licitação.

Além disso, a procuradora observa a "severa distorção" do número de servidores comissionados (sem concurso) na Casa. Em 2015, segundo a Promotoria, havia 3.600 funcionários comissionados e 1.039 efetivos. Hoje, são 3.022

OUTRO LADO

Legislativo diz investir em transparência

DE SÃO PAULO

A assessoria da Assembleia diz, em nota, que o atual presidente, Cauê Macris (PSDB), se comprometeu a criar uma controladoria no Legislativo paulista "antes mesmo do parecer" do Ministério Público de Contas, que identificou irregularidades nas contas da Casa relativas a 2015.

Segundo o texto, o órgão será ocupado exclusivamente por funcionário concursado

dos e está em suas fases finais de elaboração.

Diz ainda que o aplicativo para celulares que irá monitorar gastos dos gabinetes e dos funcionários, batizado de Fiscaliza Cidadão, "será entregue nos próximos dias".

"A atual Mesa Diretora analisa os apontamentos feitos pelo Ministério Público de Contas, com o intuito de aperfeiçoar e dar total transparência", afirma a Assembleia.

A assessoria de imprensa do deputado Fernando Capez (PSDB), presidente do Legislativo em 2015, afirma que quem deve se manifestar sobre o relatório é a Casa, "pois a crítica é ao sistema vigente".

nomeados e 750 concursados.

O tema foi objeto de uma ação do Ministério Público, que considerou inconstitucional a livre nomeação de funcionários para exercer funções técnicas. Resultado: a Alesp editou lei, sancionada pelo governador Geraldo Alckmin, que mudou a nomenclatura dos cargos e os transformou em "especiais", passíveis de nomeação.

A Assembleia, presidida desde março pelo também tucano Cauê Macris, tem até o início de julho para se manifestar ao Tribunal de Contas — que jamais reprovou as contas do Legislativo.

DOIS PESOS

Criado em 2012, o Ministério Público de Contas é res-

ponsável por um dos quatro pareceres técnicos que baseiam a decisão do TCE.

As contas de 2015 já foram analisadas, sem ressalvas, pela Assessoria Técnico-Jurídica e pela Procuradoria da Fazenda do Estado.

Em seu relatório, a procuradora confronta as irregularidades que aponta com decisões do tribunal para possíveis irregularidades semelhantes em prefeituras do Estado de São Paulo.

Em 2010, o TCE julgou que eram irregulares as concessões de gratificações a funcionários da Prefeitura de Vinhedo. Os conselheiros tomaram decisão semelhante, ainda naquele mesmo ano, ao dar seu veredito sobre as contas do município de Buri.

» **VELÓRIO** O Vem Pra Rua colocou coroas de flores em frente à sede do TSE, em protesto à absolvição da chapa Dilma-Temer. 'Aqui jaz o TSE, assassinado por Gilmar Mendes, Napoleão Maia, Admar Gonzaga e Tarcisio Vieira', dizia faixa

Cabral é condenado a 14 anos por corrupção e lavagem

Trata-se da primeira sentença contra o ex-governador do Rio na Lava Jato

Peemedebista é réu em outras nove ações no Estado; ex-primeira-dama Adriana Ancelmo foi absolvida

DO RIO

O juiz federal Sérgio Moro condenou o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a 14 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além de pagamento de multa de cerca de R\$ 600 mil.

É a primeira condenação do ex-governador na Lava Jato, que ainda é réu em outras nove ações no âmbito da operação. Cabral negocia delação premiada.

Também foram condenados o ex-secretário de Governo Wilson Carlos e o operador Carlos Emanuel Miranda.

As mulheres de Cabral, Adriana Ancelmo, e Wilson Carlos, Mônica Carvalho, foram absolvidas.

Preso desde novembro de 2016, o peemedebista é acusado neste processo de ter recebido R\$ 2,7 milhões em dinheiro pelo contrato de terraplanagem do Comperj, obra da Petrobras. O pagamento foi solicitado pelo próprio governador, numa reunião no Palácio da Guanabara, em 2008, segundo a denúncia. O valor corresponde a 1% do total que a Andrade Gutierrez recebeu pela obra.

Wilson Carlos seria o interlocutor com os representantes da empreiteira e Miranda, o responsável por recolher o dinheiro vivo. Ex-executivos da Andrade viraram delatores e deram detalhes sobre o caso.

Segundo o Ministério Público, os valores foram usados na compra de artigos de alto valor, como roupas de grife, móveis de luxo, blindagem de automóveis e vestidos da ex-primeira-dama.

Na decisão, Moro afirmou que o crime de Cabral é um dos fatores que causaram a crise financeira do Rio de Janeiro, em "situação quase falimentar, com sofrimento da população e dos servidores públicos".

Para o juiz, o peemedebista, que governou o Rio de 2007 a 2014, era o líder do esquema, tinha "ganância desmedida" e traiu a confiança de quem votou nele. "Não pode haver ofensa mais grave."

Esta é a primeira sentença da Operação Lava Jato contra um ex-governador por crimes cometidos à frente do Estado. Com as delações da Odebrecht, a tendência é de que mais investigações sobre autoridades regionais ocorram. Cabral ainda é réu em ou-

AS ACUSAÇÕES CONTRA CABRAL

Cronologia das denúncias na Lava Jato

Gerardo Rubiniak/Agência O Globo



Ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (PMDB)

6.dez.2016

Corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa em obras do governo do Estado financiadas por recursos federais, por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), e a reforma do Maracanã para a Copa de 2014;



16.dez.2016

Condenado por lavagem de dinheiro e corrupção envolvendo as obras do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), da Petrobras;

10.fev.2017

Corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas junto com Eike Batista, em razão da criação de uma offshore que "aconselhou" o empresário na compra de uma mina de ouro;



14.fev.2017

Corrupção passiva e lavagem de dinheiro envolvendo pagamento de despesas pessoais por empreiteiras e empresas diversas;

21.fev.2017

Lavagem de dinheiro por meio de empresas fantasmas e compra

de veículos e imóveis, na tentativa de ocultar dinheiro de propina recebido de empresas;

8.mar.2017

Evasão de divisas, lavagem de dinheiro e corrupção passiva envolvendo propinas pagas no exterior, parte delas em diamantes;

20.abr.2017

Fraudes em licitações para a reforma do estádio do Maracanã e obras de urbanização de favelas por meio do PAC, e superfaturamento e formação de cartel em obras públicas financiadas pela União;

15.mai.2017

Corrupção passiva e ativa e organização criminosa por propinas na Secretaria de Estado da Saúde, entre 2007 e 2014;

23.mai.2017

Corrupção ativa e passiva por esquema de pagamento de propina envolvendo a empreiteira Carioca Christiani-Nielsen, em contratos das obras do Arco Metropolitano, do PAC Favelas e da Linha 4 do metrô;



2.jun.2017

Lavagem de dinheiro envolvendo o pagamento de propinas da FW Engenharia por meio da Survey Mar e Serviços Ltda

tras nove ações penais no Rio, sob responsabilidade do juiz Marcelo Bretas —esta era a única ação com Moro.

Em depoimento a Moro, Cabral afirmou que o dinheiro usado tratava-se de "sobras de caixa dois de campanha". Moro, contudo, rejeitou a tese. "Não é viável admitir âlibi (...) com base somente na palavra do acusado quando ausente qualquer outra mínima prova."

Moro absolveu Ancelmo por considerar que a Procuradoria não conseguiu provar que ela tenha participado dos atos criminosos — à exceção de joias, que não fizeram parte da acusação em Curitiba.

"É certo que Adriana de Lourdes Ancelmo tinha um padrão de vida, especialmente de consumo, acima do normal e inconsistente com os rendimentos lícitos dela e do ex-governador. É reprovável que tenha gasto recursos provenientes de crimes de corrupção para aquisição de bens, inclusive de luxo. Entretanto, como já apontado, o gasto do produto do crime em bens de consumo não é, por si só, lavagem de dinheiro e não há prova suficiente de que ela participou das condutas de ocultação e dissimulação que caracterizaram esse crime no caso concreto", afirmou Moro.

A ex-primeira-dama é alvo de outras três ações penais no Rio sob acusação de lavagem de dinheiro por meio de compra de joias e de repasses feitos a seu escritório.

Bretas estima que a sentença da primeira acusação ao ex-governador será divulgada no mês que vem. (ITALO NOGUEIRA)

» OUTRO LADO <

Defesas afirmam que vão recorrer da decisão

DO RIO

As defesas do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e de seu ex-assessor Carlos Emanuel Miranda afirmaram que vão recorrer da condenação.

No processo, a defesa de Cabral afirmou que o acordo de colaboração com os executivos da Andrade é ilegal e que houve cerceamento de defesa porque os advogados falaram com o réu na prisão apenas por parlatório.

O advogado de Miranda diz que ele exercia atividade lícita que justifica as compras que fez. A defesa de Wilson Carlos ainda não se pronunciou.

J&F gastou R\$ 2,1 mi em instituto de Gilmar

Valores foram repassados a título de patrocínio à entidade de Direito que tem o ministro do STF como sócio

IDP disse que devolveu R\$ 650 mil deste total após revelação do acordo de delação de executivos da empresa

LETÍCIA CASADO
CAMILA MATTOSO
DE BRASÍLIA

O grupo J&F, que controla a JBS, gastou nos últimos dois anos R\$ 2,1 milhões em patrocínio de eventos do IDP (Instituto Brasiliense de Direito Público), que tem como sócio o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Ao ser questionado pela **Folha** sobre o assunto, o instituto disse que devolveu R\$ 650 mil deste total no dia 29 de maio, após a revelação do acordo de delação premiada de executivos da empresa.

O IDP diz que, em razão de uma cláusula contratual relacionada à conduta ética e moral por parte do patrocinador, rescindiu um contrato assinado em 11 de junho de 2015 com o grupo.

Segundo a faculdade, os recursos foram destinados a cinco eventos, “além do suporte a um grupo de estudos em Direito do Trabalho, da concessão de bolsas de estudo para estudantes carentes e egressos do sistema prisional, cursos gratuitos para a comunidade”.

De acordo com o IDP e a JBS, um dos congressos incluídos nos patrocínios ocorreu em abril, em Portugal, pouco mais de uma semana depois de sete executivos do frigorífico firmarem um acordo de delação com o Ministério Público Federal. Participaram daquele encontro magistrados, ministros do governo de Michel Temer, além de advogados e políticos.

A JBS, por meio da assessoria de imprensa, diz que gastou R\$ 1,45 milhão desde 2015, sem mencionar a devolução de R\$ 650 mil. A empresa cita três congressos patrocinados, sendo o último realizado em Portugal, neste ano, no valor de R\$ 650 mil.

A delação foi homologada pelo ministro Edson Fachin no STF, relator do caso, que decidiu levar ao plenário do tribunal um recurso do governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), que contesta sua relatoria. Ou seja, o colegiado do qual Gilmar faz parte terá que tomar decisão sobre a delação. Não há ainda data para esse julgamento.

Em maio, Gilmar defendeu que a homologação da delação fosse discutida pelo plenário. O acordo tem sido alvo de críticas por supostas fragilidades em relação a penas dos envolvidos.

GADO

No dia 27 de maio, reportagem da **Folha** informou que a família de Gilmar vende gado no Mato Grosso para o frigorífico —segundo ele, as negociações são encabeçadas pelo irmão. O ministro diz que não havia motivo para se declarar impedido de participar de votações sobre assuntos envolvendo a empresa.

Na ocasião, a reportagem o questionou sobre encontro que teve com o empresário Joesley Batista, delator e um dos sócios da JBS que gravou secretamente o presidente Temer e o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Gilmar confirmou a reunião, ocorrida, segundo ele, a pedido do advogado Francisco de Assis e Silva, outro delator da empresa. Joesley, de acordo com Gilmar, apareceu de surpresa.

A reunião, diz o ministro, tratou de questão referente a um julgamento do STF sobre o setor de agronegócio.

A data da conversa, segundo Gilmar, é posterior a 30 de março, quando o tribunal realizou um julgamento sobre o Funrural, fundo abastecido com contribuições de produtores rurais à previdência.

▶ OUTRO LADO ◀

Ministro diz que não administra o instituto

DE BRASÍLIA

O IDP afirmou que até a delação, “a conduta das empresas do grupo J&F era considerada exemplar, no Brasil e em todos os países onde atuam, inclusive como relevantes patrocinadores de iniciativas acadêmicas e culturais de inúmeras instituições públicas e privadas”.

“As ofertas de patrocínio, para qualquer empresa, são formuladas pela Administração e pelo Jurídico do IDP, por escrito. A exposição da marca é sempre decisão unilateral do patrocinador”, disse, em resposta a uma pergunta da **Folha** sobre a razão pela qual não havia menção do patrocínio no evento em Lisboa.

“Somente em 2016, foram 131 eventos assistidos por cerca de 15.000 pessoas e custeados por 20 patrocinadores. São empresas e instituições que acreditam nos valores defendidos pelo IDP e que o debate acadêmico qualificado é condição básica para o futuro de qualquer nação”, declarou.

Sobre os R\$ 650 mil devolvidos em maio, o IDP diz que os recursos chegaram depois da realização do evento. E, por isso, como não foram gastos, foram devolvidos.

Por meio da assessoria, Gilmar disse que “não é, nem nunca foi, administrador do IDP. Sendo assim, não há como se manifestar sobre questões relativas à administração do instituto”. E citou as regras previstas na legislação sobre possível impedimento dele em julgamentos.

Procurada, a assessoria da JBS limitou-se a informar que gastou R\$ 1,45 milhão em três eventos: R\$ 300 mil em 2015, R\$ 500 mil em 2016 e R\$ 650 mil em 2017. A reportagem enviou uma série de perguntas, não respondidas até a conclusão da reportagem. A **Folha** perguntou, por exemplo, quem fez os pedidos em nome do IDP e se houve alguma solicitação por parte de Gilmar.

Joesley volta ao Brasil e diz que não 'passeava em NY'

Ele retornou para depor sobre supostos repasses da JBS a Lula e Dilma

Em nota, o empresário afirma que sua família recebeu ameaças desde a delação e, por isso, viajou para a China

RAQUEL LANDIM
DE SÃO PAULO

RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

O dono da JBS, Joesley Batista, está no Brasil desde domingo (11) e disse que havia saído do país para "proteger a integridade da sua família".

Ele voltou para prestar depoimentos e resolver assuntos pessoais. Joesley e o diretor da J&F Ricardo Saud prestaram esclarecimentos ao procurador da República

Ivan Marx em investigação sobre supostos repasses da empresa ao PT por intermédio do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega.

Os recursos seriam originários de contratos com o BNDES e fundos de pensão e teriam abastecido campanhas dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff em contas no exterior, conforme os empresários apontaram em delação premiada. Os petistas negam.

Como se tornou delator, Joesley não pode mais exercer o direito de ficar calado e tem que depor sempre que for chamado.

Em nota divulgada nesta terça (13), o empresário disse que seus familiares sofreram "reiteradas ameaças" desde

a divulgação do teor da delação premiada em que gravou conversa com o presidente Michel Temer.

"Joesley Batista estava na China — e não passeando na Quinta Avenida, em Nova York, ao contrário do que chegou a ser noticiado e caluniosamente dito até pelo presidente da República. Não revelou seu destino por razões de segurança. Viajou com autorização da Justiça brasileira", diz a nota.

"Joesley é cidadão brasileiro, mora no Brasil, paga impostos no Brasil e cria seus filhos no Brasil. Está pessoalmente à disposição do Ministério Público e da Justiça brasileiros para colaborar de forma irrestrita no combate à corrupção", acrescenta o co-

municado.

A divulgação da delação de Joesley e de outros executivos da J&F, empresa que controla a JBS, lançou o governo em sua maior crise, paralisou a discussão sobre as reformas e gerou questionamentos sobre a capacidade de sobrevivência do Executivo.

Os termos do acordo de delação dos empresários, chancelados pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), são alvo de polêmica. O próprio presidente Temer, principal alvo das acusações, criticou publicamente os benefícios concedidos a Joesley, que, não será processado e teria recebido permissão para se mudar com a família para o exterior.

ANÁLISE

Alckmin sai fortalecido de debate sobre desembarque

IGOR GIELOW
DE SÃO PAULO

O governador Geraldo Alckmin (SP) foi o tucano que melhor se saiu do vaivém sobre a manutenção do apoio do partido ao governo Michel Temer, enfim decidida em caráter provisório em reunião da Executiva Nacional do PSDB na segunda (12).

Alckmin emerge fortalecido, e está em condições de tomar o controle do partido, requisito essencial para a pretensão de se lançar candidato a presidente em 2018.

O tucano logrou defender a permanência no governo e, ao mesmo tempo, se dizer descomprometido a apoiar qualquer coisa vinda do Planalto que não sejam reformas que "gerem emprego".

Embuiu defesa da estabilidade e discurso de candidato num só pacote.

Se vai colar, é outra história. Vai ser bem difícil explicar para o eleitorado a associação com Temer, caso ele dure até 2018 e com os níveis atuais de popularidade.

As reformas, percebidas como prejudiciais segundo pesquisas pela população, também serão bandeiras pesadas de carregar.

Mesmo que também tenha participado do vaivém tucano, Alckmin viu no apoio agora a Temer o afastamento da possibilidade de um presidente eleito indiretamente ganhar força para influir no pleito de 2018.

Muito se disse sobre a reunião ter buscado prioritariamente salvar o encrencado presidente afastado do partido, Aécio Neves (MG), no Conselho de Ética do Senado.

É exagero. O problema de Aécio é com a Justiça; leniência nesses fóruns corporativos é mais regra do que exceção, até porque quase todo mundo vislumbra seu pescoço na corda também.

A rigor, Alckmin agora só precisa esperar o destino do mineiro se desenhar para tomar conta de vez da sigla, com uma nova Executiva mais alinhada a seu grupo.

Apoio da máquina do PMDB em 2018, e seu genero-

so tempo de TV, foi o que contou para Alckmin e a cúpula do PSDB.

Aécio é carta fora do baralho, assim como o senador José Serra (SP), que também foi citado na Lava Jato.

O senador Tasso Jereissati (CE) segue sendo uma opção para compor chapa numa eventual eleição indireta, que hoje só ocorreria se Temer renunciasse ou fosse impedido — ambas hipóteses que dependem da Operação Lava Jato e, em igual medida, de algum tipo de reação nas ruas ora silenciosas.

Não que Alckmin tenha uma avenida livre. Está citado na Lava Jato e há rumores de que obras do governo paulista estarão no "recall" de delação de empreiteiras.

Além disso, ele patina em pesquisas. O que desloca o foco para João Dória, seu afilhado político e prefeito tucano de São Paulo.

Novato, Dória não carrega manchas da Lava Jato e demonstra potencial eleitoral forte em pesquisas, hoje melhor do que o do padrinho.

Está no mesmo grupo político, hoje em franca ascensão, para horror da elite do tucanato, que usualmente o tachava de provinciano e até mesmo de reacionário.

Ex-ministro Reale Júnior deixa o PSDB

DE SÃO PAULO

O jurista Miguel Reale Jr., ex-ministro da Justiça no governo FHC, pediu desfiliação do PSDB após a decisão da sigla nesta segunda (12) de permanecer no governo Temer, mesmo diante da crise com a delação da JBS.

Miguel Reale foi um dos autores do pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Estava filiado ao partido desde 1990.

"Eles [lideranças do PSDB] não avaliaram que simpatizantes e filiados do partido se opõem a essa decisão [de ficar no governo]. O PSDB não atendeu as suas bases. O eleitorado do PSDB tem a ética e a luta contra a corrupção como focos", disse.

Segundo ele, o partido agora ignora os fatos graves revelados pela delação dos empresários Wesley e Joesley Batista, donos do frigorífico JBS.

"Com essa medida, o PSDB perde consistência, ética e eleitorado. Perde o discurso", afirmou o jurista. "O PSDB é um muro que vai acabar se tornando o seu túmulo", completou ele.

Segundo o jurista, a permanência do PSDB no governo Temer nada mais é do que um acordo que visa evitar mais desgastes ao senador e

presidente afastado do partido Aécio Neves (MG), ameaçado de ser preso e de ter o mandato cassado no Senado.

"Essa história de que 'está se olhando para o Brasil, para a necessidade das reformas, é só uma desculpa. Uma mão lava a outra. O presidente precisa de apoio. Além disso, há interesses de aliança eleitoral", afirmou.

O agora ex-tucano reagiu às declarações de tucanos de que novas denúncias contra Temer virão e que será necessário o partido reverter posição.

"É cansativo isso. Estou indignado com esse posicionamento do partido pelo qual tanto lutei", afirmou.

O jurista afirmou que não pretende se filiar a mais nenhum outro partido

"Não tem nenhum outro [partido] que mereça a minha participação", disse. Sobre entrar com um pedido de impeachment contra Temer, ele afirmou que não pretende tomar a medida. "Já fiz o bastante."

O PSDB nacional informou que ainda não recebeu nenhum pedido de desfiliação por parte de Miguel Reale Jr. O presidente do diretório municipal do PSDB em São Paulo, Mário Covas Neto, lamentou a decisão, mas afirmou que compreende o que leva o jurista a esse "desgosto". (VENCESLAU BORLINA FILHO)



O jurista Miguel Reale Jr., ex-ministro da Justiça de FHC

Governo Temer quer livro didático com base curricular não aprovada

Edital para produção de obras prevê uso de texto ainda em análise no Conselho Nacional de Educação

Educadores e editoras temem que mudanças no texto, promovidas pelo CNE, deixem os livros desatualizados

PAULO SALDAÑA
DE SÃO PAULO

O governo Michel Temer quer contemplar na próxima compra de livros didáticos uma versão não definitiva da Base Nacional Comum Curricular. O texto da Base segue em análise no CNE (Conselho Nacional de Educação), mas o próximo edital de livros prevê o uso de sua terceira versão, ainda não oficial.

A Base, construída desde 2014, prevê o que os alunos da educação básica devem aprender a cada ano. É apontada como uma ferramenta crucial para a melhora da educação e uma possibilidade de equidade nas escolas do país.

Uma terceira versão foi encaminhada pelo MEC (Ministério da Educação) em abril para o CNE. O conselho deve emitir um parecer final.

A minuta da próxima edição do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) foi divulgada nesta semana. Prevê livros para alunos dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), além de manuais de professores dessa fase e da educação infantil.

As obras deste edital são previstas para chegar às escolas em 2019 —depois de passar pelas fases de produção, avaliação do MEC, escolha pelas escolas públicas e compra. O programa é organizado por segmentos e as obras de cada etapa são selecionadas de forma separada.

O texto da minuta reconhe-

ce que a versão atual da Base não é definitiva. “Este edital irá utilizar esta versão [da Base] como critério, mesmo entendendo que a versão final da BNCC depende da discussão e aprovação do Conselho Nacional de Educação e posterior homologação pelo ministro”, cita o texto.

A última edição do PNLD representou um investimento de R\$ 504 milhões só para os anos iniciais. Foram adquiridos 57,4 milhões de livros.

A iniciativa do MEC é criticada por educadores e membros do CNE, além de causar incômodo no setor que produz os livros. O receio é investir na produção de obras à luz de uma versão curricular que pode passar por mudanças.

O prazo apertado para a adaptação é outra preocupação. O edital devia ter saído

no início do ano, e os editores deverão ter 120 úteis para elaboração dos materiais.

PROCESSO

O entrave é que o CNE pode mudar o texto. Um dos pontos refere-se, por exemplo, à meta de alfabetização, definida pelo governo atual para o 2º ano. Um grupo de educadores defende manter o ciclo de alfabetização até o 3º ano.

Possíveis alterações serão discutidas em audiências públicas entre julho e setembro. O conselho promete finalizar o processo ainda neste ano.

Presidente da comissão que avalia a base no CNE, Cesar Callegari diz reconhecer a necessidade de o MEC ter livros para o começo de 2019, mas questiona esse formato.

“Considero uma temeridade se referir a uma Base que

ainda não existe”, diz. “O documento encaminhado ao CNE sofrerá modificações e aperfeiçoamentos.”

José Fernandes Lima, ex-secretário de Educação de Sergipe, que já presidiu o CNE, lembra que o livro didático é muitas vezes o único material de apoio a professores. “Se o conselho não pudesse modificar a Base, não fazia sentido ter audiências. O gesto do MEC pode significar passar por cima do CNE”.

Em nota, o Movimento pela Base (que reúne diversas entidades e educadores) ressaltou que, para que a implementação da Base funcione, “é importante que os materiais didáticos estejam alinhados à Base e que o máximo possível seja feito para garantir isso dentro dos prazos do PNLD e de acordo com o pro-

cesso de construção previsto no CNE”.

Para Alessio Costa Lima, presidente da Undime (que reúne secretários municipais de educação), é importante que os prazos do PNLD sejam cumpridos. “É um risco que se corre quando não tem finalizado o processo da base, mas é o MEC que poderá avaliar isso”, diz ele, que espera poucas alterações no CNE.

Uma opção, segundo editoras consultadas, seria prorrogar a validade do edital vigente por mais um ano, de modo a dar mais tempo e segurança na produção.

Em nota, a Câmara Brasileira do Livro (que representa a cadeia produtiva dos livros) diz que acompanha a questão e que parte dos associados já manifestou ao MEC essa preocupação, em evento recente.



Escola pública de ensino fundamental em Sobral, no Ceará; etapa de ensino terá novas diretrizes com nova base curricular





MUDANÇAS NO MATERIAL ESCOLAR

Governo quer livros didáticos com origem na Base Nacional Comum Curricular, que ainda não está pronta

Como funciona a compra dos livros



Cronologia da Base Curricular
Documento define o que alunos da educação básica devem aprender a cada ano

26.jun.2014
Plano Nacional de Educação é sancionado e prevê que o governo crie a base

set. a dez.2015
MEC apresenta 1ª versão e abre consulta pública

3.mai.2016
MEC divulga 2ª versão e a envia ao CNE* e a Estados e municípios

ago.2016 a mar.2017
Texto é devolvido ao MEC, que realiza debates

23.set.2016
Temer publica medida provisória que reforma o ensino médio, adiando a conclusão da base para esta etapa de ensino

6.abr.2017
MEC entrega 3ª versão (dos ensinos infantil e fundamental) para o CNE

jul. a set.2017
CNE realiza audiências públicas em todo o país; conselho deverá publicar um parecer, que seguirá para homologação do MEC

?
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)
Entrega livros didáticos para toda a educação básica do país. O governo quer fazer mudanças no novo edital, que se refere aos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º)

57,4 mi de livros foram comprados no último edital para alunos do 1º ao 5º ano

R\$ 504,6 mi foram gastos com a compra e a distribuição

12,7 mi de crianças foram beneficiadas

	Como é	Como fica
Duração do contrato	O PNLD é executado em ciclos de 3 anos. As obras escolhidas no edital ficam nas escolas por esse período	No novo edital, MEC ampliou o ciclo para 6 anos. A partir de 2019, as obras serão usadas durante esse período nas escolas
Tipos de livros	O programa prevê o uso de livros reutilizáveis, que ficam na escola por vários anos	Novo edital só prevê livros consumíveis, que podem ser usados apenas por um aluno
Prazo do edital	Editais costumam ser divulgados no início do ano, para que as editoras tenham tempo de produzir as obras	Edital deve ser lançado neste mês, mas como as obras precisam chegar às escolas em 2019, editoras teriam que acelerar a produção

*Conselho Nacional de Educação Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FGTS e feriado animam o varejo, mas o fôlego do consumo é curto

Vendas do comércio tiveram alta de 1% em abril, primeira após dois meses de queda contínua

Vendas de alimentos e vestuário melhoram, mas metade dos setores pesquisados pelo IBGE registrou queda

FLAVIA LIMA
DE SÃO PAULO

Puxado pelas vendas de alimentos e vestuário, o varejo surpreendeu ao registrar alta significativa em abril.

Mas o avanço foi muito favorecido por condições transitórias, como a liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e o feriado de Páscoa, sinais de que o fôlego do consumidor ainda é curto e muito dependente de outro fator: o emprego.

Em abril, a alta do comércio varejista foi de 1% sobre março — a primeira após dois meses seguidos de queda.

Sobre igual período de 2016, a alta foi de 2%, interrompendo 24 meses de taxas negativas, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Um dos pontos que chamaram a atenção é que a alta em abril não foi disseminada por todos os setores do comércio.

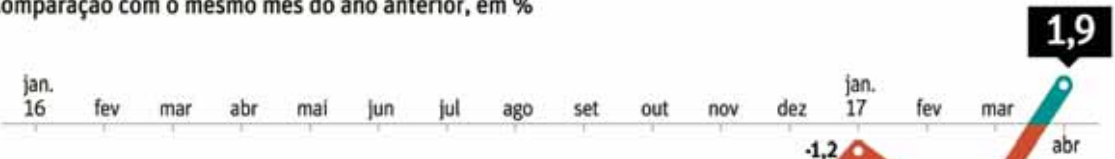
A surpresa positiva foi puxada pelo setor de supermercados, que, segundo o Itaú Unibanco, respondeu por quase metade (0,4 ponto percentual) da expansão registrada em abril sobre março.

Dos oito segmentos do comércio analisados pelo IBGE, metade registrou queda. Mesmo com a alta observada em abril, o nível de vendas do varejo está quase 10% abaixo do seu pico histórico, atingido em novembro de 2014.

Para Alejandro Padrón, economista da 4E Consultoria, o resultado positivo pode facilmente ser revertido: "Não há motivo forte o suficiente para supor que as variações vão continuar nesse ritmo".

VENDAS DO VAREJO

Comparação com o mesmo mês do ano anterior, em %



Desempenho por setor, em abril

Comparação com o mesmo mês do ano anterior, em %



Fonte: IBGE

Na comparação anual, lembra Thaís Zara, economista-chefe da Rosenberg Associados, a Páscoa explicou muito da variação positiva, a maior em dois anos.

Como em 2016 o feriado caiu em março, a comparação é feita com um abril mais fraco, que não conta com os efeitos das compras de chocolates, pescados e outros produtos vendidos na data.

"O primeiro semestre ainda tende a ser muito ruim para o varejo", afirma Zara.

Jankiel Santos, economista do Banco Haitong, diz que os bens ligados à renda — co-

mo, por exemplo, as vendas em supermercados — têm mostrado uma recuperação mais acidentada do que os bens que respondem melhor ao crédito, como automóveis.

O setor, afirma Santos, atingiu o fundo do poço, mas vai sair dele andando "centímetro por centímetro, e não metro por metro".

NAMORADOS

Prova das incertezas que envolvem o setor são os números díspares já divulgados sobre o Dia dos Namorados.

Segundo a SPC Brasil, as vendas parceladas caíram

9,61% entre os dias 5 e 11 de junho, a quarta retração seguida. Os dados da Fecomercio mostram que as vendas no período que antecede a data subiram 4,5% neste ano.

Uma possível explicação para a discrepância seria justamente a pouca disposição do consumidor ainda endividado para comprar a prazo. A pesquisa da SPC é feita tendo como base apenas vendas parceladas.

Já o FGTS, a inflação menor e a queda nos juros puxam, ainda que transitoriamente, as vendas à vista.

Diante dos dados mais

fortes do varejo em abril, o Bradesco melhorou a projeção para o PIB (Produto Interno Bruto) do segundo trimestre, de uma retração de 0,4% para uma queda menor, de 0,3%.

Mas a equipe econômica do banco reforça que os ajustes do mercado de trabalho seguem como importante vetor a limitar uma retomada mais forte da demanda.

O Itaú vê alguma recuperação do varejo nos próximos meses e ressalta que o avanço no segundo semestre também depende da estabilização do emprego.

Europa questiona carne do Brasil e ameaça suspender importações

UE diz que governo não tem agido para retomar confiança do bloco após Operação Carne Fraca

Pedro Ladeira - 21.mar.17/Folhapress

Em ato simbólico, bloco barra proteína de cavalo e sinaliza que pode estender veto; ministério não se pronuncia

GUSTAVO RIBEIRO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Um dos maiores mercados para a carne brasileira, a União Europeia sinaliza a possibilidade de banir importações vindas do Brasil.

Em carta enviada ao ministro da Agricultura, Blairo Maggi, a Comissão Europeia, braço executivo da UE, afirma que o Brasil não tem feito nada para retomar a confiança do bloco após o escândalo provocado pela Carne Fraca.

A operação, deflagrada em março, revelou que empresas do setor de carnes pagaram propina a fiscais do Ministério da Agricultura, em troca da liberação de produtos fora das especificações sanitárias.

O documento da UE, ao qual a **Folha** teve acesso, é duro e destoa do tom normalmente empregado em correspondências diplomáticas.

Assinada pelo comissário de Saúde e Segurança Alimentar da UE, Vytenis Andriukaitis, a carta afirma que o bloco "duvida da credibilidade dos sistemas de controle [sanitário]" e que os recentes escândalos "enfraquecem a confiança na capacidade das autoridades brasileiras".

Membros da Diretoria-Geral de Saúde do bloco realizaram, entre 2 e 12 de maio, uma auditoria em frigoríficos brasileiros. Eles identificaram "deficiências críticas na maior parte dos setores inspecionados, muitas das quais de natureza grave".

As deficiências se referem tanto ao respeito a normas sanitárias quanto às práticas



Funcionários de unidade da Seara em Lapa (PR) durante visita do ministro Blairo Maggi após a Operação Carne Fraca

oficiais de certificação.

No documento, a Comissão Europeia comunica a suspensão das importações de carne de cavalo do Brasil. O gesto é simbólico, uma vez que a carne não representa fatia significativa das exportações brasileiras. Em 2016, o Brasil exportou apenas US\$ 6 milhões do produto para a UE.

Porém, a ação sinaliza que as sanções podem ser estendidas às carnes bovina e de frango, que também apresentaram problemas para os auditores europeus.

A União Europeia é o segundo maior comprador de frango do Brasil (US\$ 1,074 bilhão em 2016) e o terceiro em

bovinos (US\$ 685 milhões).

A comissão também critica a posição do Brasil diante de evidências de irregularidades com a Carne Fraca.

As autoridades brasileiras suspenderam as exportações dos 21 estabelecimentos incriminados, mas o Ministério da Agricultura "julga que não era necessário investigar outros estabelecimentos ou planejar ações para fortalecer os sistemas de controle sanitário", segundo a carta.

Desde meados de março, a UE reforçou os controles para a entrada de carne brasileira, rejeitando 90 carregamentos e identificando 93 irregularidades com os produtos.

Além de barrar a carne de cavalo, os europeus querem que o Brasil implemente um sistema de testes microbiológicos para analisar a carne bovina e de frango antes que ela saia do país em direção à UE.

Andriukaitis diz que a Comissão Europeia vai enviar uma nova missão ao Brasil no fim de 2017. E faz uma ameaça: "Se a evolução da situação pedir, eu serei obrigado a considerar medidas adicionais de segurança".

Segundo pessoas ligadas ao Parlamento Europeu, o ministério ainda não respondeu formalmente o documento —o que gerou mal-estar entre diplomatas europeus no Brasil.

OUTRO LADO

A **Folha** procurou o Ministério da Agricultura, mas não houve resposta até a conclusão desta edição. Maggi está na China, e o ministro interino, Eumar Novacki, o único que poderia comentar o caso, segundo a assessoria da pasta, também está em viagem.

A embaixada da UE em Brasília não comentou o caso.

Governo anuncia leilão de trecho da Ferrovia Norte-Sul

Estimativa é arrecadar R\$ 1,5 bi em fevereiro com segmento que vai de Porto Nacional (TO) até Estrela D'Oeste (SP)

Ideia é ligar porto no MA a Santos; projeto de três décadas consumiu R\$ 28 bilhões em meio a suspeitas de corrupção

JULIO WIZIACK
DE BRASÍLIA

Em busca de uma agenda positiva, o governo anunciou nesta terça-feira (13) a retomada das concessões de ferrovias e decidiu colocar em leilão um trecho da Ferrovia Norte-Sul, com expectativa de arrecadação de cerca de R\$ 1,5 bilhão. O certame será em fevereiro de 2018.

O trecho que será leiloado vai de Porto Nacional (TO) até Estrela D'Oeste (SP), onde se conectará à malha da ferrovia concedida à América Latina Logística (ALL). Essa rede vai até o porto de Santos.

“O critério adotado para essa concessão é mandá-la [a ferrovia] para um porto”, afirmou o ministro Moreira Franco, chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. “Retomamos esse projeto como eixo para ligar o porto do Norte [Itaqui (MA)] a Santos.”

Essa obra já foi praticamente concluída pela estatal Valec, e o trecho será repassado à iniciativa privada.

A Norte-Sul é um projeto que completou três décadas e se propõe a ser a espinha dorsal do país nas conexões com outras ferrovias. A ferrovia consumiu R\$ 28 bilhões nesse período, em valores corrigidos pela inflação, e órgãos de controle e fiscalização estimam que pelo menos um terço tenha sido superfaturado.

Hoje, está em operação trecho que vai de Açailândia (MA) a Ouro Verde/Anápolis (GO). O limite norte se conecta à Estrada de Ferro Carajás, que segue até Itaqui (MA).

Na parte sul, um ponto pendente é a finalização do trecho da ferrovia que vai até Estrela D'Oeste (SP). Faltam ainda 6% das obras. Segundo o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, as verbas já foram garantidas.

Quem vencer o leilão deverá investir cerca de R\$ 3 bilhões ao longo de 30 anos, que podem ser prorrogados por igual período. Segundo o ministro, esse investimento deverá ser feito na compra de locomotivas e na construção e na adaptação de pátios para carregamento.

Quatro operadores estrangeiros já se mostraram interessados, dos Estados Unidos, da Rússia, da China e da Espanha, além de operadores nacionais como a MRS Lo-

gística e a VLI.

Os detalhes do edital serão disponibilizados nas consultas públicas que serão feitas em Goiânia, Palmas (TO), Uberlândia (MG), São Paulo e Brasília entre julho e agosto.

O diretor-geral da ANTT, agência dos transportes terrestres, Jorge Bastos, afirmou que já houve negociação e consenso com as cinco concessões que hoje atuam nos trechos da Norte-Sul, incluindo a Estrada de Ferro Carajás.

DIREITO DE PASSAGEM

As negociações foram centralizadas pela ANTT para garantir o direito de passagem de trens concorrentes dos grupos que administram cada trecho.

Segundo Tarcísio de Freitas, secretário de projetos do PPI (Programa de Parceria em Investimentos), já foram acertada uma cota de volume de carga a ser transportada e também tarifas. “Esse direito estará previsto explicitamente nos contratos.”

Para isso, haverá um aditivo contratual nos contratos das cinco concessões vigentes prevendo essa regra, que, antes, não era tão explícita.

O governo acredita que será possível fechar essa discussão com os concessionários até o leilão.

Desemprego deve cair em agosto, afirma Meirelles

DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a taxa de desemprego no país (que está em nível recorde) deve cair a partir de agosto.

Segundo o ministro, o desemprego parou de crescer em abril, o que não acontecia havia três anos. Porém, a comparação feita por ele não é recomendada pelo IBGE.

No dia 31 de maio, o IBGE divulgou que a taxa passou de 13,7%, no trimestre encerrado em março, para 13,6% nos três meses encerrados em abril. Como os períodos têm dois meses em comum (janeiro e fevereiro), a comparação não é considerada a mais precisa para analisar tendências.

A taxa de desemprego no trimestre de novembro a janeiro foi de 12,6%. No período de fevereiro a abril de 2016, ela estava em 11,6%.

Historicamente, o mercado de trabalho costuma melhorar no segundo semestre.

Em sua conta no Twitter, ele lembrou ainda as dificuldades enfrentadas pela economia nos últimos anos. "Temos que levar em conta que estamos saindo da maior recessão da nossa história."

Decisão sobre 'bondades' não vai sair logo

BRUNO BOGHOSSIAN
DE BRASÍLIA

Apesar das pressões da equipe política, o presidente Michel Temer resiste à adoção imediata de propostas de estímulo à economia que possam aumentar o rombo das contas públicas, como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda.

As medidas sofrem oposição do Ministério da Fazenda, que manifestou sua contrariedade ao Planalto.

Para a pasta, propostas consideradas muito flexíveis, em oposição ao discurso de austeridade do ajuste fiscal, poderiam deteriorar o que ainda resta de credibilidade do governo diante do mercado.

Temer pediu que seus auxiliares ampliem os estudos sobre propostas para retomar o consumo, aumentar a renda da população e estimular investimentos, mas avisou que nenhuma decisão será tomada até que ele volte de uma viagem oficial à Rússia, no dia 23.

Os principais conselheiros políticos de Temer insistem na adoção de um "pacote de bondades" para ajudar o presidente a melhorar sua popularidade em meio à crise aberta a partir da delação da JBS.

Essa área do governo trabalha principalmente com propostas de alívio no Imposto de Renda para pessoas físicas, como a redução de alíquotas e o aumento da parcela da população que fica isenta de pagar o tributo.

A Fazenda considera impossível a adoção de medidas que representem perda de arrecadação.

Para a equipe econômica, propostas de flexibilização das contas públicas dariam ao mercado um sinal de desvio das premissas do ajuste fiscal, uma vez que os investidores já lançam dúvidas sobre o avanço das reformas.

No 'escuro', Doria dá largada a ajuste em regra para obras

Chamada Lei de Zoneamento será revista só 14 meses após ter sido aprovada

Prefeitura não revela texto prévio nem data de audiências, motivo de preocupação de especialistas no tema

EDUARDO GERAQUE
DE SÃO PAULO

Aquele conjunto de regras que define o que pode ou não ser construído na cidade, conhecido como Lei de Zoneamento, será revisto pela gestão de João Doria (PSDB) apenas 14 meses após ter sido aprovado pelos vereadores.

Em alguns dias, começam as audiências públicas para debater o tema. A prefeitura mantém em segredo as datas.

O projeto de lei com as alterações pontuais, segundo a prefeitura, deve chegar à Câmara até o final do mês.

Cota ambiental, altura dos prédios, tamanho dos apartamentos próximos ao transporte público, largura de calçadas e reforma de imóveis antigos estão entre os itens a serem discutidos e modificados.

Além desses temas, que envolvem a cobrança de outorga onerosa (taxa que os empreendedores precisam pagar caso queiram fazer prédios com características que es-

tejam fora das regras urbanísticas do local), o processo tem causado estranheza entre especialistas por causa da rapidez da prefeitura.

O Executivo não apresentou um texto prévio nem justificativas claras sobre a necessidade de se fazer ajustes na lei, aprovada em março do ano passado na Câmara.

“Toda mudança como essa envolve interesses. O que não está claro é quais são os interesses em jogo. Da forma como está sendo conduzida a revisão, acaba gerando desconfiança”, afirma o urbanista Kazuo Nakano, professor da Faculdade Belas Artes, que participou da equipe que fez o Plano Diretor em 2014.

“Inevitavelmente, a regra do jogo vai mudar, para o bem ou para o mal. Sem uma justificativa clara, nem sabemos se era o caso de fazer essa revisão agora”, diz ele.

Procurada, a gestão Doria disse que a secretária Heloísa Proença, urbanista e responsável pela pasta que trata do assunto, não está dando entrevistas sobre o tema.

Em nota, a prefeitura informa que “entende que é necessário corrigir e ajustar o zoneamento da capital, para que haja uma melhor aplicação da lei à cidade real”.

“Vejo o processo de calibragem do zoneamento como saudável. Precisamos fazer os ajustes, porque sem eles a legislação tem travado a cidade”, afirma Adriana Levisky, do escritório Levisky Arquitetos e vice-presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura.

Como não deve ocorrer mudança de conceito, mas alterações pontuais, a arquiteta acredita que o tempo para o debate é adequado. “São poucas questões técnicas que vão mudar. Teremos tempo para a discussão”, avalia Levisky.

De qualquer forma, diferentes polêmicas devem surgir a partir dos debates.

Uma das alterações (veja quadro nesta página) deve ter o objetivo de facilitar a aplicação da cota ambiental, o conjunto de regras que as novas construções são obrigadas a fazer para deixar a cidade mais verde e menos sujeita a inundações. Algumas regras valem para reformas.

Também está entre os objetivos da gestão Doria incentivar o retrofit (reforma em prédios antigos, mas que preserve a fachada original) na área central da cidade, o que segue travado pelo texto atual, segundo a prefeitura.

Se o objetivo do Executivo

for mantido, novos hospitais e escolas, por exemplo, também não deverão ser mais obrigados a disponibilizar espaços públicos dentro dos limites de seus imóveis.

No anúncio à sociedade sobre as alterações, aparecem ao menos outros dois pontos polêmicos. A definição da altura dos prédios é um deles. O segundo é o tamanho máximo dos apartamentos em empreendimentos erguidos nos chamados corredores de transporte público.

Para a Associação Comercial de São Paulo, os ajustes propostos são positivos.

“No caso do retrofit, precisamos ter a oportunidade de fazer reformas melhores. O que adianta deixar os prédios antigos abandonados?”, indaga Antonio Carlos Pela, coordenador do Conselho de Política Urbana da entidade.

Apesar de não fazer parte do setor imobiliário, ele afirma ser favorável às mudanças pedidas pelo setor, como apartamentos maiores ou com mais garagens nos eixos urbanos. “Quem pede são os clientes, não é o mercado.”

Em reuniões com vereadores, a prefeitura reforçou que as mudanças serão pontuais, com o intuito de calibrar o pagamento das outorgas.





O RETORNO DO ZONEAMENTO

Gestão Doria reabriu discussão sobre a lei, aprovada há menos de 15 meses

> ENTENDA A LEI DE ZONEAMENTO



O que é

Determina o que pode ser construído na cidade de São Paulo, rua a rua, e quais atividades – comércio, indústrias e residências – são liberadas em cada local



Quando foi aprovada

Ela foi sancionada por Fernando Haddad (PT) em 23.mar.2016, após 13 mil sugestões e um ano e nove meses de debates; vai regular o uso do solo urbano por mais 12 anos, aproximadamente



Por que a prefeitura quer mudá-la

A gestão diz que alguns pontos do texto não dialogam com a cidade real, inviabilizando projetos; o objetivo da revisão é "uma melhor aplicação da lei"

> AÇÕES RECENTES E PRÓXIMOS PASSOS

20.sem.2016

Depois da aprovação da lei, grupos do mercado imobiliário e de escritórios de arquitetura começaram a elencar pontos polêmicos que estavam atrapalhando a sua aplicação

jan. a mai.

Gestão João Doria (PSDB) avaliou a possibilidade de cumprir a lei na cidade

26.mai a 5.jun

Prefeitura recebeu propostas de mudança da população

6 a 8.jun

Administração sistematizou sugestões recebidas e consolidou projeto e lei, ainda não divulgado

Até 23.jun

Município vai iniciar audiências públicas e abrir discussão on-line sobre as mudanças

Até 30.jun

Gestão pretende finalizar o projeto e enviá-lo para análise dos vereadores

> PONTOS QUE SERÃO DISCUTIDOS

Até agora, porém, prefeitura não especificou o que pretende mudar



Reformas de prédios antigos

O Executivo quer facilitar a modernização do interior de construções antigas, especialmente na área central, mantendo-se a parte de fora – tipo de reforma que é chamado de retrofit



Tamanho dos apartamentos

A lei atual limita o tamanho de apartamentos próximos a transportes públicos, com cobrança de taxa a quem exceder medidas; a prefeitura quer provavelmente aumentar esses limites, o que interessa às construtoras



Áreas públicas em locais privados

Hoje, novas construções em lotes com mais de 10 mil m² têm que abrir uma área de convivência pública; por segurança, prefeitura quer retirar essa exigência a escolas e hospitais



Cota ambiental

Novas construções acima de 500 m² têm que cumprir uma cota mínima, com árvores, tetos verdes etc.; gestão diz que exigência impede melhorias, mas mudanças podem afrouxar regras de proteção ambiental



Fachadas ativas e calçadas

A lei em vigor estabelece incentivos para que, em certas zonas e empreendimentos, se construam calçadas mais largas ou frente aberta para a rua; isso também pode ser alterado



Altura máxima de prédios

Gestão Doria não deu detalhes das mudanças quer fazer, mas, caso relaxe os limites de altura para edifícios, espigões podem surgir em algumas áreas onde hoje são proibidos

Fonte: Prefeitura de São Paulo

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

DATA VENIA

A JBS encaminhou aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) um estudo para defender a validade do acordo de colaboração que fez com a PGR (Procuradoria-Geral da República). Nele, a empresa compara a amplitude do que Joesley Batista, seu principal acionista, contou aos procuradores com as informações fornecidas por delatores como Marcelo Odebrecht.

LISTA

Marcelo Odebrecht delatou 70 agentes políticos. Joesley Batista, 1.893, incluindo até vereadores. O empreiteiro citou 24 políticos com prerrogativa de foro, que são julgados pelo Supremo. O dono da JBS mencionou 34.

★

Os dois, por sinal, envolveram o presidente Michel Temer nas denúncias.

COFRE

Os advogados da JBS incluíram também no estudo os valores pagos pelas empresas em acordos de leniência. Dizem que a companhia pagará R\$ 10 bilhões em 25 anos, enquanto a Odebrecht desembolsará R\$ 3,8 bilhões em 23 anos.

CHAVE

Odebrecht cumprirá pena de 7 anos e seis meses, sendo pouco mais de dois deles em regime fechado. Joesley conseguiu perdão judicial.

BYE BYE

O acordo entre a Procuradoria-Geral da República, que foi homologado pelo ministro Edson Fachin, do STF, ganhou ares de escândalo e passou a ser questionado quando se soube que Joesley Batista, depois do perdão, foi para os Estados Unidos num jato particular, levando até um iate para lá.

NO VOTO

O ministro Fachin vai submeter os questionamentos feitos ao acordo ao plenário do Supremo.

★

Alguns ministros defendem que ele seja revisto.

BÉLICO

A intervenção da prefeitura na cracolândia afetou pelo menos dois prédios dos onze que são tombados ou estão em processo de tombamento na região. Em reunião no Conpresp (órgão municipal de patrimônio), na segunda (12), o secretário municipal de Justiça de SP, Anderson Pomini, disse que a administração “está em guerra” na região e que, “numa guerra, se precisar derrubar prédio tombado, [a prefeitura] derruba”.

BÉLICO 2

A arquiteta Sabrina Fontenele, do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil), rebateu: disse que “até para situações de guerra existem recomendações da Unesco sobre preservação de patrimônio”. Segundo Pomini, a afirmação aconteceu em uma “discussão acalorada” e foi apenas “força de expressão”. Ele diz que os prédios protegidos pela legislação serão mantidos.

ÉTICA E ESTÉTICA

O procurador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol vai participar nesta quarta (14) da Jornada Paulista de Cirurgia Plástica, congresso organizado pela regional paulistana da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

★

Ele falará sobre corrupção e ética nos negócios.

FLOR X ÓDIO

A Anistia Internacional vai levar centenas de flores para a frente do consulado da Rússia em São Paulo para manifestar solidariedade aos homens gays perseguidos e mortos na Tchetchênia. A ação será nesta sexta (16), às vésperas da Parada LGBT. Uma petição virtual da ONG que pede às autoridades russas o fim da campanha de ódio contra os homossexuais teve mais de 14 mil adesões.

O inadiável ajuste nas contas

BETO RICHA

A persistência da maior crise econômica, ética e social da história do Brasil produziu um inesperado consenso entre economistas e gestores públicos: é inadiável um ajuste fiscal em todos os níveis de poder.

Não faltam críticas procedentes de que deveríamos ter nos antecipado nessa tarefa, aproveitando os tempos de bonança, como na fábula da cigarra e da formiga. É preciso prover e ser providente no tempo bom, para depois poder enfrentar o inverno.

Com o perdão da ousadia, acho que fizemos um pouco disso no Paraná. Em dezembro de 2014, com os sinais de deterioração no horizonte, iniciamos um forte ajuste.

Encaramos a questão da Previdência dos servidores públicos — que naquele momento impunha compromissos exagerados ao Tesouro estadual — e revisamos alíquotas de impostos, ajustando-as aos níveis praticados em outras unidades da Federação.

Impusemos limites aos gastos e ao crescimento das despesas, que terminaram por contar com boa margem de apoio na iniciativa privada e até mesmo no funcionalismo público. São controles cada vez mais rígidos, que exigem atenção permanente para garantir novas economias e o corte de despesas não prioritárias.

Claro que nos favorece a inevitável comparação com outros Estados, nos quais salários atrasados ou parcelados foram tomados como exemplo de realidade a ser rejeitada. A manutenção de pagamentos em dia é mais importante que o argumento corporativo dos sindicatos, sempre a querer mais e mais benefícios. Fornecedores que recebem nas datas combinadas também fazem parte dessa receita.

Os investimentos públicos voltaram a crescer. As obras de infraestrutura criam novas condições para o avanço dos investimentos privados, num ciclo virtuoso e poderoso para debelar crises e gerar empregos.

Costumo dizer que não há mau governo com dinheiro em caixa. Não para entesourar riqueza, mas para organizar e programar os investimentos, segundo prioridades definidas pela sociedade.

Neste momento em que o Brasil precisa, mais do que nunca, de ajustes de Norte a Sul, vejo que a experiência paranaense deve ser olhada como um gesto de coragem e de contribuição para o país.

Não há fórmulas mágicas ou indolores, mas é por comparação que vamos descobrindo novos caminhos para retomar o crescimento e



Troche

TROCHE

Na dificuldade aprendemos a procurar as saídas mais responsáveis. O Brasil tem um encontro marcado com o deficit nas contas públicas

O debate sobre a Previdência é apenas parte do problema. No entanto, o êxito de um projeto que devolva solvência ao sistema, sem impor sacrifícios demasiados aos trabalhadores, será visto como o primeiro passo numa reforma maior, que aponte para novas bases nas relações federativas. O contrário dis-

na dificuldade que aprendemos a procurar as saídas mais responsáveis. O Brasil que quer resgatar a esperança tem um encontro marcado com seus deficits nas contas públicas. E não pode fugir dele.

Não se trata mais de escolher entre fazer ou não fazer o ajuste e as reformas. Chegou a hora de ousar e realizar. A história, mais uma vez, cobrará daqueles que possuem a responsabilidade e a oportunidade em suas mãos.

O bom desse desafio é que no final, feito o ajuste, o cenário é bem mais favorável que a fatigante rotina de administrar o caos.

A liberdade de ir e vir e o muro de Trump

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY

A proposta do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de construir um muro ao longo de toda a fronteira entre os EUA e o México terá um efeito muito negativo para os povos das três Américas.

Na obra “Desenvolvimento como Liberdade”, o prêmio Nobel Amartya Sen enfatiza duas importantes contribuições de Adam Smith e Karl Marx ao mostrar como a liberdade de movimento das pessoas é vital para o desenvolvimento.

Smith afirmou que a autonomia de comércio e de troca é parte essencial das liberdades básicas. Limitar a participação no mercado de trabalho é forma de manter a sujeição ao serviço quase escravo.

Embora Marx fosse crítico do capitalismo, soube reconhecer alguns de seus aspectos. Assim, em “O Capital”, caracterizou a Guerra Civil Americana como o “grande evento da história contemporânea” por ter acabado com a escravidão. Ressaltou a importância da liberdade do contrato de trabalho.

Os Estados Unidos são conhecidos em todo o mundo por sua defesa da liberdade de comércio, de capital, de bens e serviços. Da mesma forma, são entusiastas da ideia de livre circulação de seres humanos.

No dia em que houver uma renda básica de cidadania incondicional, não haverá razão para existirem muros que separem as pessoas

Trump, contudo, põe em risco todo esse legado. E pior de tudo — num projeto que demandará imenso orçamento. Segundo o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos, o muro está avaliado em US\$ 28,5 bilhões. Trump afirma que o México vai pagar por ele. Os democratas tentam impedir que o Congresso americano aprove um aporte inicial de US\$ 1,4 bilhão para construí-lo.

O que a América realmente necessita é construir condições para que todos possam ter liberdade de movimento e de viver em qualquer país. Para atingir essa meta, temos de avançar no caminho para instituir os instrumentos da política econômica que signifiquem a aplicação de princípios da justiça.

Um bom exemplo é a criação da renda básica de cidadania: o direito de cada pessoa — não importa origem, idade, raça, sexo, condição civil ou socioeconômica — de participar da riqueza da nação por meio de

uma renda que será suficiente para atender a suas necessidades básicas.

O presidente Donald Trump pode estudar os efeitos da experiência bem-sucedida do Alasca. O governo do Estado, desde 1982, paga a todos os que lá vivem há pelo menos um ano um rendimento anual resultado da riqueza acumulada do Fundo Permanente do Alasca.

Desde 1980, 25% dos royalties da exploração de recursos naturais, como o petróleo, são investidos nesse fundo. O resultado foi notável. Há 40 anos, o Alasca era o Estado americano com maior índice de desigualdade. Hoje é o menos desigual, ao lado de Utah. Seria um suicídio político para qualquer líder da região propor o fim desse sistema.

Em mensagem recente, o papa Francisco disse que a sociedade não deve criar muros, mas sim pontes para incentivar as boas relações. No dia em que houver uma renda básica de cidadania incondicional para todas as pessoas, não haverá razão para existirem muros que separem os EUA do México e de todas as nações da América Latina.

EDUARDO MATARAZZO SUPLICY, doutor em economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA), é vereador (PT) de São Paulo. Foi senador, também pelo PT, entre 1991 e 2014

HÉLIO SCHWARTSMAN

Estado capturado

SÃO PAULO - Em seu alentado voto, o ministro Herman Benjamin levantou uma questão importante que não parece ter recebido a devida atenção. Se as delações premiadas são corretas, como ficam as leis que foram aprovadas mediante o pagamento de suborno a autoridades? Apesar de parte dos esquemas de desvio ter sido desmantelada, muitos desses diplomas continuam em vigor, gerando milionárias vantagens para empresas corruptoras e distorcendo a livre concorrência.

Para dar uma ideia da escala do problema, vale rememorar o levantamento feito pela **Folha** em dezembro passado mostrando que apenas duas medidas provisórias encomendadas pela Odebrecht renderam ao grupo R\$ 8,4 bilhões entre 2006 e 2015. A MP 255/05 diminuiu a tributação sobre a nafta, reduzindo os custos operacionais da Braskem, o braço petroquímico da Odebrecht. Já a MP 677/15 permitiu à Braskem comprar energia mais barata da Chesf. Pelo par, o grupo teria pago R\$ 17 milhões em pro-

pinas —sob qualquer análise, um negócio da China. Só a Odebrecht teria comprado nove MPs.

Não há muita dúvida de que a coisa decente a fazer é tentar identificar os dispositivos que entraram de contrabando e revogá-los se ainda estiverem em vigor. Em tese, o vício de origem na aprovação dessas leis já é razão suficiente para considerá-las inválidas. É preciso, porém, que alguém, preferencialmente uma força-tarefa envolvendo os três Poderes, faça um levantamento exaustivo dos “jabutis”, e o Judiciário os anule, cobrando ressarcimento se couber.

Aqui já não estamos mais falando de corrupção e sim de um fenômeno ainda mais daninho para a democracia, que é a captura do Estado por interesses privados. Ela é pior do que a corrupção, pois, se corruptos correm uns com os outros e lidam com algum tipo de incerteza, aqueles que compram leis não enfrentam competidores nem correm risco de o negócio não sair como planejado.

hello@uol.com.br

BERNARDO MELLO FRANCO

Ganância desmedida

BRASÍLIA - Na sentença que condenou Sérgio Cabral a 14 anos de prisão, o juiz Sergio Moro afirma que o ex-governador do Rio revelou “ganância desmedida”. Não bastava desviar dinheiro público. Era preciso esbanjá-lo em joias, iates, ternos sob medida, sapatos de sola vermelha.

A ganância de Cabral impressiona até quem não dava um tostão furado pelo seu discurso moralista. Criado numa família de classe média, ele enriqueceu no poder e passou a ostentar uma vida de milionário. Não se preocupou nem em simular uma fonte de renda fora da política.

Protegido e bajulado por quem deveria fiscalizá-lo, o peemedebista costumava abandonar o cargo em longas viagens ao exterior. Os destinos preferidos eram Londres, Paris e Nova York, onde ele e a mulher jantavam em restaurantes estrelados e renovavam o estoque de roupas de grife.

De acordo com as investigações, o ex-governador chegou a ocultar cerca de US\$ 100 milhões em paraísos fiscais. Só em diamantes, man-

teve mais de US\$ 2 milhões na Suíça.

A roubalheira ajuda a explicar a ruína do Rio. Depois de um ciclo de recuperação econômica, o Estado quebrou. Falta dinheiro para pagar servidores e manter serviços essenciais. A penúria já levou ao fechamento de restaurantes populares e ao corte do bilhete único, que ajudavam os pobres a comer e procurar trabalho.

A Uerj, uma das universidades mais prestigiadas do país, também foi abandonada pelo governo. No início da semana, um professor de química com pós-doutorado no exterior causou comoção ao pedir ajuda a desconhecidos para pagar as contas.

Condenado por fraudes numa obra da Petrobras, o ex-governador ainda é réu em outras nove ações. A sentença de Moro lista os temas de algumas delas: Maracanã, metrô da Barra, PAC de Manguinhos. Na orla de Copacabana, o esqueleto de um museu inacabado virou símbolo da falência do Estado. Já é possível montar um roteiro turístico só com os alvos da ganância cabralina.

RUY CASTRO

Crimes da mala

RIO DE JANEIRO - Em 1928, em São Paulo, um imigrante italiano, Giuseppe Pistone, estrangulou sua mulher Maria Mercedes, que o denunciara como trambiqueiro. O que fazer com o cadáver? Pistone serrou-o pelas pernas, espremeu-o numa mala e despachou-o para um destinatário inexistente em Bordeaux, França. Ao ser içada a bordo do navio Massilia, em Santos, a mala abriu acidentalmente e revelou-se o seu conteúdo. Pistone foi preso e condenado a 31 anos. Cumpriu 13, saiu e até se casou de novo.

O caso passou à história como “o crime da mala”, embora não fosse o primeiro nem o último com esse nome. Há cinco anos, também em São Paulo, uma mulher matou a tiros o marido, executivo de uma grande empresa fabricante de pipoca. Experiente em enfermagem, ela o esquartejou e o distribuiu por três malas com rodinha, que enfiou no carro e levou até Cotia para se desfazer. Foi apanhada e presa. E este também

não será o último caso do gênero.

Um novo tipo de crime da mala está em curso no Brasil. Consiste em esquartejar os escrúpulos e rechear malas, não com o que restou deles, mas com dinheiro ilícito. O caso mais flagrante é o do ex-deputado Rodrigo Loures, destacado pelo presidente Temer como seu “homem de confiança” para se entender com os amigos da JBS —e, dali a dias, filmado ao receber uma mala numa pizzaria e, assustado, tomar um táxi com ela no colo. A mala continha R\$ 500 mil em espécie e soube-se depois que ele a escondeu na casa da mãe.

Na sequência, Fred Pacheco de Medeiros, operador e primo do senador Aécio Neves, também foi filmado acomodando em malas R\$ 500 mil da mesma e generosa JBS. E, antes deles, o notório ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto era tão useiro em rechear mochilas com dinheiro que seu apelido era “Mocha”.

Em todas essas malas e mochilas, vai, aos pedaços, o cadáver do Brasil.

MAIS UMA crise: o governo acionou a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para xeretar a vida do ministro Edson Fachin, do STF. Como Michel Temer, ele teria voado num jatinho da JBS.

De bate-pronto, a ministra Cármen Lúcia disse que “é inadmissível a prática de gravíssimo crime contra o Supremo Tribunal Federal, contra a democracia e contra as liberdades, se confirmada a informação de devassa ilegal de um dos seus integrantes.”

O procurador-geral Rodrigo Janot acrescentou: “Não quero acreditar que isso tenha acontecido. Usar um órgão de inteligência do Estado de forma espúria para investigar um dos Poderes da República (...) é a institucionalidade de um Estado policial, de um Estado de exceção.”

O ministro Gilmar Mendes emendou: “A tentativa de intimidação de qualquer membro do Judiciário, seja por parte de órgãos do governo, ou da Polícia Federal, é lamentável

O STF fala demais e cala demais

ELIO GASPARI

e deve ser veementemente combatida.”

Faltou ouvir Sérgio Porto, o genial criador do politicamente incorreto “Samba do Crioulo Doido”:

“Joaquim José
Que também é

Da Silva Xavier

Quería ser dono do mundo

E se elegeu Pedro II”.

O crioulo do samba disse besteira, mas foi afirmativo. Cármen Lúcia, Rodrigo Janot e Gilmar Mendes não disseram nada, e sabiam disso. A ministra enxertou uma pegadinha: “se confirmada”. Janot pôs a sua: “não quero acreditar”. Gilmar foi veementemente genérico. (Três dias depois, Cármen Lúcia fez outra nota, retificando a primeira, mas o estrago estava feito.)

O filme da Abin xeretando o STF é ruim, velho, e em 2008 denunciava o risco de um Estado policial petista

A crise política está de um tamanho que ninguém perderia nada se esperasse ao menos 48 horas para oplanar a respeito de mais uma notícia estarrecedora.

Como o Planalto já disse que Temer não voou na Air JBS e era mentira, tudo pode acontecer no seu bunker tabajara. O envolvimento formal da Abin numa operação desse tipo seria impossível, pois deixaria rastro. Vai daí, o governo sempre poderá desmentir a conexão. Já uma ação de colaboradores teoricamente avulsos produziria o efeito deseja-

do, sem os riscos legais e ninguém poderia dizer que era coisa da Abin. Essa é uma ideia que sempre está ao alcance de um cacique tabajara. Afinal, formalmente, o SNI, ancestral da Abin, nunca reconheceu ter fotografado deputado em motel nem bispo atracado em cinema. Esse truque livra a cara da agência mas deixa a de Temer na vitrine (Fachin bem que poderia esclarecer se voou na Air JBS. Numa época em que seus pares falam demais, ele está falando de menos).

A nova crise abalou ainda mais a fragilizada figura de Temer, esquentou o fim de semana mas, com o que há na panela, marcha em direção ao nada porque parte do quase nada.

A novidade do episódio está na sua velhice. Em agosto de 2008

abriu-se uma crise porque foi revelado que a Abin havia grampeado uma conversa telefônica do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, com um senador goiano. Ao contrário do que sucede hoje, a denúncia tinha algum amparo factual, pois existia a transcrição do telefonema. Apocalíptico, o ministro anunciou que o país vivia “um quadro preocupante de crise institucional”. Havia a ameaça de um “Estado policialesco”.

A denúncia foi investigada e ao fim de dez meses concluiu-se que nada se podia concluir, pois havia uma transcrição, mas faltava o áudio.

Em 2009, enquanto uma equipe da Polícia Federal tentava desvendar o caso da conversa de Gilmar Mendes, outra ouvia, com autorização judicial, o aparelho Nextel anti-grampo do senador Demóstenes Torres, seu interlocutor. Ele operava favores e mimos com o contraventor Carlinhos Cachoeira e teve seu mandato cassado em 2012.

ANTONIO DELFIM NETTO

Exportação

O senhor Paulo Ziulkoski é, desde tempos imemoriais, o competente e ativo presidente da Confederação Nacional dos Municípios (a CNM). Cordato, inteligente e elegantemente assertivo, tem prestado relevantes serviços aos seus associados. Sob seu comando, a CNM tem produzido estatísticas verazes que são as melhores para entender e tentar amenizar os graves problemas que assolam as administrações municipais.

Um recente estudo da CNM indica que as desonerações decorrentes de exportações que atingem o ICMS resultaram numa perda de receita, nos últimos dez anos (2006-2015), da ordem de R\$ 540 bilhões para os Estados e de R\$ 180 bilhões para os municípios, ou seja, de R\$ 720 bilhões no total. A questão é mais complexa.

Como se sabe, foi a Lei Kandir, de 1996, que tardiamente desonerou em torno de 17% o ICMS das exportações de produtos primários e de industriais semielaborados.

Como compensação pela queda de suas receitas, os municípios teriam um “seguro-receita”, que, no caso de queda da arrecadação, estabeleceria um repasse automático. Devido a seus problemas, a União criou um auxílio financeiro para fomento às exportações (o FEX) para ampliar a compensação. Mas, como tudo no Brasil, nem a Lei Kandir nem o FEX funcionam! Desde 2009

os dois estão congelados.

A desoneração representa, na média, em torno de um terço das receitas dos municípios, mas revela ampla dispersão porque há Estados e municípios cuja produção agrícola para exportação é muito alta, o que precisa ser levado em conta na política tributária nacional. É ela que deve promover a “justiça” que compense seriamente esses desequilíbrios, porque é parte da própria filosofia da federação e de seus custos.

É evidente que o imposto deve ser recolhido de quem, talvez em vão, como dizia o presidente Costa e Silva, espera a retribuição de algum serviço. É por isso que os impostos de circulação devem ser cobrados no local de destino, e não no da produção. É o mesmo princípio que regula o comércio internacional.

É razoável um cidadão que só pode receber algum serviço da chanceler Merkel pagar um imposto em benefício do governador Alckmin porque o sapato que está comprando em Frankfurt foi produzido em Franca? O mesmo princípio de cobrança no destino se aplica, aliás, às transações entre Estados federados.

O Estado produtor recebe os impostos sobre o uso de seus fatores de produção, inclusive dos produtos gerados para a exportação, e vê seu PIB aumentar. É por isso que devem estimulá-la. Se a exportação for nula, nem um imposto de 100% produzirá receita!

ANTONIO DELFIM NETTO escreve às quartas nesta coluna.

ideias.consult@uol.com.br

Ranger de dentes

A decisão da primeira turma do Supremo de manter na prisão a irmã de Aécio Neves (MG) despertou forte temor em integrantes do PSDB sobre o desfecho do pedido de prisão do próprio tucano, que será apreciado pelo mesmo grupo de ministros na próxima semana. A avaliação é que o veredito sobre Andrea Neves é, no mínimo, um mau presságio para Aécio. Ao longo desta terça (13), membros da sigla no Congresso conjecturaram sobre como agir na hipótese de o STF encarcerar o senador.

Crime e castigo Juristas dizem que seria difícil, porém, justificar uma prisão de Aécio. Ainda que ele tenha sido afastado do mandato, preserva as prerrogativas do cargo de senador. Nesse cenário, o STF teria que inovar o entendimento sobre flagrante para dar base legal à decisão.

Suor e lágrimas Parlamentares que estiveram com o tucano logo após a delação da JBS desabar sobre a cabeça dele dizem que, sempre que falava de Andrea, Aécio chorava. Nesta terça, após decisão do STF, aliados relataram que o tucano estava desolado.

Destino Grupos no PSDB querem a expulsão do senador, mas a maioria demonstra solidariedade. A ala majoritária diz que, se a situação se agravar, Aécio “saberá o que fazer”, poupando-os do desgaste de debater sua saída.

Papel passado Um dia depois de o PSDB decidir permanecer no governo, a bancada do partido na Câmara decidiu refazer a carta com 15 pontos programáticos apresentada há um ano como símbolo do apoio a Michel Temer. Lançará o documento em duas semanas.

Queime depois de ler A defesa de Renato Duque contratou perícia especializada em tecnologia da informação para fazer uma devassa nos computadores do ex-diretor da Petrobras. Ele tenta selar acordo de delação e conseguiu recuperar arquivos deletados entre 2004 e 2012.

Cartucho As informações coletadas — registros de trocas de e-mails, passagens aéreas e fotografias — serão usadas por Duque para convencer o Ministério Público Federal de que sua colaboração seria valiosa.

Pegue a senha O STJ (Superior Tribunal de Justiça) abriu inquérito nesta segunda-feira (12) contra o governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), num desdobramento da delação da Odebrecht.

O ‘X’ da questão Executivos da empreiteira relataram pagamentos indevidos a Richa para sua campanha. Ele sempre negou. A PGR encaminhou ao STJ ao menos seis casos contra governadores citados pela Odebrecht.

Novo no ninho Secretário de Fazenda de Belo Horizonte, Fuad Noman tem sido sondado sobre a possibilidade de concorrer, pelo PSDB, ao governo de Minas Gerais em 2018. Seu nome uniria o prefeito Alexandre Kalil (PHS) ao senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

#tamojunto Mesmo depois de declarar total apoio a Michel Temer, em conversa com a presença de Roberto Jefferson, semana passada, o PTB não deve fechar questão sobre a eventual denúncia. Mas, nas contas do partido, dos 17 deputados, ao menos 15 estão com Temer.

Assim é fácil O comportamento dos tucanos irritou a base de Temer no Congresso. Com o apoio do PMDB, o centrão articula reação. Dizem que o PSDB quer “casar, mas manter vida de solteiro”.

Tem limite O empresário Ricardo Semler, fundador da Semco Partners, vai apresentar nesta quarta-feira (14) seu pedido de desfiliação do PSDB. Ele foi ligado à sigla por quase 30 anos.

Vida ou morte O governo confia que aprovará a reforma trabalhista no Senado na próxima semana. Prometeu aos reticentes editar uma Medida Provisória para equilibrar os pontos considerados polêmicos.

» com THAIS ARBEX e JULIA CHAIB

“ tiroteio

O PSDB é um partido que sempre defendeu a ética, mas de uma ótica interessante. Ela vale, desde que seja exercida pelos outros.

DO DEPUTADO SILVIO COSTA (PT do B-PE), sobre a decisão dos tucanos de continuar na base do governo do presidente Michel Temer.

“ contraponto

A história em looping

Na última sessão do julgamento que acabou absolvendo a chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer, no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gustavo Guedes, advogado do peemedebista, foi falar com Flávio Caetano, que fez a defesa da petista:

— Vou sentar na minha cadeira da sorte. Estou nela desde o primeiro dia e tem dado certo. Se quiser sentar ao lado, é a de número 13.

Aos risos, Caetano respondeu:

— Mas aí você está fazendo comigo o mesmo que o seu cliente fez com a minha! — disse, numa referência ao número do PT nas urnas.



Ao menos uma boa ideia

Na tentativa de tirar o foco da crise política, o governo Michel Temer (PMDB) ensaia uma agenda positiva —conforme o desgastado jargão de Brasília— na economia.

Como se demonstrou à farta durante a administração petista, iniciativas do gênero raramente resultam em benefícios duradouros.

Novamente em estudo, medidas como incentivos fiscais, concessão de crédito subsidiado e renegociações de dívidas proporcionam alívio pontual a setores específicos, em geral com custo futuro para a coletividade.

Felizmente, uma das opções aventadas pelo governo é o início da reforma tributária —a partir de uma estratégia já estabelecida antes, mas até aqui sempre adiada.

De mais fundamental, pretende-se simplificar impostos e contribuições sociais incidentes sobre o consumo de mercadorias e serviços, que respondem por metade da arrecadação pública.

Trata-se de tarefa mais difícil e importante do que pode parecer. Excessivo, o peso de tal taxaçaõ é sentido sobretudo pelos mais pobres, que destinam parcela maior de sua renda ao consumo.

Mas não só: a coexistência de múltiplos tributos e suas legislações intrincadas eleva os custos das empresas e sobrecarrega os tribunais de questionamentos.

Por uma questão de realismo político, a reforma deve ser feita gradualmente. De início, altera-se apenas o PIS, contribuição que representa não mais de 4% da arrecadação federal. Do cipoal de cerca de 30 alíquotas atuais, restariam 2.

Se bem-sucedida, a experiência será estendida à gigante Cofins (16% da arrecadação). O processo implica contrariar setores e empresas hoje favorecidos por regimes especiais que proliferaram desde a década passada.

A etapa mais árdua, porém, será a seguinte: redesenhar o ICMS, maior imposto do país e principal fonte de receita dos Estados.

Nesse ponto empacaram todas as reformas tributárias tentadas nas últimas duas décadas. Há que convencer 26 Estados e o Distrito Federal a convergirem para uma legislação comum, abrindo mão de políticas de incentivo regional.

É irrealista imaginar que uma negociação desse porte, a envolver perdas e ganhos das unidades da Federação, se dê no atual ambiente. Qualquer avanço da agenda, de todo modo, será bem-vindo.

Mais à frente, o país terá de discutir não apenas a complexidade mas também a justiça de seu sistema de impostos. O caminho, também politicamente espinhoso, passa por deslocar parte da taxaçaõ do consumo para a da renda elevada.

Pragmatismo e medo

Misto de interesse eleitoral e temor da Lava Jato leva o PSDB a se manter atrelado ao governo Temer, ainda que de maneira envergonhada

Até os azulejos de Athos Bulcão no Salão Verde do Congresso sabem que o PSDB, confrontado com um dilema, quase sempre se decide por perpetuá-lo. Não foi outra a conclusão do encontro de sua direção na segunda-feira (12).

Em aparência, os tucanos tomaram, sim, uma decisão: continuar no governo Michel Temer (PMDB). Na prática, ao deixar aberta uma rota de fuga caso caíam novos obuses sobre o Planalto, seguem na situação ambígua, de apoio ressabiado a um presidente sob ameaça de denúncia iminente pela Procuradoria-Geral da República.

O partido se entrega à procrastinação —a qual lhe mantém a benesse de quatro pastas na Esplanada— porque vários de seus líderes enxergam a própria sobrevivência em risco, seja na esfera eleitoral, seja nas barras dos tribunais.

O senador Aécio Neves (MG) personifica como ninguém o segundo constrangimento. Depois de chegar muito perto de Dilma Rousseff (PT) na eleição presidencial de 2014, sofreu progressivo desgaste com as investigações da Lava Jato, até o impacto devastador da gravação da conversa em que pedia dinheiro a Joesley Batista, da JBS.

Aécio teve sua prisão solicitada pela PGR e negada pelo ministro

Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF). Este, no entanto, determinou seu afastamento.

O tucano não tem comparecido ao Congresso, mas até esta terça-feira (13) não havia sido formalmente afastado pelo Senado. A Casa, em mal disfarçado desafio ao STF, dizia aguardar orientação.

Parece mais um conflito institucional, à moda do que seria a nova estratégia de Temer para arrostar a ofensiva judicial sobre a classe política. Mas é também uma operação casada entre PMDB e PSDB.

Aécio atua na cúpula tucana para que seu partido não abandone o governo Temer. Em troca, aliados do presidente no Senado lhe proporcionam tempo e votos a fim de evitar uma eventual cassação.

Verdade que o senador não teria condições, sozinho, de manter o PSDB na coalizão. Contou para isso com uma confluência de interesses com seus rivais de sempre —o senador José Serra (SP) e o governador paulista, Geraldo Alckmin, também acossados pela Lava Jato— e com o neófito João Dória, prefeito de São Paulo.

Os dois últimos, em particular, não querem abrir mão do apoio do PMDB caso obtenham a posição de candidato tucano no próximo pleito presidencial.

Entre o pragmatismo e o medo do incerto, o partido se equilibra sobre a amurada da nau combatida do governo, enquanto avalia se a vitória na Justiça Eleitoral deu a Temer força suficiente para se manter à tona até 2018.

O Metro jornal é impresso em papel certificado FSC, garantia de manejo florestal responsável.



metro®

www.metrojornal.com.br | leitor.sp@metrojornal.com.br | www.facebook.com/metrojornal | @MetroJornal_SP

SÃO PAULO

Quarta-feira,
14 de junho de 2017
Edição nº 2.555, ano 11



MÍN: 15°C
MÁX: 20°C

A VIDA DE JOBS

EXPOSIÇÃO QUE ABRE
AMANHÃ NO MIS
MOSTRA A TRAJETÓRIA
DO VISIONÁRIO
CRIADOR DA APPLE
MORTO EM 2011 PÁG. 26



DIVULGAÇÃO

Imagem ampliada mostra placa do Apple I, o primeiro computador pessoal da Apple, construído pelo co-fundador da empresa, Steve Wozniak, na garagem da casa de Steve Jobs em 1976



Resultado do varejo é o melhor em nove anos

Puxadas pelos supermercados, vendas de abril tiveram um aumento de 1% sobre março PÁG. 14

Moro condena Cabral, mas poupa Adriana

Pena do ex-governador do Rio por corrupção é de 14 anos e 2 meses; mulher dele foi absolvida PÁG. 10

Sol deve voltar, ainda que tímido, no feriado

Temperaturas não devem subir muito, mas serão suficientes para espantar um pouco do frio PÁG. 02

Feriadão terá 3,8 mi de carros nas estradas

Corpus Christi. Previsão é das concessionárias é de que tráfego comece a ficar a mais intenso a partir das 11h. Trânsito ontem alcançou 943 km e bateu recorde do ano na capital

Os paulistanos que aproveitarem o feriado de Corpus Christi para viajar terão de se planejar para evitar congestionamento. A expectativa das concessionárias é de que cerca de 3,8 milhões de veículos passem pelas rodovias entre hoje e segunda-feira.

As estradas com fluxo mais intenso serão a Ayrton Senna/Carvalho Pinto, com 959 mil veículos, e a Fernão Dias, por onde passarão 1 milhão de veículos.

Na noite de ontem, os motoristas já tiveram uma amostra do trânsito que provavelmente enfrentarão – a capital teve 943 quilômetros de lentidão às 18h31, recorde do ano, segundo a Rádio Trânsito Caçula de Pneus.

Hoje, a lentidão promete começar cedo e se manter até o fim do dia. Quem for para o interior pela Castello Branco/Raposo Tavares terá mais dificuldade em fugir do trânsito, já que o fluxo deve ser intenso das 11h às 23h.

Para facilitar a chegada no litoral sul, amanhã, a operação Descida será realizada das 11h às 13h no sistema Anchieta-Imigrantes. No retorno para a capital, a operação Subida será feita a partir das 12h do domingo.

Para qualquer que seja o destino, a melhor opção será, como de costume, será viajar de madrugada – veja ao lado os horários de maior fluxo, segundo as administradoras das estradas. **METRO**

RODÍZIO E CICLOFAIXA

O rodízio municipal de veículos está suspenso amanhã e sexta-feira e voltará a funcionar na segunda. As ciclofaixas de lazer serão montadas amanhã e domingo entre 10h e 16h



Dias terão frio, sol e pouca chuva em SP

O frio que tomou conta do Estado nos últimos dias vai persistir no início do feriadão, segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

Amanhã, a temperatura na capital ficará entre 14°C e 20°C, com céu nublado e possibilidade de chuva apenas de madrugada.

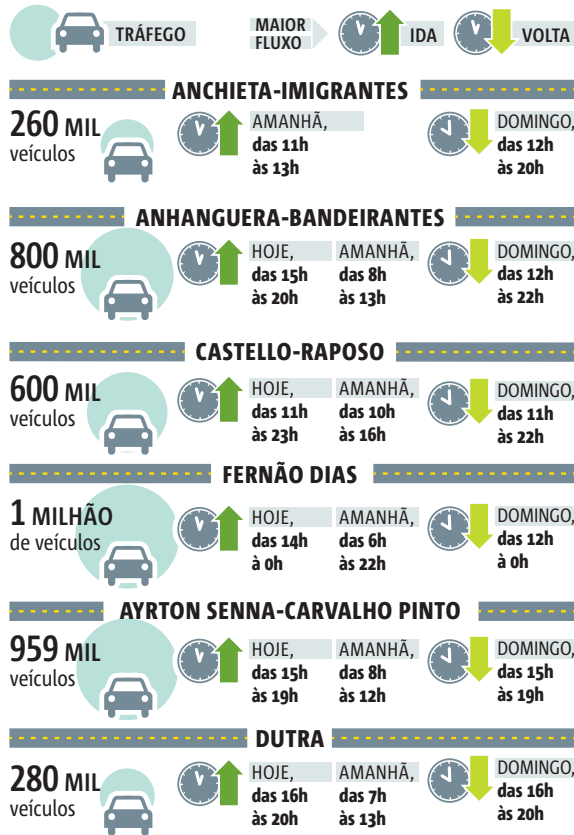
De sexta até domingo, o tempo vai esquentar um pouco (máximas de 25°C) e não há previsão de chuva.

No resto do Estado, as temperaturas também seguem subindo. Em Santos, no litoral, a previsão é de céu com muitas nuvens. Sexta e sábado haverá sol e máximas de 25°C e 30°C, respectivamente.

E quem buscar curtir um friozinho em Campos do Jordão não vai se decepcionar: as máximas serão de 18°C e as mínimas ficarão em 9°C na quinta e em 11°C, na sexta e no sábado. **METRO**

PIORES HORÁRIOS PARA VIAJAR

Movimento esperado nas estradas e quando há estimativa de maior tráfego



FONTES: CONCESSIONÁRIAS E ARTESP (AGÊNCIA DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO)

Santana de Parnaíba monta tradicional tapete

A partir das 6 horas da manhã de amanhã, quem estiver em Santana de Parnaíba, já poderá ver os tradicionais tapetes que celebram o Corpo de Cristo sendo montados pela população.

A expectativa é que a cidade receba mais de 20 mil visitantes ao longo do dia para conhecer os 850 metros de tapetes coloridos.

No centro histórico, 60 quadros irão formar um

mosaico seguindo o tema deste ano “Ano Mariano, Ano de Maria que nos leva a Eucaristia”. Para isso, são necessárias 50 toneladas de serragem, mas é costume da população também incluir outros acessórios, como tampinhas de garrafa e pó de café.

As missas serão realizadas às 8h30, às 10h30, às 12h e às 15h30, seguidas pela procissão. **METRO**

Volta para casa

Gestão planeja ampliar programa

A Prefeitura de São Paulo confirmou que pretende ampliar o programa que paga passagem para moradores de rua que queiram deixar a cidade, mas não têm recursos. O secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Filipe Sabará, divulgou que pagou passagem de um homem que pediu para voltar para o Maranhão. **METRO**

Acusação

Haddad presta depoimento

O ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) prestou depoimento ontem na corregedoria do Ministério Público sobre a afirmação que fez em artigo de que o promotor Marcelo Milani pediu R\$ 1 milhão para não entrar com ação contra a lei que viabilizou a construção da Arena Corinthians. Milani nega. **METRO**

Orgulho gay

Anitta e Daniela se apresentam

A parada LGBT, que ocorre domingo na capital, terá a participação de 19 trios elétricos com destaque para os shows das cantoras Anitta e Daniela Mercury. As atrações foram anunciadas ontem. Os organizadores esperam 3 milhões de pessoas. A festa começa na avenida Paulista e termina no vale do Anhangabaú. **METRO**

Entre ônibus

Acidente deixa 27 pessoas feridas

Acidente entre um ônibus e um micro-ônibus deixou 27 pessoas feridas na manhã de ontem em Guarulhos, na região metropolitana de São Paulo. As vítimas, parte com lesões e fraturas, foram socorridas em hospitais da região. **METRO**

O GLOBO

QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2017. ANO XCII - Nº 36027

Inênis Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

A 1ª sentença pela 'ganância desmedida'

Réu em outros 9 processos, Cabral é condenado a 14 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro

Sete meses depois de ser preso, o ex-governador Sérgio Cabral, réu em dez processos criminais, recebeu ontem a primeira condenação na Lava-Jato. Pelo desvio de R\$ 2,7 milhões das obras do Comperj, o juiz Sérgio Moro fixou a pena em 14 anos e dois meses de prisão, além da devolução do dinheiro com juros e correção. O juiz ressaltou a "ganância desmedida" e a

prática sistemática de crimes de corrupção por parte de Cabral, associando os desvios de recursos públicos à "situação quase falimentar" do Estado do Rio e aos sacrifícios impostos à população. A mulher de Cabral, Adriana Ancelmo, foi absolvida nesse processo do Comperj, mas o juiz indicou que ela pode ser condenada em outros nos quais é ré. **PÁGINAS 3 e 4**



Desespero. A aposentada Wanda das Flores hoje depende da ajuda do neto para viver

Vítimas da crise e da corrupção tentam sobreviver

Por causa da crise fiscal do estado, agravada pelo esquema de corrupção comandado pelo ex-governador Sérgio Cabral, cerca de 200 mil servidores ainda não receberam os salários de abril e maio, além do 13º. Ontem, manifestação reuniu personagens de histórias de penúria, como a assistente social que não tem dinheiro para os remédios e a aposentada que vende balas na rua. **PÁGINA 10**

Após 2 anos de queda

Com FGTS, varejo volta a crescer

Com a ajuda da liberação do dinheiro das contas inativas do FGTS e da inflação menor, as vendas do varejo voltaram a crescer, após dois anos de queda. A alta foi de 1,9% em abril. Mas analistas acreditam que a recuperação do setor será lenta. **PÁGINA 11**

Ataques a jornalista

Entidades repudiam agressão a Miriam

As agressões de dirigentes do PT à jornalista Miriam Leitão foram repudiadas por associações, que condenaram o "autoritarismo e o desrespeito ao papel da imprensa". **PÁGINA 6**

Circuitos Digitais

Tecnologia no dia a dia

A forma como a tecnologia continuará mudando hábitos, conexões pessoais, formas de fazer negócio e relações de trabalho foi tema de debate realizado pelo GLOBO. **PÁGINA 23**

Baixa no aplicativo

Escândalo afasta dirigente do Uber

PÁGINA 19

CRIVELLA E O SAMBA

Zero em harmonia

Carnavalescos foram unânimes em criticar o prefeito Crivella por cortar à metade a subvenção às escolas de samba. **PÁGINA 12**

A REPÚBLICA INVESTIGADA

Em busca de apoio, Temer negocia dívida de estados

Sob pressão, presidente leva BNDES a apressar revisão de R\$ 50 bi

A governadores, promessa de liberar medida aprovada há 6 meses no Congresso

Em busca de apoio político às vésperas de ser denunciado ao STF no inquérito aberto após a delação dos donos da JBS, o presidente Temer apresentou a 20 governadores e vices, no Alvorada, proposta do BNDES para agrossar a renegociação de R\$ 50 bilhões em dívidas dos estados. Aprovada há seis meses, a medida não tinha saído do papel. O BNDES receberá os pedidos dos governadores até julho. O governo também pretende corrigir a tabela do IR e aumentar o Bolsa Família. **PÁGINA 17 e Miriam Leitão**



Supremo mantém irmã de Aécio na cadeia

Por 3 votos a 2, a Primeira Turma do STF, que julgará o senador Aécio Neves, negou liberdade à irmã do tucano. O jurista Miguel Reale Jr. se desfilou do PSDB por causa da "fragilidade ética" do partido. **PÁGINAS 6, 7 e Marcel Pereira**

Cunha depõe hoje em inquérito sobre Temer

Presso, o deputado cassado Eduardo Cunha será ouvido no inquérito que investiga o presidente Temer. Já Joesley Batista, dono da JBS, depôs anteontem ao MP sobre envio de US\$ 150 milhões para Lula e Dilma na Suíça. **PÁGINA 4**



CONTRA A CENSURA, NOTÍCIAS VIAJAM

Divulgar notícias nos ônibus de Caracas foi a forma que jornalistas venezuelanos encontraram para driblar a censura, num país que vive grave crise política e institucional. Ontem, a Assembleia Nacional criou um comitê que tentará substituir 13 dos 32 juizes do Supremo e, assim, restaurar um pouco do equilíbrio entre os poderes. **PÁGINA 22**

CVM condena Eike a pagar R\$ 21 milhões por uso de informação privilegiada

Empresário obteve lucro indevido com venda irregular de ações da OSX

GLAUCE CAVALCANTI
glauce@oglobo.com.br

Em julgamento realizado ontem, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou Eike Batista a pagar uma multa de R\$ 21 milhões pelo uso de informação privilegiada (*insider trading*) em venda de ações da OSX realizada em 2013. A OSX é a empresa naval do grupo "X" e está em recuperação judicial. A defesa do empresário irá recorrer da decisão.

Em 19 de abril daquele ano, o empresário vendeu 9,91 mil ações ordinárias da companhia, numa operação que totalizou R\$ 33,7 milhões. A operação ocorreu quando Eike já tinha conhecimento de alterações que seriam feitas no plano de negócios da OSX, mas que ainda não tinham sido divulgadas ao mercado.

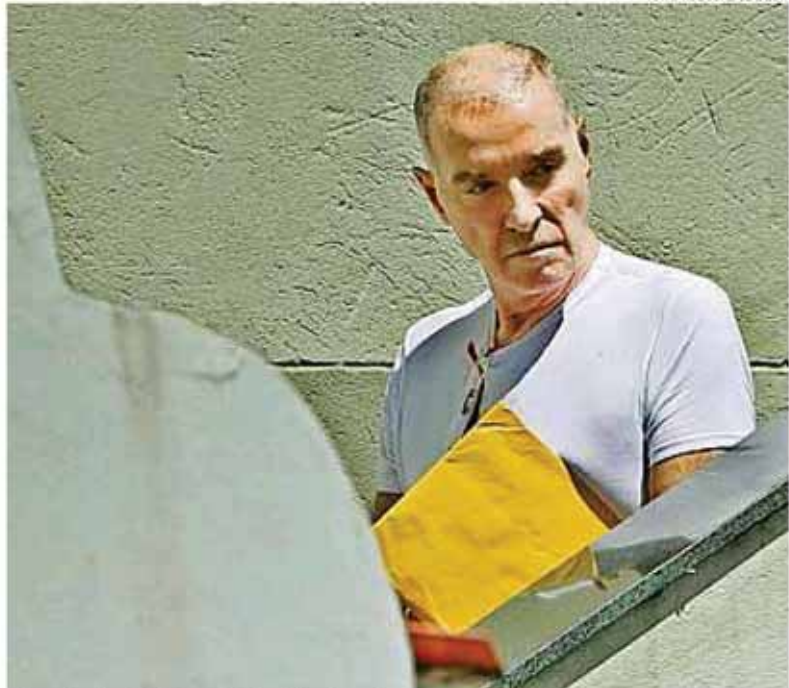
Com a venda de ações, o ex-bilionário evitou prejuízo de R\$ 10,5 milhões, considerando a desvalorização dos papéis após a divulgação do fato relevante que informava o novo plano de negócios da OSX, feita apenas em 17 de maio de 2013. Assim, Eike teria obtido lucro irregular com a alienação dessas ações. A multa aplicada ontem equivale a duas vezes o valor da perda evitada.

DEFESA VAI RECORRER

O processo da CVM motivou uma denúncia contra o empresário feita pelo Ministério Público Federal do Rio de Janeiro (MP-RJ) e que resultou em ação penal em tramitação na Justiça Federal. Agora ações no âmbito da Operação Lava-Jato, Eike é réu em duas ações penais acusadas de praticar crimes de *insider trading* e manipulação de mercado.

Para o presidente da CVM, Leonardo Pereira, não resta dúvida de que Eike negociou as ações da OSX de posse de informação privilegiada. Na época controlador e presidente do Conselho de Administração da empresa naval, o empresário participou de reunião do *board* em 15 de abril de 2013, quatro dias antes da venda dos papéis. Assim, ele tinha conhecimento de como seria o novo plano de negócios e também do prognóstico negativo que a mudança traria para a companhia. A reestruturação envolveria venda de ativos e renegociação societária, entre outras medidas. Tudo isso, destacou Pereira, afetaria a cotação das ações da OSX.

Pereira frisou que os argumentos apresentados por Eike "são incapazes de convencer" que sua operação não tenha levado em conta o prejuízo a ser evitado. E que se a venda das ações ocorresse após a divulgação do fato relevante de maio, é inegável que causaria prejuízos.



ANTONIO SCORZA/B-2-2017

Divergência. Eike deixa a Polícia Federal em fevereiro: empresário diz que agiu corretamente

— O mercado não negociou nas mesmas bases informacionais do acusado. Houve uma série de assimetrias — disse o presidente da CVM.

A defesa de Eike sustenta que a venda de ações foi realizada para atender a uma exigência da B3 (ex-Bovespa) de enquadramento de um volume mínimo de ações da companhia em livre circulação no mercado (*free float*).

O diretor relator do processo na CVM, Henrique Machado — que votou pela condenação de Eike, sendo acompanhado em seu voto por Pereira — afirmou que essa justificativa não afasta a proibição de negociação de posse de informação relevante e não divulgada ao mercado, o que só poderia ser feito em uma situação de emergência.

O diretor Pablo Renteria foi o único a votar pela absolvição de Eike. O julgamento realizado ontem deu continuidade à primeira audiência do processo, realizada no fim de abril, quando Renteria pediu vistas do processo. Ele sustentou que os argumentos reunidos pela área técnica da CVM não eram suficientes para provar que o empresário agiu com o objetivo de obter vantagem indevida em benefício próprio ou de terceiros. O diretor reconhece, contudo, que Eike tinha a informação privilegiada ainda não divulgada ao mercado.

— Vamos recorrer ao Conselhinho (Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional). O voto vencido do

diretor Pablo Renteria foi contundente em mostrar que Eike Batista atuou de forma a atender uma exigência da Bolsa — disse Darwin Corrêa, advogado de Eike. — No fato relevante de 17 de maio de 2013, em que foi divulgado o novo plano de negócios da OSX, foi anunciado também o aporte de US\$ 120 milhões na companhia. Isso não foi sequer mencionado hoje (ontem), mas mostra que Eike agiu corretamente.

EM PRISÃO DOMICILIAR DESDE ABRIL

Em março de 2015, o fundador do grupo "X" foi condenado por unanimidade pelo colegiado da CVM em quatro processos relativos a crimes financeiros ocorridos em operações em quatro companhias, com multa total de R\$ 1,4 milhão. A defesa do empresário recorreu dessas decisões ao Conselhinho.

Acusado dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro por pagar propina de US\$ 16,5 milhões ao ex-governador Sérgio Cabral, Eike Batista foi preso em janeiro em uma ação de desdobramento da Lava-Jato. Ele passou três meses em Bangu 9 e, desde o fim de abril, cumpre prisão domiciliar, e está afastado da administração de suas companhias.

Desde meados do ano passado a CVM vem fazendo uma campanha de combate ao *insider trading*. Historicamente, o crime resulta em poucas punições. Segundo pesquisa publicada pela FGV Direito SP em 2014, entre 2002 e 2013, a CVM julgou 34 processos administrativos sancionadores envolvendo *insider trading*, sendo que em 16 deles todos os indiciados foram absolvidos. O crime representou apenas 5% dos procedimentos analisados pela autarquia no período. ●



EIKE TAMBÉM É ALVO DA

JUSTIÇA E DA PF

Veja histórico de problemas do empresário
globo.com/2rt7qxs

Poder em jogo



LYDIA MEDEIROS

Cardápio de bondades

Michel Temer resolveu reabrir o cofre do BNDES. Num jantar, ontem, reuniu 18 governadores, inclusive do PT, com o guardião das chaves, Paulo Rabello de Castro, o presidente do banco. Em busca de apoio político, às vésperas de ser denunciado por corrupção ao Supremo Tribunal Federal, Temer oferece aos estados uma fatia de um caixa de R\$ 150 bilhões — dinheiro que, reclamou a Joesley Batista, estava parado no banco, sob o comando de Maria Sílvia Bastos Marques. A noite contou ainda com os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa. Pode ser um alívio para governadores de estados à beira da falência, alguns deles com mandatos pendurados em ações no STJ.

Tudo dominado

O deputado Fausto Pinato (PP-SP), destacado para liderar na Câmara a interpelação ao ministro Edson Fachin, é antigo aliado de Temer, a quem deve indicações na diretoria da Ceagesp, a grande central de abastecimento de alimentos de São Paulo. Alexandre Baldy, líder do Podemos (antigo PTN), que deverá ser o relator da CPI da JBS, é escolha de Rodrigo Maia, presidente da Câmara, que está sentado sobre 14 pedidos de impeachment contra Temer.

Pressão interna

Já constrangido com a cobrança de ministros do STF do afastamento de Aécio Neves, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, é pressionado agora pelo Conselho de Transparência da própria instituição. Em ofício a ele, o conselheiro Caio Magri, representante do Instituto Ethos no órgão, pede explicações sobre a demora para cumprir a decisão do Supremo e critica a falta de transparência do Senado: "O que está acontecendo no Senado? Por que até a presente data a decisão judicial não foi cumprida?"

Calendas gregas

A crise política bagunçou de vez o calendário das reformas no Congresso. Relator das mudanças da Previdência na Câmara, o deputado Arthur Maia afastava ontem qualquer possibilidade de seguir com o cronograma: "Não dá para votar nada agora com esse quadro. Melhor esperar".

Dose de realismo

Um grupo de governistas já tenta convencer o presidente Temer a assumir a redução da reforma da Previdência à aprovação da idade mínima para a aposentadoria. Os deputados argumentam que é a única aposta possível para o Planalto, já extremamente desgastado, não ganhar o carimbo de uma derrota. Essa limitação já é dada como certa no governo, mas não ainda no discurso oficial.

Concorrência

O governo vai abrir o setor de refino de petróleo a investidores estrangeiros. Hoje a Petrobras concentra 96% da atividade. "A ideia é ter, no futuro, um cenário de muito mais competitividade", contou a senadores o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.

Troca de gentilezas

Na posse da nova conselheira do CNJ, Maria Tereza Uille, ontem, o ministro Gilmar Mendes foi conversar com o deputado Miro Teixeira. "Sinto-me muito bem quando o senhor fala bem de mim", disse ele a Miro. Entre os ministros Cármen Lúcia e Edson Fachin, o deputado respondeu: "O senhor deve estar passando muito mal nos últimos dias."

DO MORENO

CANTINHO



Durante a reunião do PSDB para decidir se fica no governo, José Serra contou em discurso um fato ocorrido com o então governador Mário Covas, que virou antologia da indefinição tucana. Certa vez, Covas pediu ao garçom que lhe servia no gabinete uma xícara de café. O garçom, então pergunta: "Com açúcar ou adoçante?" O governador para, pensa e, depois de um longo minuto de indecisão, opta: "Não precisa mais, esqueça o café." Esse é o PSDB, que Serra quer mudar.

merval@oglobo.com.br

MERVAL PEREIRA



PSDB na berlinda

O desconforto de parlamentares chamados de “cabeças pretas” do PSDB com a decisão do partido de permanecer apoiando o governo Temer, não apenas com posições programáticas, mas com cargos e ministérios, fica evidente no movimento que já se esboça entre os deputados para votar em bloco a favor de um provável processo a ser pedido pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, contra o presidente Michel Temer.

Mas há “cabeças brancas” também descontentes, como o próprio presidente interino do partido, o senador Tasso Jereissati, que teve que se submeter à maioria da cúpula partidária. Sua frase sobre ser o apoio “uma incoerência que a História nos impõe” explica bem como viu a decisão, que poderá ser revista a qualquer momento, assim que fatos novos surgirem, como todos suspeitam.

Temer tem ainda um resto bastante apreciável de apoio no Congresso, e tenta aprovar alguma das reformas para recuperar seu prestígio junto aos que consideram as reformas mais importantes do que uma punição ao presidente pelas práticas políticas fisiológicas, que marcam sua carreira e a de seus principais assessores e aliados.

A visão dos “cabeças brancas” sobre o que levou o partido a, mais uma vez, se desconectar de seus eleitores, valoriza os aspectos institucionais da decisão, e desconsidera as causas pragmáticas apontadas pelos “cabeças pretas”. Nessa visão, teses que não têm a menor base na realidade como a explicação da posição majoritária ontem: o apoio do PMDB 2018 ao PSDB, porque em tempos de crise aguda um ano é uma eternidade e tudo pode acontecer, inclusive nada; acordo para salvar o senador Aécio Neves no Senado, já que o Senado tem lógica própria nesse caso presa à substância da denúncia e à defesa da autonomia da instituição.

Mesmo admitindo que a crise é grave, o ambiente instável e a situação delicada, alegam que a saída do PSDB “desestabilizaria perigosamente o governo e minaria de vez o processo das reformas estruturantes”. Prevaleceu a percepção do interesse público e nacional, e não a estreita visão de tática eleitoral do partido, explicam.

A decisão seria consequência natural do protagonismo do partido no impeachment de Dilma e no acordo programático construído em torno de Temer. Foram avaliados três motivos plausíveis para uma ruptura política:

1) Traição programática, que definitivamente não houve, ao contrário, houve uma positiva surpresa com a ousadia e a profundidade do programa de reformas e avanços modernizantes;

2) falta de popularidade — seria oportunismo saltar do barco por esse motivo. As pesquisas não podem substituir as convicções e a visão estratégica;

3) condenação moral e ética — lembrando as raízes weberianas (convicção e responsabilidade), como comenta o deputado Marcus Pestana, muito ligado ao senador Aécio Neves.

Segundo o parlamentar, a Lava-Jato merece todo o apoio no combate à corrupção, “mas muito mais merecem apoio os princípios do estado democrático de direito (amplo direito de defesa, o devido processo legal e a presunção de inocência). O presidente sequer está indiciado. Há uma série de ilações com base na delação de um réu confesso. Não há evidências e materialidade na denúncia”.

É preciso ter paciência e correção para aguardar a ação do sistema judiciário investigando e julgando, punindo os culpados e inocentando os inocentes, alega. “Obviedades esquecidas em tempos de cólera”, diz Pestana.

Quem ganharia e quem perderia com a nossa saída? Pergunta, para responder: “A oposição do fora Temer e da demagogia das diretas inexecutáveis? Os setores que querem judicializar e criminalizar a política? Ou a economia e as reformas? Ou a estabilidade política?”

Como se vê, o PSDB tem muitas razões para permanecer onde está, cercado de dúvidas e incertezas, torcendo para que o governo consiga recuperar nas votações das reformas estruturais uma razão de existir, que vá além da manutenção do poder a qualquer custo. É uma posição arriscada a dos tucanos, que perdem apoios simbólicos importantes como o de Miguel Reale Júnior, que ontem se desfilou do partido acusando-o de estar se “peemedebizando”. ●

Os pontos-chave

1 Alguns deputados tucanos já estudam votar em bloco a favor de um provável processo contra Temer pedido por Janot

2 Para alguns tucanos, a saída do PSDB desestabiliza o governo e mina o processo das reformas estruturantes

3 A posição dos tucanos, que já perderam apoios simbólicos, é arriscada

miriamleitaoglobo.com.br

MÍRIAM LEITÃO



COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Valor presente

O que o Brasil tem no momento é um governo acuado que tentará na economia procurar algum capital para se fortalecer politicamente. Se fizer isso, será outro erro porque a economia ainda anêmica anda precisando, ela mesma, de força para dar novos passos na recuperação. Na economia existe o fenômeno que antecipa os eventos, e esse é o risco no momento atual.

O pacote de bondades que o presidente Temer pensa em usar para se fortalecer pode ser visto como abandono do esforço para reduzir o desastre fiscal do Brasil. Se isso ocorrer, a possível piora futura da política fiscal será trazida a valor presente e terá efeito agora. É assim que acontece na economia.

Atualizar a tabela do imposto de renda é justo porque, como todos os pagadores de impostos já entenderam, quando ela não é corrigida há, na prática, um aumento de tributos. Mas se o governo adotar a medida dentro do esforço para se manter politicamente isso vai piorar as expectativas. A mesma coisa acontece com o aumento do Bolsa Família ou uma renegociação generosa das dívidas dos estados com o BNDES. Outra decisão será a de permitir a securitização das dívidas dos contribuintes que foram renegociadas e parceladas nos estados. Dependendo da forma como for desenhada, será o caminho mais curto para piorar a médio prazo a situação fiscal. O estado venderá o que tem a receber no futuro, mas dando um desconto.

Os indicadores da economia estão oscilando. Ora sai um ruim, ora sai um bom, como ontem. As vendas do comércio de abril surpreenderam economistas e consultorias. As estimativas eram de queda, e houve alta de 1% sobre o mês anterior. O Itaú Unibanco explicou que houve crescimento forte do setor

de supermercados, que tem oscilado bastante, mês a mês. Sozinho, esse segmento representou 0,4 ponto de alta. Mas também afirmou que a queda da inflação está tendo impacto positivo sobre a renda, e houve os efeitos da liberação do crédito do FGTS sobre o consumo. O Bradesco, após o resultado, continuou prevendo retração no PIB do segundo trimestre, mas revisou o número de -0,4% para -0,3%.

A grande questão para o comércio, diz o Itaú, será a estabilização ou não do mercado de trabalho no segundo semestre. Para a consultoria Rosenberg Associados, houve sinais positivos. A expectativa é que a inflação baixa continue ajudando na recuperação da renda e haverá também um estímulo maior do crédito, como consequência da redução da taxa Selic pelo Banco Central. A projeção para o ano é de alta do varejo de 1%, segundo a Rosenberg, interrompendo dois anos seguidos de queda, quando o setor acumulou perda de 10,3%.

O grande drama continua sendo o desemprego altíssimo e que só vai cair quando houver muito mais confiança de que a recuperação será sustentada e não episódios isolados ou soluções. O problema é que a confiança só retornará quando houver um quadro político mais previsível, o que não acontecerá tão cedo, e se o governo não quiser tirar da economia as cartas para aumentar seu cacife na política.

O governo Temer está agora orbitando em torno de si mesmo: trabalhará para se manter no poder e não para administrar as graves questões que o país tem que enfrentar. Ele passou pelo julgamento do TSE, deixando sequelas institucionais no país, e conseguiu manter o PSDB na base, deixando o partido dividido. Agora terá que enfrentar todas as outras batalhas e as surpresas que ocorrerem. Se for denunciado pela Procuradoria-Geral da República, terá que mobilizar pelo menos um terço dos deputados que, em votação nominal, terão que defender seu mandato.

Na situação em que está, o objetivo principal da administração passa a ser se manter no poder. Foi exatamente o que aconteceu com a ex-presidente Dilma no período final do impeachment, quando ela já não governava, mas ocupava-se em tentar evitar seu fim. O país está vendo agora novamente esse mesmo movimento. O problema do gesto que o governo Temer ensaia agora, de bondades econômicas, pode enfraquecer a economia, quando ela começava a dar os primeiros sinais positivos. As bondades põem em risco a meta fiscal que, é bom lembrar, é o de um enorme déficit primário. ●

Os pontos-chave

- 1** Governo Temer está acuado e orbitando em torno da própria sobrevivência política
- 2** Risco para o país é que Temer comece a distribuir bondades na economia em troca de apoio
- 3** Economia antecipa cenários, e se houver piora nas estimativas fiscais a crise se agravará agora

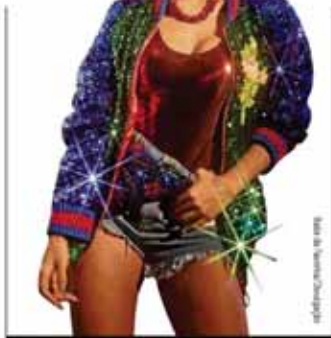
CORREIO BRAZILIENSE

EXEMPLAR DE ASSINAV

• VENDA PROIBIDA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 14 DE JUNHO DE 2017

NÚMERO 10.761 • 80 PÁGINAS • R\$ 2,20



Haja fôlego para a festa!

Anitta é uma das atrações desta véspera de feriado em Brasília. A musa pop do Brasil abre a maratona de shows da capital, que só termina no domingo, com música eletrônica, MPB, jazz e, é claro, festas juninas embaladas por forró e sertanejo. Confira a programação e o que abre e o que fecha na quinta-feira.

PÁGINA 20 E DIVERSÃO/ARTE, CAPA

Minerato Junior/CS/DA Press



Um dia para agradecer

Devotos de Santo Antônio lotaram ontem a paróquia da 911 Sul para homenagear o religioso, reconhecido pelos milagres e considerado "casamenteiro". Amanhã, os católicos vão à Esplanada para celebrar o Corpus Christi.

PÁGINAS 20 E 22

Executado dentro da escola

Um homem de 25 anos, aluno de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA), morreu dentro de sala de aula com três tiros. O criminoso fugiu de carro e o colégio Dra. Zilda Arns, no Itapoá, foi isolado pela polícia.

PÁGINA 18

Estupro

Pena maior para os agressores

Proposta no Congresso prevê que o crime se torne inafiançável e imprescritível. O Ipea estima 527 mil casos por ano no país, muitos sem registro. PÁGINA 6

Saúde

Guerra ao sal no pãozinho

Ministério da Saúde e indústria alimentícia acertaram a redução de cloreto de sódio nos pães processados consumidos pelos brasileiros. PÁGINA 8

CONCURSO

Defensoria Pública da União abre 25 vagas. O salário é de R\$ 22 mil

PÁGINA 7

FGTS faz comércio ter melhor mês de vendas em 11 anos

Depois do crescimento do FIB do primeiro trimestre, mais uma notícia boa anima a economia em meio à crise. As vendas do comércio varejista no país cresceram 1% em abril em relação a março. É o melhor re-

sultado para o mês desde 2006. Os dados, divulgados pelo IBGE, fazem parte da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Especialistas atribuem o bom desempenho à queda da inflação e, principalmente, à libe-

ração do saldo de contas inativas do FGTS. O setor que mais contribuiu para o resultado positivo foi o de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo. Em seguida, vieram o de tecí-

dos, vestuário e calçados; e o de equipamentos e material para escritório, informática e comunicação. O impulso nos supermercados se deveu, também, à Páscoa, que neste ano caiu no mês de abril. PÁGINA 9

Lei fez GDF abrir mão de quase R\$ 800 milhões

Há a suspeita de que a redução da alíquota do ICMS que beneficiou empresas aéreas em 2013 rendeu propina ao PMDB. EDO CAPITAL, PÁGINA 10

Arthur Hernandez/Top CS/DA Press



Eldorado dos tolos

Três homens foram presos ontem por crime ambiental por garimparem no Riacho Fundo. Eles disseram aos policiais que um colega havia achado uma pepita no local. A área é de proteção e não há permissão para esse tipo de atividade. Moradores da região dizem que há décadas ouvem boatos sobre ouro. A PM vai reforçar a vigilância. PÁGINA 17

BEBÊ DO HRAN Justiça liberta a sequestradora

Preso há uma semana acusada de roubar um recém-nascido no hospital, Geslanna Alencar foi liberada pela Justiça. Ela pagará R\$ 5 mil de fiança e será solta hoje da Colmeia. Na Estrutural, a família do menino Jhoony teve motivos para sorrir. Um caminhão com donativos foi entregue ontem para ajudar nos primeiros meses da criança.

PÁGINA 19

Duilio Thibaut/ABF



Inferno na torre

Um incêndio de grandes proporções destruiu um prédio residencial em Lancaster, bairro de Londres. Os bombeiros passaram a madrugada tentando conter as chamas e resgatar os moradores. Testemunhas disseram ter visto pessoas se atirando do edifício. PÁGINA 13

Reforma trabalhista mais perto da votação

Após a leitura do texto na Comissão de Assuntos Econômicos, Senado deve avaliar em Plenário as mudanças na CLT na próxima semana. Em busca de apoio, o presidente Temer se reuniu com governadores e discutiu a liberação de verbas para obras. PÁGINAS 4 E 8

Loures de volta para a PF

» RENATO SOUZA

Para resguardar Rodrigo Rocha Loures, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que o ex-assessor especial do presidente Michel Temer seja transferido para a carceragem da Polícia Federal, em Brasília. A decisão ocorreu após reportagem do **Correio** — “Quanto vale a vida de Rocha Loures?” — revelar que o investigado corria risco de morte no Complexo Penitenciário da Papuda. Loures teria informações que podem complicar o governo do presidente Michel Temer.

A determinação de Fachin tem pedido de urgência e nega o pedido da defesa para que seu cliente seja colocado em prisão domiciliar, com segurança 24 horas de uma equipe da Polícia Federal. De acordo com a petição do advogado de Loures, Cezar Bitencourt, um conhecido ligou para a casa do ex-assessor

na última quinta-feira, afirmando que alguns desafetos estariam preparando a contratação de um matador para eliminar Rocha Loures dentro da cadeia.

Apesar da urgência, a Polícia Federal informou que não ter sido notificada da decisão de Fachin até o fechamento desta edição. Assim que a PF for comunicada oficialmente da determinação, deve realizar a transferência de Loures de forma imediata. Fachin negou o pedido de prisão domiciliar, destacando que não existem fatos probatórios suficientes para embasar a suspeita de execução, mas “eles são graves o suficiente para que se dê ao menos notícia ao Ministério Público, a quem incumbe, no âmbito de suas atribuições deflagrar instrumentos voltados à respectiva apuração”.

A defesa de Loures afirma que “o colaborador que comprou meio mundo poderia infiltrar alguém no sistema penitenciário nacional”. O ex-assessor ficava

em uma cela especial na área para pessoas com nível superior da Papuda, com direito a transporte separado de outros detentos. No entanto, dentro do presídio, fica em um espaço junto a outros detentos, também em prisão provisória e que também têm direito a reclusão em local especial.

Loures foi flagrado pela Polícia Federal correndo com uma mala, com R\$ 500 mil em espécie, em São Paulo. O Ministério Público Federal (MPF) acredita que o dinheiro seja proveniente de propina paga pelo frigorífico JBS. O presidente Michel Temer é investigado no mesmo processo. Loures é descrito no processo como sendo o “homem de confiança” do presidente e teria sido indicado para cuidar de negociações com a empresa de carnes. Em nota, o advogado de Rocha Loures, Cezar Bitencourt, afirmou que, no momento, não vai se pronunciar sobre a decisão do ministro Edson Fachin.

REPÚBLICA EM TRANSE

Por 3 votos a 2, 1ª turma do Supremo decide negar liberdade à jornalista. Advogado vai reapresentar pedido para que ela seja solta

STF mantém Andrea na prisão

» LUANA MELODY BRASIL
ESPECIAL PARA O CORREIO

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter presa a jornalista Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG). Por 3 votos a 2, a 1ª turma do Supremo rejeitou o pedido de liberdade apresentado por Marcelo Leonardo, advogado de Andrea, com a justificativa de que ela não apresenta risco de cometer novos crimes.

O advogado de defesa da jornalista afirmou que aposta em nova oportunidade de julgamento de recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), marcado para a próxima terça-feira. De acordo com Marcelo Leonardo, por Andrea ser réu primária, com residência fixa, a prisão preventiva é desnecessária e ela poderia aguardar o julgamento em liberdade.

Andrea Neves está presa preventivamente na Penitenciária Feminina Estevão Pinto, em Belo Horizonte, desde o dia 18 de maio, pela Operação Patmos, um desdobramento da Operação Lava-Jato, na qual também foi cumprido mandado de busca e apreensão na residência de Aécio em Brasília. A jornalista foi denunciada pela Procuradoria-Geral da República por prática de corrupção e por ser considerada a operadora do irmão, ao pedir R\$ 2 milhões ao empresário Joesley Batista em fevereiro. O dinheiro teria sido repassado em malas a

»» Moro condena Cabral

O ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro a 14 anos e dois meses de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Lava-Jato. O peemedebista foi acusado de receber propina de R\$ 2,7 milhões da empreiteira Andrade Gutierrez, entre 2007 e 2011, referentes às obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), da Petrobras. O magistrado fixou o regime fechado para o início de cumprimento da pena. A ex-primeira-dama Adriana Ancelmo foi absolvida dos crimes de corrupção passiva e de lavagem de dinheiro por falta de provas. O Ministério Público vai recorrer. É a primeira condenação de Cabral, que é réu em outros processos. Outros dois condenados por Moro ontem são Wilson Carvalho, ex-secretário do governo de Cabral, e Carlos Miranda, conhecido como "homem da mala".

um primo de Aécio, Frederico Pacheco de Medeiros, o Fred, que foi preso na mesma operação da Polícia Federal.

O relator do caso da jornalista, ministro Marco Aurélio Mello, aceitou o argumento da defesa ao afirmar que "a agravante não exerce função ou atividade parlamentar, sendo indevido supor que, em virtude de cargo ocupado por outro investigado, poderia embarçar as investigações ou interferir nas atividades dos Poderes da República", fazendo referência a Aécio. Marco Aurélio foi acompanhado apenas pelo ministro Alexandre de Moraes.

Com posição divergente, os ministros Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux votaram pela permanência da prisão preventiva da jornalista. Prevaleceu o argumento baseado no decreto de prisão expedido pelo relator da Lava-Jato, ministro Edson Fachin, que destaca a participação de Andrea nos crimes atribuídos a Aécio.

Segundo Barroso, "os diálogos transcritos demonstram que Andrea pediu os R\$ 2 milhões e ouviu do empresário que aquela operação daria errado caso não mascarassem o recebimento do dinheiro, como fizeram em 2014, tudo a demonstrar a habitualidade com que a requerente atuava". Por sua vez, Rosa Weber argumentou que seria prematuro libertar Andrea, uma vez que está em processo investigação sobre Aécio Neves e "a situação processual dela está implicada com a do irmão".

Por meio de nota, Aécio Neves saiu em defesa da irmã alegando que ela "jamais foi responsável por algum tipo de iniciativa ilícita ou que oferecesse obstrução a quaisquer procedimentos por parte da Justiça". Ainda de acordo com a nota do tucano, Andrea Neves "é vítima de um plano criminoso montado minuciosamente por Joesley Batista para conseguir junto à PGR o benefício da impunidade penal".

Contribuinte pode ter alívio no IR

» MARIANA MAINENTI
ESPECIAL PARA O CORREIO

Mesmo o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sendo contrário a qualquer reajuste na tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), integrantes da equipe econômica defendem nos bastidores uma correção de 3,5% a 4% em 2018. A medida é citada em meio a outras ações para a recuperação da economia. Segundo cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil

(Sindifisco Nacional), contudo, as perdas dos contribuintes já chegam a 85% de 1996 até o ano passado. Para se ter uma ideia, se a tabela tivesse sido corrigida pela inflação nesse período, estariam isentos de pagar o imposto os trabalhadores com salário de até R\$ 3.455. Hoje, só quem ganha até R\$ 1.903 não sofre a mordida do Leão.

“É um reajuste simbólico. Esses 3,5% a 4% correspondem às projeções para a inflação deste ano. A medida ajudaria a evitar novas perdas, mas não resolveria

os prejuízos acumulados. Há que se olhar também para a base da pirâmide. Para as famílias que vivem com R\$ 3 mil por mês, qualquer real a mais faz diferença no orçamento”, afirmou o presidente do Sindifisco Nacional, Cláudio Damasceno.

Oficialmente, o Ministério da Fazenda nega que o assunto esteja em discussão na pasta. Na base de apoio do governo, há quem defenda também uma drástica redução da alíquota do IR, mas aplicada apenas à faixa mais alta de renda, sobre a qual deixariam

de incidir os atuais 27,5%, que passariam a 18%.

Na avaliação do Sindifisco, a compensação das perdas geradas pelas alterações na tabela do IR deveria vir por meio do aumento da tributação de patrimônio, hoje em 4%. “É altamente positivo discutir alterações no sistema tributário, desde que o foco esteja no alívio para as classes média e mais baixas do estrato social”, defendeu a entidade, em nota.

O desafio da equipe econômica é conseguir fomentar a atividade econômica sem perder de

vista o equilíbrio das contas públicas. “Se o governo corrige os valores da tabela acima da inflação, pode haver uma perda imediata de arrecadação, assim como perde dinheiro se reduzir a alíquota máxima. Mas menos dinheiro para o governo significa mais dinheiro para as pessoas. Com mais renda disponível, elas podem voltar a consumir, o que resultaria em aumento da arrecadação que compensaria as perdas imediatas”, disse o analista em contas públicas da Tendências Consultoria Fábio Klein.



Nas entrelinhas

por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br



Mudança de eixo

O deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi embora cedo ontem da Câmara, depois de aprovar em votação simbólica a primeira das medidas necessárias para o “pacote de bondades” que o Palácio do Planalto preparou para ver se melhora a popularidade do presidente Michel Temer. Como sempre acontece nos momentos de crise política grave, o governo raspa o fundo do tacho com uma das mãos para poder gastar com a outra. No caso, trata-se da restituição aos cofres públicos dos precatórios depositados há mais de dois anos que não foram sacados pelos beneficiários. Com a aprovação da proposta, o governo federal espera reforçar os cofres da União com R\$ 8,6 bilhões.

Precatórios são dívidas do poder público decorrentes de condenações judiciais definitivas. Para dar um caráter social ao projeto aprovado, foram incluídas duas exigências: que 20% desse montante seja aplicado pela União na manutenção e desenvolvimento do ensino e, pelo menos, 5% no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). No embalo, foram incluídas as requisições de pequeno valor (RPV), oriundas de ações contra o poder público, mas com valor limitado a 60 salários mínimos.

Logo após o encerramento da sessão, quem também deixou a Câmara foi o relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Maia (PPS-BA), cujo parecer está pronto para votação. Indagado sobre a votação, foi curto e grosso: “Vamos ter que esperar, agora não dá”. Pra bom entendedor, isso significa que o governo ainda não tem votos para aprovar a reforma, que depende de emenda constitucional, apesar da retórica oficial. A prioridade não é esticar a corda com a Câmara, é recompor a base do governo.

No outro lado do Congresso, acontece a mesma coisa. A reforma trabalhista caminha lentamente no Senado. Ontem, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) fez a leitura do relatório favorável à aprovação da reforma trabalhista na Comissão de Assun-

tos Sociais (CAS) do Senado. Manteve o projeto aprovado pela Câmara, mas indicou os vetos que serão recomendados ao presidente Temer, em troca do apoio da base aliada no Senado. Versam sobre ambiente insalubre para gestantes e lactantes; descanso de 15 minutos a que as mulheres têm direito antes de iniciar a hora-extra; acordo individual para determinar jornada de 12 horas de trabalho com 36 horas de folga; a “comissão de representantes dos empregados” em empresas com mais de 200 funcionários; e intervalo intrajornada de 30 minutos para horários acima de seis horas de trabalho.

O relatório será votado em 20 de junho e, depois, será encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça. Ferraço faz parte do time de tucanos que defende o desembarque do PSDB do governo Temer, mas afirma ter compromisso com as reformas. Uma coisa não teria nada a ver com a outra. Essa, porém, não é a posição da maioria da bancada de senadores tucanos, que defende a permanência do partido no governo. Na crise, a prioridade da bancada é evitar a cassação do senador Aécio Neves (MG), que está com mandato suspenso e precisa ser blindado pela legenda na Comissão de Ética, controlada pelo PMDB. Não é esticar a corda por causa das reformas.

Chantagem

O agravamento da crise ética, porém, começa a criar problemas para a equipe econômica. Não bastam as entrevistas do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre os problemas na economia. Analistas já alteraram as projeções para 2017. A previsão de crescimento caiu de 0,5% para 0,2%. A economia fecharia o ano em aceleração ascendente de 0,8% no último trimestre, ou 3,2%, a taxa anualizada, mas agora a projeção é declinante: 0,4%, 0,12% e 0,0% no segundo, terceiro e quarto trimestres, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV).

Para alguns economistas, esse é o resultado das “bondades” do governo: reajustes nas faixas de renda e de financiamento para compra de imóvel; ampliação do volume de crédito subsidiado; não devolução antecipada de empréstimos do BNDES ao Tesouro, para aumentar o funding de créditos subsidiados; subsídio para a renovação da frota de veículos e à indústria automobilística; medidas de compensação à indústria nacional da cadeia de petróleo, a pretexto de perdas geradas pela redução do conteúdo local.

Na verdade, as reformas da Previdência e trabalhista, que serviriam para reduzir o ajuste fiscal e aumentar a produtividade, estão sendo mitigadas porque o governo sofre chantagem da própria base. Nada é feito para acabar com os cartórios na burocracia federal, que tanto encarecem a produção e favorecem a corrupção, além de servir de trincheira para os setores que apostam no “quanto pior, melhor” para manter seus privilégios. É ou não uma mudança de eixo?



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothernburg.df@dabr.com.br



Hora da escolha

Enquanto a PF investiga o presidente, o alto comando do governo no Congresso trabalha os nomes para relatar uma possível denúncia de Rodrigo Janot contra Michel Temer na Comissão de Constituição e Justiça. A ideia é entregar a tarefa ao DEM. No páreo, o deputado José Carlos Aleluia, da Bahia.

Guerra de guerrilha I

Mesmo depois de o presidente Michel Temer tentar afastar qualquer suspeita de devassa na vida do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin por parte da Abin, aliados do presidente continuam comentando, nos bastidores, que o ministro deve explicações sobre sua proximidade com integrantes da JBS.

Sem Ela

A eleição para a lista tríplice de procurador-geral da República tem, pelo menos, um nome que não terá chances de chegar lá: Ela Wrecko. A procuradora foi flagrada, no ano passado, numa manifestação em que segurava parte de um cartaz "fora Temer".

Tese petista I

Em seus encontros mais reservados, deputados petistas avaliam que a base aliada já teria rifado Michel Temer se tivesse um nome capaz de reunir todos os partidos governistas em torno das reformas.

Tese petista II

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, são apontados hoje como os alicerces do governo. Se um dos dois ceder, a pinguela desmonta.

G O M E Z

PF protagoniza o terceiro ato

O governo respirou mais otimista depois de a Polícia Federal pedir e obter mais cinco dias para investigar o presidente Michel Temer. A avaliação entre os principais aliados do presidente é de que, se a PF precisa de mais tempo, é porque tudo o que tem até agora, inclusive a gravação de Joesley Batista, seria insuficiente para oferecer denúncia contra Temer. E, enquanto a PF investiga, Temer vai "ficando", empenhado em reforçar a base congressual e se colocar como o único capaz de promover as reformas.

O pedido da PF, aceito pelo ministro Edson Fachin, foi visto como o terceiro item da cesta em favor do governo nos últimos dias. O primeiro, a decisão do Tribunal Superior Eleitoral, o segundo, a deliberação do PSDB. Ainda que aos trancos e barrancos, o que interessa a Temer é o fico dos tucanos. A reza ontem no governo era para que esses três fatos não representassem apenas um recuo do mar em tempo de tsunami. A hora não é de baixar a guarda.

CURTIDAS

Doria é pop... Médicos que trabalham no mesmo edifício onde funciona a sede do PSDB pediram para tirar fotos ao lado do prefeito de São Paulo, João Doria. Para muitos, não deixa de ser um sinal de que nem tudo está perdido.

...E gosta dos holofotes! A reunião era a portas, fechadas, mas muitos ficaram com a impressão de que o prefeito queria que seu discurso fosse ouvido por todos. É que, quanto mais os técnicos abaxavam o som, mais alto Doria falava.

Maré! Como se não bastasse o irmão, o ex-ministro Geddel Vieira Lima, entregando o passaporte para não dar motivos a uma prisão, o deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA) teve uma costela e um dedo quebrados ao bater com o carro num poste segunda-feira em Salvador.

Marlon Mourão/Flamengo



Flamengo e Marina! Interessado em disputar eleição no ano que vem, o presidente do Flamengo, Eduardo Bandeira de Melo (foto), conviveu longamente com a ex-senadora Marina Silva há três semanas. Bem antes de ele ser flagrado dando "uma banana" aos torcedores que pressionam por mudanças no time. Se tem algo que aproxima política de futebol, é a necessidade de manter o sangue frio em momentos de pressão. Se der banana para o eleitor, será "tchau, querido".

Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br

São Paulo, quarta-feira, 14 de junho de 2017

Nº 23.959

Preço banca: R\$ 2,30

Mercado reduz para R\$ 142,051 bi projeção para o déficit primário

Moro condena ex-governador Sérgio Cabral a 14 anos e 2 meses de prisão

Página 4

Pesquisa pioneira revela perfil dos frequentadores da Cracolândia

Página 2

Ex-presidente romeno Ion Iliescu será julgado por crimes contra a humanidade

O ex-presidente da Romênia Ion Iliescu e o ex-primeiro-ministro Petre Roman serão julgados por crimes contra a humanidade pela morte de quatro pessoas e pelos mais de 1.300 feridos na repressão violenta a uma manifestação contra o governo em Bucareste em 1990. A informação é da Agência EFE. **Página 3**

Indústria britânica pede que May reconsidere saída do mercado único europeu

A associação britânica EEF, que reúne 20 mil indústrias e empresas de engenharia e tecnologia no Reino Unido, pediu na terça-feira (13) que a primeira-ministra, a conservadora Theresa May, reconsidere seus planos de abandonar o mercado único da União Europeia (UE). A informação é da Agência EFE. **Página 3**

Após May perder a maioria absoluta no parlamento nas eleições legislativas do último dia 8 de junho. **Página 3**

Previsão do Tempo

Quarta: Sol, com pancadas de chuva de manhã e muitas nuvens à tarde. À noite, tempo firme. **21°C** / **19°C**



Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,30
Venda: 3,30

Turismo
Compra: 3,18
Venda: 3,45

EURO

Compra: 3,71
Venda: 3,71

OURO

Compra: 122,55
Venda: 141,22

Balança comercial do agronegócio registra superávit de US\$ 8,38 bilhões em maio



Foto: Agência Brasil

O complexo soja gerou um total de US\$ 4,72 bilhões em maio, resultado puxado pelos embarques de grãos.

As exportações brasileiras do agronegócio atingiram US\$ 9,68 bilhões, em maio, superando em 12,8% o valor registrado no mesmo mês do ano anterior. Já as importações tiveram cres-

cimento de 30%, passando para US\$ 1,3 bilhão em maio deste ano. O superávit comercial do agronegócio brasileiro aumentou de US\$ 7,59 bilhões para US\$ 8,38 bilhões para o mesmo período, sendo o terceiro maior da série histórica para meses de maio, abaixo apenas dos valores de 2012 e 2013. Os dados fazem parte da balança comercial do agronegócio, divulgada na terça-feira (13) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O complexo soja liderou as vendas e foi responsável por 48,8% das atividades do agronegócio no mês, gerando um total de US 4,72 bilhões. A cifra representa acréscimo de 7,5% sobre o valor registrado no mesmo mês do ano passado. **Página 3**

Instituições financeiras consultadas pelo Ministério da Fazenda projetam que o déficit primário do Governo Central, formado por Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, deve chegar a R\$ 142,051 bilhões neste ano. A estimativa é melhor do que a divulgada em maio (R\$ 148,036 bilhões), mas supera a meta de déficit perseguida pelo governo (R\$ 139 bilhões). **Página 3**

CVM multa Eike Batista em R\$ 21 mi por uso de informação privilegiada

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) condenou o empresário Eike Batista por uso de informação privilegiada (crime de insider trading), em julga-

mento feito na terça-feira (13), na sede da autarquia, no Rio de Janeiro. O empresário terá que pagar multa em valor superior a R\$ 21 milhões. **Página 4**

Petrobras estuda rever frequência de reajustes de preços de combustíveis

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse na terça-feira (13) que a empresa poderá revisar a frequência com que são feitas as avaliações para determinar os reajustes dos preços dos combustíveis. Atualmente, essa avaliação é feita uma vez por mês, mas, segundo, Parente, a questão não está bem resolvida.

“Claro que é muito melhor que a sistemática anterior, mas a volatilidade do preço do petróleo e do preço do câmbio, isso varia todo dia, e estamos fazendo [o reajuste] uma vez por mês. Então, essa diferença, estamos pensando como podemos aproximar mais isso”, disse Parente. **Página 3**

Supremo nega pedido de liberdade para a irmã de Aécio Neves

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na terça-feira (13) negar pedido para libertar Andrea Neves, irmã do senador afastado Aécio Neves (PSDB-MG), presa no mês passado, em Belo Horizonte, por determinação do ministro Edson Fachin. Andrea foi presa na operação

da Polícia Federal deflagrada a partir das delações da JBS. O Colegiado julgou um recurso apresentado pela defesa de Andrea.

Por 3 votos a 2, a Turma seguiu o voto divergente do ministro Luís Roberto Barroso, que se manifestou pela manutenção da prisão. **Página 3**

Esporte

Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta terá três categorias

A Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta ficou ainda mais democrática. Atendendo aos pedidos, a competição, marcada para o dia 15 de julho, na Cidade Universitária de São Paulo, USP, terá também a categoria Solo, que estará ao lado da Duplas e da Quartetos. A largada será às 18h, em frente ao Velódromo da USP, com um percurso de 5.274m. **Página 8**



Foto: MilitasSport

Meia Maratona de Revezamento Noturna Eu Atleta São Paulo

Equipe Andretti convida Matheus Leist para testar carro da Fórmula Indy



Foto: Bier Kenney

Matheus Leist irá testar o carro de Alexander Rossi

Após vencer a prova mais importante do ano da Indy Lights, a Freedom 100, preliminar das 500 Milhas de Indianápolis, o jovem piloto Matheus Leist terá amanhã uma grande oportunidade de sua carreira. Aos 18 anos, o atual campeão da F-3 Inglesa testará o carro da Fórmula Indy de uma das maiores equipes do grid, a Andretti Autosport. O treino será com o carro de Alexander Rossi em um dos circuitos mistos mais desafiadores da temporada: Road America, em Elkhart Lake, nos Estados Unidos. **Página 8**

Vôlei Nestlé confia na força da guerreira Nati Martins

Nati Martins se considera uma guerreira. Quem pode duvidar? A menina que perdeu 70% da capacidade auditiva aos quatro anos de idade, cresceu para se tornar uma atleta de alto nível. Sem

medo, concessões ou privilégios em quadra, lutou e venceu. Para a temporada 2017/18, a central continuará colocando toda essa coragem a serviço do Vôlei Nestlé. **Página 8**

Alberto Cesar Otazú faz barba, cabelo, bigode e assume liderança



Alberto Cesar Otazú largou novamente da pole position

Vencedor do GP Alex Dias Ribeiro, etapa de abertura do Campeonato Asseka de Kart, Alberto Cesar Otazú (Braspress/Pilotech/Alpie Escola de Pilotagem/Cazarré mktcom) venceu novamente no último final de semana, desta vez a quinta etapa do certame que também contou

com a participação do ex-piloto de Fórmula 1. O jovem de apenas 16 anos de idade largou da pole position, liderou de ponta a ponta, estabeleceu a volta mais rápida no Kartódromo de Interlagos e ainda assumiu a liderança isolada do campeonato. **Página 8**

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (SP)

Sabia que foi do pai (falecido) do vereador e presidente do PSDB paulistano Mário Covas, então senador (ex-PMDB) o voto decisivo pra que o partido fundado em 1988 não entrasse (1992) no governo Collor ?

PREFEITURA (SP)

Se o Secretário Sabará, que substituiu a vereadora Soninha (PPS), lesse as literaturas bíblicas, 'pecaria' quanto a 'mão esquerda saber o que a direita faz' (mostrando a 'volta pra casa' de um maranhense das ruas) ?

ASSEMBLEIA (SP)

Ex-presidente do maior e mais importante parlamento estadual brasileiro o advogado Ricardo Trípoli - hoje deputado federal e líder (PSDB) - diz que foi sua 'escola'. É o mano Roberto (líder - PV) ? Dá 'aula' ?

GOVERNO (SP)

Quem sabe sobre se o agora em alta entre os presidenciais tucanos Alckmin

CONGRESSO

Acordo entre PMDB e PSDB envolve somente a bancada (Senado) do partido do Presidente Temer não cassar o mandato do senador Aécio Neves (PSDB), ou os custos pra 2018 vão muito além do aquém ?

PRESIDÊNCIA

Cadê os defensores do parlamentarismo, inclusive alguns governadores que agora cobram ainda mais suas faturas por 'avaliarem' junto aos deputados federais e senadores os apoios ao governo Temer (PMDB) ?

JUSTIÇAS

Entre 'advogar' por parlamentares, prefeitos, governadores e Presidentes, punindo quem não é do 'time', os 11 do Supremo 'apitam' pelo 'acesso' de justiças justas ou pelo 'rebaixamento' das provas dos autos ???

PARTIDOS

No PSDB, recorrer da decisão do TSE - pró Temer (PMDB) - é parte da lógica de quem precisa neutralizar as críticas negativas por seguir se 'segurando' nos ministérios do governo - agora 'de Pirro' - de Temer (PMDB) ?

HISTÓRIAS

O jurista Miguel Reali tá dando ao PSDB de FHC e agora de Alckmin / Doria o adeus que o também jurista Hélio Bicudo deu ao PT de Lula ? Ou vai seguir advogando, menos pro ex-poderoso Aécio cuja 'casa caiu' ?

EDITOR

O jornalista Cesar Neto publica esta coluna diária de política desde 1992. Ela foi se tornando referência e uma via das liberdades possíveis. Ele está dirigente na Associação dos Cronistas de Política de São Paulo (BR).

cesar.neto@mais.com

Campanha de vacinação contra a gripe é estendida no estado de SP

A campanha de vacinação contra a gripe foi estendida no estado de São Paulo até o dia 23 de junho e seu público-alvo foi ampliado, incluindo agora a população na faixa etária dos 55 aos 59 anos. Balanço preliminar da Secretaria Estadual de Saúde, baseado nos dados informados pelos municípios paulistas, apontou que 10,04 milhões de pessoas foram vacinadas.

A secretaria recomenda que gestantes compareçam aos postos de vacinação, pois a cobertura vacinal desse grupo atingiu apenas 56% até o momento. O segundo grupo com menor cobertura é o de crianças, com apenas 58,8% do público imunizado. A pasta alerta os pais ou responsáveis para levarem as crianças aos postos de vacinação. A cobertura vacinal dos demais grupos está próxima da meta. Entre as puérperas (mulheres que

tiveram filhos nos últimos 45 dias), a cobertura é de 85%; e em idosos, de 86,8%.

A Secretária Municipal de Saúde também recomenda que, nesta reta final da campanha, os integrantes dos grupos específicos busquem um posto de vacinação e alerta que a vacina não causa gripe.

“As partículas de vírus presentes na vacina estão mortas. Ou seja, a imunização não provoca gripe. O procedimento é bem simples e quase sempre indolor. Além da população de 55 a 59 anos, esperamos que mais pessoas pertencentes aos grupos prioritários busquem os postos de saúde para tomar a dose”, disse Cristina Shimabukuro, coordenadora da Coordenação de Vigilância em Saúde do município (Covisa).

O objetivo da campanha é imunizar bebês a partir dos seis

meses e crianças menores de cinco anos de idade, idosos a partir dos 60 anos, gestantes, puérperas, indígenas, profissionais de saúde que trabalham em serviços públicos e privados, professores das redes pública e privada.

Neste ano, a vacina está disponível também para policiais civis e militares, bombeiros e profissionais que atuam na Defesa Civil, Correios, Poupatempo, Ministério Público Estadual (MPE), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Defensoria Pública.

“A vacina, além de proteger contra a gripe, reduz o risco de complicações respiratórias e de pneumonia. As únicas contrain-

dicações são para pessoas com histórico de reação anafilática prévia ou alergia grave relacionada a ovo de galinha e seus derivados, assim como a qualquer outro componente da vacina ou que apresentaram reação grave em doses anteriores da vacina”, informou a Secretária Municipal de Saúde.

Além de imunizar a população contra a gripe A H1N1, as doses protegem a população contra os vírus A/Hong Kong (H3N2) e B/Brisbane.

A relação dos postos da capital paulista pode ser consultada pelo telefone 156 ou no site www.prefeitura.sp.gov.br/covisa. (Agência Brasil)

Estado tem 1.034 vagas para Agente de Segurança Penitenciária

Novos servidores farão parte do quadro funcional das unidades prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária

Quem quiser trabalhar como Agente de Segurança Penitenciária pode se inscrever até o dia 1º de julho para participar do concurso público.

Serão contratados 1.034 agentes entre homens e mulheres. Os novos servidores farão parte do quadro funcional das unidades prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária.

As inscrições devem ser feitas apenas pela Internet pelo site da MS Concursos e o valor da taxa é de R\$ 65. A prova será realizada no dia 6 de agosto. O cargo de ensino médio tem salário inicial de R\$ 2.695,88 + R\$ 676,29 referente ao Adicional de Insalubridade.

Para obter mais informações, como jornada de trabalho e pré-requisitos para ingresso (específicos do cargo), confira os editais: Concurso 934 ASPs (mas) e Concurso 100 ASPs (fem). (Agência Brasil)

Confúcio Moura conhece plano da SP-PREVCOM para servidor de Rondônia

Na manhã de terça-feira, o governador de Rondônia, Confúcio Moura, se reuniu com o presidente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM), Carlos Henrique Flory.

Na ocasião, foi apresentado o estudo preliminar para um plano de previdência para os funcionários estaduais de Rondônia,

elaborado pela SP-PREVCOM.

Depois que foi protocolada a intenção de o Governo de Rondônia firmar convênio com a SP-PREVCOM, a instituição paulista trocou informações com o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia (IPERON).

Com os dados da base de funcionários estaduais de Ron-

dônia, a SP-PREVCOM desenvolveu o embrião de um plano de previdência complementar que será apresentado a Moura e oferecido aos servidores daquele estado.

A Lei nº 16.391/2017, sancionada pelo governador Geraldo Alckmin, autoriza a SP-PREVCOM a assumir a gestão de planos de previdência complementar de estados, municípios

e União. A expertise da instituição paulista atraiu o convênio com o governador de Rondônia, Confúcio Moura.

A SP-PREVCOM é pioneira na implantação do sistema de benefício que assegura aos servidores renda superior ao teto do INSS de R\$ 5.531,31. Atualmente, a instituição detém 20 mil participantes e R\$ 674 milhões em patrimônio.

Alckmin entrega rodovia modernizada em Penápolis

As obras de modernização e recuperação da Rodovia Raul Forchero Casasco (SP-419) foram entregues na manhã de terça-feira (13). O governador Geraldo Alckmin foi a Penápolis e comentou os benefícios proporcionados aos moradores da região.

“Já fomos na rodovia e a inauguramos. Aqui em Penápolis está recapeada, em 35 quilômetros. Era uma rodovia que tinha muitos acidentes.

Ficou muito boa a obra e, além de evitar acidente vai promover o desenvolvimento da região”, comentou o governador, sobre a modernização da SP-419, que recebeu 64 milhões de reais em investimentos.

A modernização da rodovia foi executada por meio de Licitação Pública Internacional (LPI) e teve financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desen-

volvimento (BIRD). Iniciadas em maio de 2015, as obras geraram 500 postos de empregos, diretos e indiretos.

Os 68 mil habitantes de Alto Alegre, Luiziana e Penápolis serão diretamente impactados pelas melhorias em seus deslocamentos diários. Além dos serviços de recuperação da pista em 35 quilômetros, a SP-419 ganhou faixas adicionais em 14 quilômetros.

Três rotatórias, melhorias

no sistema de drenagem e nova sinalização também foram entregues no projeto de modernização da rodovia.

Além de oferecer melhores condições aos 2.264 usuários diários que circulam pela rodovia, em média, a economia local será contemplada. A via atende o tráfego de veículos pesados que escoam a produção agropecuária e a safra agrícola, especialmente de cana-de-açúcar.



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA

CLIPPING

DEPUTADOS - 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

DEPUTADO CAUÊ MACRIS
PRESIDENTE

DEPUTADO LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
1º SECRETÁRIO

DEPUTADO ESTEVAM GALVÃO
2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE

Secretário Geral de Administração
Joel Oliveira

Departamento de Comunicação:
Matheus Perez Granato

Gráfica:
Patrícia Yamamoto

Serviço de Fotomicrografia:
Julio Cesar Miranda Silva
Miguel Roberto Mahfuz

SELEÇÃO, LEITURA, DIAGRAMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:

Antonio Carlos Galban Dias
Cláudia Valéria P. Neves
Márcia M. Yamamoto
Sérgio Kazuo Tanaka
Sonia Mariano

Fones: 3886 6010/6032/6033

Divisão de Imprensa

LEIA ESTE CLIPPING NA INTRANET

ABELARDO CAMARINHA
ADILSON ROSSI
AFONSO LOBATO
ALDO DEMARCHI
ALENCAR SANTANA BRAGA
ANA DO CARMO
ANALICE FERNANDES
ANDRÉ DO PRADO
ANDRÉ SOARES
ANTONIO SALIM CURIATI
BARBA
BARROS MUNHOZ
BETH SAHÃO
CAIO FRANÇA
CAMPOS MACHADO
CARLÃO PIGNATARI
CARLOS BEZERRA JÚNIOR
CARLOS CEZAR
CARLOS GIANNAZI
CARLOS NEDER
CÁSSIO DE CASTRO NAVARRO
CAUÊ MACRIS
CÉLIA LEÃO
CELINO CARDOSO
CELSO GIGLIO
CHICO SARDELLI
CLELIA GOMES
CORONEL CAMILO
CORONEL TELHADA
DAVI ZAIA
DELEGADO OLIM
ED THOMAS
EDMIR CHEDID
EDSON GIRIBONI
ÊNIO TATTO
ESTEVAM GALVÃO
FELICIANO FILHO
FERNANDO CAPEZ
FERNANDO CURY
GERALDO CRUZ
GIL LANCASTER
GILENO
GILMACI SANTOS
GILMAR GIMENES
HELIO NISHIMOTO
ITAMAR BORGES
JOÃO CARAMÉZ

JOÃO PAULO RILLO
JOOJI HATO
JORGE CARUSO
JORGE WILSON
JOSÉ AMÉRICO
JOSE ROBERTO APRILANTI JR.
JOSÉ ZICO PRADO
LECI BRANDÃO
LEO OLIVEIRA
LUIZ CARLOS GONDIM
LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
LUIZ TURCO
MÁRCIA LIA
MÁRCIO CAMARGO
MARCO ANTONIO VINHOLI
MARCOS DAMASIO
MARCOS MARTINS
MARCOS ZEBINI
MARIA LUCIA AMARY
MARTA COSTA
MILTON LEITE FILHO
MILTON VIEIRA
ORLANDO BOLÇONE
PASTOR CELSO NASCIMENTO
PASTOR CEZINHA
PAULO CORREA JR
PEDRO KAKÁ
PEDRO TOBIAS
PROFESSOR AURIEL
RAFAEL SILVA
RAMALHO DA CONSTRUÇÃO
RAUL MARCELO
REINALDO ALGUZ
RICARDO MADALENA
RITA PASSOS
ROBERTO ENGLER
ROBERTO MASSAFERA
ROBERTO MORAIS
ROBERTO TRÍPOLI
RODRIGO MORAES
ROGÉRIO NOGUEIRA
ROQUE BARBIERE
SEBASTIÃO SANTOS
ULYSSES TASSINARI
VAZ DE LIMA
WELLINGTON MOURA
WELSON GASPARINI

